

2018 Espírito Santo

BALANÇO GERAL

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado
da Fazenda





GOVERNADOR DO ESTADO
José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORA
Jaqueline Moraes

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Rogelio Pegoretti Caetano Amorim

SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO ESTADUAL
Bruno Pires Dias

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA RECEITA
Sergio Pereira Ricardo

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Fábio Gomes de Aguiar

GERENTE DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO
Alan Johanson

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO

SUBGERÊNCIA DE ANÁLISE E MONITORAMENTO CONTÁBIL

Ademir Boone Corsini - *Subgerente*
Eduardo Paulo Virginíssimo
Gustavo Alves Tófoli
Sílvia Salomão Zanotti

SUBGERÊNCIA DE GESTÃO DO SISTEMA DE FINANÇAS PÚBLICAS

Gilmar Hartwig - *Subgerente*
Adriana Furtado dos Santos
Gilmar Ritter
Juraci Domingos da Silva
Kamila Sousa Bernabé Fedeszen

SUBGERÊNCIA DE INFORMAÇÕES FISCAIS E CONTABILIDADE DE CUSTOS

Henrique Simberg Valinhos - *Subgerente*
Bruno Silva Martins Ferreira
Fernando Hostt Neto (*In memoriam*)
Mafalda Asilvera
Sabrina Belmock Volponi

SUBGERÊNCIA DE NORMAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Eurico Roger dos Santos Lima - *Subgerente*
Haroldo Alvarenga
Leonardo de Albuquerque Moreira
Luciano Zucoloto Xavier

SISTEMAS/APOIO

Euzinéia Camargo Almeida

MENSAGEM DO GOVERNADOR

HORA DE CRESCER

O Espírito Santo é hoje um dos estados mais organizados do país. E também um dos que dispõem de melhores perspectivas de desenvolvimento no cenário atual. Há mais de oito anos, somos reconhecidos como referência em gestão fiscal. Nossas instituições funcionam de maneira regular e temos um dos mais baixos índices de endividamento do país, o que nos garante condições excepcionais para a captação de financiamentos no mercado interno e junto a organismos internacionais. Somos ainda bastante dependentes da exportação de commodities, mas estamos diversificando a nossa economia, com investimentos em produtos e serviços de maior valor agregado.

É esse conjunto de aspectos positivos que nos dá confiança na possibilidade de promover um salto de desenvolvimento econômico e social em terras capixabas nos próximos anos. Mas essas condições favoráveis podem se perder se não agirmos com a responsabilidade e a competência devidas. Um exemplo das muitas dificuldades à nossa frente pode ser encontrado na infraestrutura logística, que precisa ser ampliada e modernizada com urgência, se quisermos acelerar a economia estadual. Da mesma forma, as desigualdades sociais e regionais ainda existentes nos desafiam a buscar alternativas sustentáveis, para garantir a distribuição mais justa e equilibrada da riqueza produzida em nosso Estado.

Estamos reduzindo de forma consistente e continuada os indicadores de violência, que durante muito tempo estigmatizaram o Espírito Santo como o patinho feio do Sudeste. Mas ainda precisamos avançar no campo da segurança pública, com a recomposição e modernização dos efetivos policiais, a valorização dos profissionais e o uso cada vez mais intensivo de inteligência e tecnologia na prevenção e no combate ao crime.

Continuamos também com deficiências na prestação dos serviços de saúde e há muito para melhorar na educação pública e na qualificação dos nossos jovens e trabalhadores. Porém o maior desafio que enfrentamos hoje é traçar um caminho seguro para o futuro de crescimento econômico e justiça social com que sonhamos.

Vivemos tempos de incertezas no Brasil. Já no plano internacional, as disputas comerciais entre grandes potências geram instabilidade no mercado e podem refletir negativamente em nossa atividade exportadora. Daí porque determinamos a toda a equipe de Governo a máxima cautela na definição de investimentos em obras e projetos.

Não abrimos mão da ousadia, inovação, e busca de soluções mais eficazes, econômicas e sustentáveis. Não deixaremos de enfrentar os problemas de hoje e aqueles que ameaçam as próximas gerações de capixabas, com transparência, diálogo franco e respeito às opiniões divergentes. Mas não descuidaremos também da responsabilidade com a saúde financeira, política e institucional do Estado. Em meio a tantas incertezas no cenário nacional, de uma coisa os capixabas podem estar certos: estamos preparados para atravessar a tempestade e, se o Brasil for bem, o Espírito Santo irá muito melhor.

RENATO CASAGRANDE
GOVERNADOR DO
ESPÍRITO SANTO



MENSAGEM, DO SECRETÁRIO

Desde 2012, o Espírito Santo vem recebendo nota A do Tesouro Nacional em gestão fiscal. Esse é um histórico importante que dá ao Estado condições favoráveis para realização de operações de crédito.

O feito contribui também como fator para atração de novos investimentos, o que propicia a construção de um ambiente mais seguro de negócios, tendo como base o desenvolvimento econômico sustentável do Espírito Santo.

Em 2018, foi mantido o equilíbrio financeiro das contas do Estado e este Balanço Geral, em suas próximas páginas, presta contas acerca do desempenho fiscal do referido exercício.

Para 2019 buscaremos mais avanços com equilíbrio financeiro e responsabilidade social, pois eles devem caminhar ombreados. Qualquer política de austeridade só tem sentido se for para melhorar os investimentos sociais, indo ao encontro das necessidades da população.

Uma boa leitura, com olhar atento às contas, que devem ser acompanhadas por cada um de nós!

ROGELIO PEGORETTI
SECRETÁRIO DE ESTADO
DA FAZENDA

SUMÁRIO

	07
Apresentação	08
Relatório de Gestão Fiscal	39
Demonstrações Contábeis	



APRESENTAÇÃO

O presente relatório, elaborado pela Secretaria de Estado da Fazenda, por intermédio da Subsecretaria do Tesouro Estadual, na condição de órgão responsável pela elaboração do Balanço Geral, tem por objetivo evidenciar os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial dos poderes e órgãos da Administração Pública Estadual integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em obediência ao artigo 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Nessa perspectiva, são observadas as disposições legais que tratam da matéria, tais como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado nº TC-43, de 5 de dezembro de 2017, que disciplina a remessa de informações e demonstrativos contábeis à Egrégia Corte.

Os dados foram extraídos do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo (SIGEFES).



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL





CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Visando ao equilíbrio das contas públicas, em 2000 foi promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), oficialmente Lei Complementar Federal nº 101/2000, na qual foram fixadas regras para uma gestão fiscal responsável dos entes públicos.

As informações contábeis que integram o presente relatório foram extraídas do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo (SIGEFES) e contemplam os dados contábeis consolidados de todos os poderes e órgãos da Administração Pública Estadual integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em obediência ao artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF).

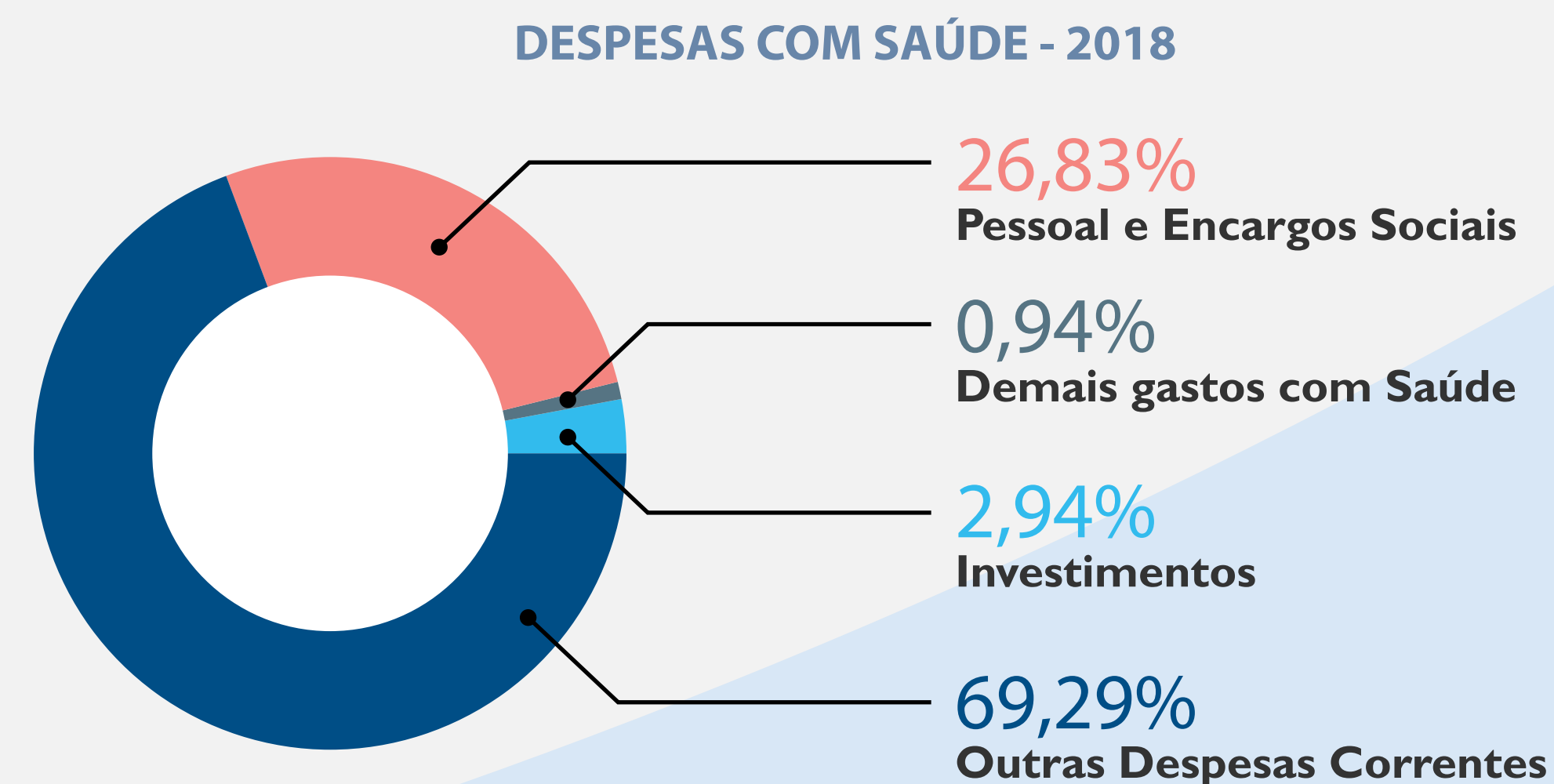
1 ATENDIMENTO AOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Em 2018, o Estado do Espírito Santo cumpriu os limites mínimos constitucionais de aplicação em saúde e educação. Para fins de sua verificação, utiliza-se como base a Receita Líquida de Impostos (RLI), que agrega todas as receitas de impostos e transferências constitucionais, deduzidos os repasses aos municípios. Em 2018, a RLI foi de R\$ 10,320 bilhões (R\$ 9,399 bilhões em 2017).

1.1 SAÚDE

Em 2018, foram aplicados em despesas com saúde mais de R\$ 2,825 bilhões, tais como gastos com equipamentos, obras, manutenção de hospitais públicos, convênios com hospitais terceirizados, municipais e filantrópicos, além de organizações sociais, dentre outras despesas.

Os gastos com manutenção e custeio dos serviços públicos em saúde totalizaram R\$ 2,718 bilhões em 2018, sendo que a folha de pagamento dos servidores ativos consumiu R\$ 758 milhões (26,83%) em despesas com pessoal e encargos sociais. As outras despesas correntes totalizaram R\$ 1,958 bilhão (69,29%). Os investimentos em saúde foram de R\$ 83 milhões (2,94%). A distribuição desses recursos pode ser visualizada no gráfico a seguir.



Para fins de verificação da aplicação do mínimo constitucional, que leva em conta basicamente as despesas custeadas com recursos de

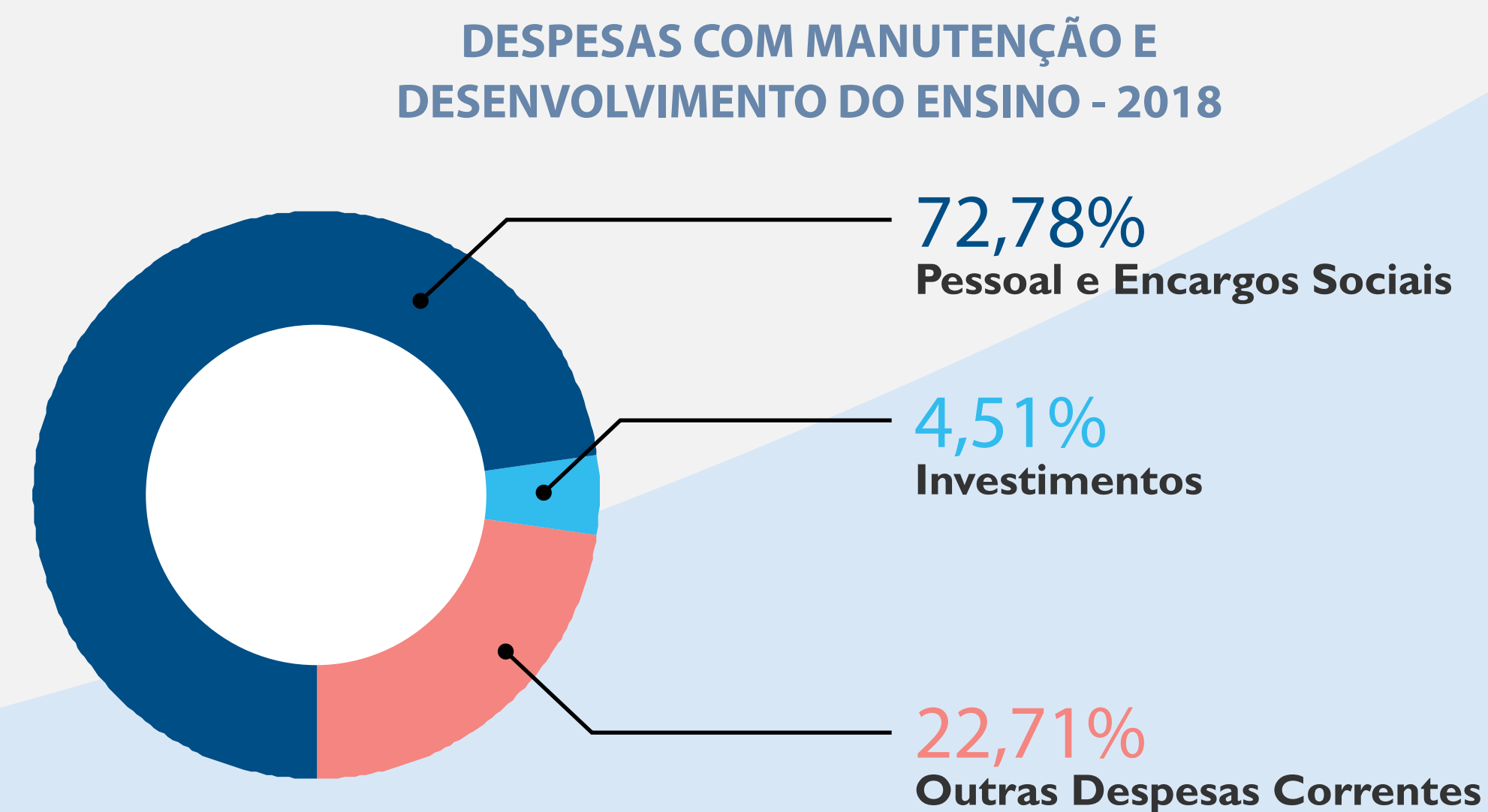
impostos e transferências, em 2018 foram consideradas despesas no valor de R\$ 1,913 bilhão, representando 18,53% da RLI. Esse percentual aplicado em saúde é 6,53 pontos percentuais superior ao mínimo constitucional exigido.

1.2 EDUCAÇÃO

Em 2018, o governo estadual aplicou, para fins de limite constitucional, o montante de R\$ 2,910 bilhões na construção, ampliação, reforma e manutenção de unidades escolares, centros de educação de jovens e adultos, espaços esportivos, alimentação e transporte escolar, bolsas de estudo, materiais, mobiliário, equipamentos de informática e também na remuneração do magistério, incluindo o resultado líquido das transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O montante aplicado correspondeu a 28,20% da RLI.

Os investimentos na educação em 2018 totalizaram R\$ 98,258 milhões (4,51%). Os gastos com custeio e manutenção dos serviços públicos em educação somaram R\$ 2,083 bilhões, sendo que os com pessoal e encargos sociais totalizaram R\$ 1,587 bilhão (72,78%) e as outras despesas correntes somaram R\$ 495,352 milhões (22,71%).

O gráfico a seguir ilustra a participação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino no ano de 2018.





Em 2018, o Estado do Espírito Santo repassou ao FUNDEB o valor de R\$ 1,928 bilhão. No entanto, retornou para o Tesouro do Estado apenas R\$ 966 milhões, ocasionando uma perda de R\$ 967 milhões.

Cabe destacar que os recursos do FUNDEB que não retornam ao Tesouro do Estado são distribuídos entre os municípios capixabas, pois o Fundo é formado com recursos do Estado e dos municípios, e a redistribuição desses recursos ocorre de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino. Dos recursos do retorno do FUNDEB, 66,53% foram aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, atendendo assim ao disposto no artigo 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, que determina que o percentual não pode ser inferior a 60%.

Na apuração do mínimo constitucional, são considerados os recursos provenientes dos impostos aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino mais a perda que o Estado tem na transferência dos recursos do FUNDEB.

1.3 REGRA DE OURO

A LRF exige ação planejada e responsável, estabelece limites e introduz importantes regras a respeito das operações de crédito, dentre elas, a regra de ouro no artigo 12, § 2º, estabelecendo que “o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária”. Contudo, esse artigo da LRF encontra-se com eficácia suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição Federal de 1988, no artigo 167, inciso III, estabelece que as realizações de operações de crédito não podem exceder as despesas de capital, ressalvadas as provenientes de créditos adi-

cionais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Assim, a regra de ouro continua válida amparada pelo texto constitucional. Esse procedimento objetiva inibir o endividamento público para financiar despesas correntes.

A tabela a seguir avalia o cumprimento da regra de ouro constitucional para o exercício de 2018.

RREO - ANEXO 09 (LRF, ART. 53, § 1º, INCISO I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (B)		SALDO NÃO REALIZADO C = (A - B)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.328.830.000,00	61.324.082,54		1.267.505.917,46	
DESPEAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (D)	DESPEAS EMPENHADAS (E)	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO A EXECUTAR F = (D - E)
DESPEAS DE CAPITAL	3.752.457.390,77	1.806.817.143,34	1.492.661.021,28	314.156.122,06	1.945.640.247,43
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	-	-	-	-	-
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	410.469.000,00	397.060.863,34	397.060.863,34	-	13.408.136,66
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	3.341.988.390,77	1.409.756.280,00	1.095.600.157,94	314.156.122,06	1.932.232.110,77
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I-II)	(2.013.158.390,77)	(1.348.432.197,46)			(664.726.193,31)

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC.

1.4 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS AOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO E À DEFENSORIA PÚBLICA (CF/88, ARTIGO 168)

Com o objetivo de garantir a autonomia econômica e administrativa do Poder Judiciário, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública, a Constituição da República de 1988, em seu artigo 168, determinou que até o dia 20 de cada mês o Poder Executivo deverá realizar a transferência de recursos em duodécimos para esses poderes e órgãos autônomos.

O quadro a seguir tem como objetivo demonstrar o montante de repasse em duodécimos transferidos no exercício de 2018.

451220103 - RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DO DUODÉCIMO

UNIDADE GESTORA	2018 (R\$)
010101 - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	217.901.300,04
020101 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	155.578.855,00
030101 - Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	1.021.717.494,04
050101 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo	386.869.672,20
060101 - Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo	49.604.410,32
TOTAL	1.831.671.731,60

Fonte: SIGEFES.

2 ATENDIMENTO AOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA LRF

Em 2018, o Estado do Espírito Santo cumpriu os limites fixados pela LRF para as despesas com pessoal, dívida pública, operações de crédito, garantias e contragarantias e inscrição dos restos a pagar.



Para verificação dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, o parâmetro é a Receita Corrente Líquida (RCL), que compreende todas as receitas correntes do Estado, tais como receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais aos municípios e ao FUNDEB, bem como as contribuições dos servidores ao regime próprio de previdência, a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, e as restituições de receitas. Em 2018, a RCL totalizou R\$ 13,567 bilhões (R\$ 12,193 bilhões em 2017).

2.1 DESPESA COM PESSOAL

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 169, determinou que a “despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar”.

A LRF, em seus artigos 19, 20, 22 e 59, versa sobre os limites de despesa com pessoal, previstos na Constituição Federal, e estabelece os limites de despesas com pessoal em relação à RCL.

A tabela a seguir demonstra que, em 2018 e 2017, o Estado do Espírito Santo cumpriu o limite legal estabelecido pela LRF para as despesas com pessoal.

LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	LIMITE LEGAL	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE DE ALERTA
Poder Executivo	41,69%	43,30%	49%	46,55%	44,10%
Consolidado Geral	52,26%	54,65%	60%	57%	54%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF).



Em 2018, a despesa consolidada com pessoal do governo do Estado do Espírito Santo, para fins da LRF, representou 52,26% da RCL, ficando abaixo do limite prudencial.

Da mesma forma, a despesa com pessoal do Poder Executivo representou 41,69% da RCL, não ultrapassando os limites prudencial e de alerta correspondentes.

2.2 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada menos as Disponibilidades de Caixa, as Aplicações Financeiras e os Demais Haveres Financeiros.

Os limites da dívida são definidos pela Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, conforme estabelecido no artigo 52 da Constituição Federal.

De acordo com a Resolução do Senado, até o final de 2017 (15 anos após a Resolução ser sancionada), o montante da DCL dos Estados deve estar limitado a duas vezes a RCL anual.

A tabela a seguir apresenta o resumo do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, nos exercícios de 2018 e 2017, o qual expõe que, em 2018, a DCL totalizou R\$ 2,571 bilhões, correspondendo ao percentual de 18,95% da RCL (17,34% em 2017) e atendendo ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM 2018 E 2017 (R\$ MILHÕES)

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	2018		2017	
	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	27.134	200	24.387	200
Dívida Consolidada Líquida	2.571	18,95	2.114	17,34

Fonte: RGF.



O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida abrange todos os poderes do Estado e compõe o RGF com o objetivo de assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação, além de outras informações relevantes sobre o tema.

2.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

De acordo com a LRF (artigo 29, inciso III), operação de crédito corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Conforme a Resolução nº 43/2001, artigo 7º, inciso I, do Senado Federal, o limite para operações de crédito internas e externas é de 16%

sobre a RCL, e o limite para operação de crédito por antecipação da receita é de 7% sobre a RCL.

Vale lembrar que, conforme estabelece a referida Resolução, não são consideradas, para fins de verificação do limite, as operações de crédito contratadas pelos Estados com a União, organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal.

A tabela a seguir demonstra que no percentual de comprometimento das receitas de operações de crédito realizadas, em relação à RCL, o Estado atendeu ao disposto na Resolução nº 43/2001, ficando abaixo do limite estabelecido.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM 2018 E 2017 (R\$ MILHÕES)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2018		2017	
	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal para Operações Internas e Externas	2.170	16	1.951	16
Operações de Crédito Internas e Externas	61	0,45	89	0,73
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receita	950	7	854	7
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	–	–	–	–

Fonte: RGF.

2.4 GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

O saldo de garantias concedidas pelo governo do Estado, ao final de dezembro de 2018, foi de R\$ 50,722 milhões, representando 0,37% da RCL e atendendo ao limite máximo de 22%, estabelecido pelo artigo 9º da Resolução do Senado nº 43/2001, conforme tabela a seguir:

GARANTIAS CONCEDIDAS EM 2018 E 2017 (R\$ MILHARES)

GARANTIAS CONCEDIDAS	2018		2017	
	VALOR	% RCL	VALOR	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	2.984.821	22	2.682.557	22
Total de Garantias	50.722	0,37	46.424	0,38

Fonte: RGF.

2.5 INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas até o término do exercício. Dividem-se em restos a pagar processados (despesas liquidadas e não pagas) e restos a pagar não processados (despesas empenhadas e não liquidadas).

Para a inscrição de despesas em restos a pagar, o ente público deve comprovar que possui recursos disponíveis para honrar os compro-



missos e observar se os recursos são legalmente vinculados à finalidade específica para a qual serão utilizados.

Em 2018, o Estado do Espírito Santo inscreveu em restos a pagar o montante de R\$ 697,442 milhões, sendo R\$ 208,787 milhões processados e R\$ 488,655 milhões não processados.

A disponibilidade de caixa bruta de recursos ordinários do governo do Estado, contemplando o Poder Executivo, demais poderes e o Ministério Público Estadual, menos as obrigações financeiras correspondentes totalizou, em 2018, aproximadamente R\$ 6,250 bilhões (após a inscrição dos restos a pagar processados e antes da inscrição dos restos a pagar não processados).

3 PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS DO ESTADO

Os investimentos em participações societárias dos órgãos da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta do governo do Estado do Espírito Santo, em 31/12/2018, foram avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP), pelo Método de Custo (MC) e pelo Método do Valor Justo (MVJ), assim como os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) das investidoras/controladoras em suas coligadas/investidas/controladas.

Investimentos em participações societárias derivam de operações nas quais a investidora adquire ações de outra sociedade, denominada investida.



As participações societárias, dependendo da intenção da investidora, podem ser classificadas em permanentes ou temporárias.

Para fins contábeis, existem três métodos de avaliação de investimentos em participações societárias: MEP, MC e MVJ.

As participações societárias permanentes são adquiridas com a intenção de permanência e classificadas no “Ativo Não Circulante/Investimentos”, sendo avaliadas pelo MEP ou MC.

As participações societárias temporárias são adquiridas exclusivamente para fins especulativos e classificadas no “Ativo Circulante” ou no “Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo”, sendo avaliadas pelo MVJ.

3.1 REGISTRO DOS INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS AVALIADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo MEP.

Coligadas são as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa.

Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, sem controlá-la, ou se o investidor mantém direta ou indiretamente 20% ou mais no poder de voto da investida.



Controladas são as sociedades na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas (indiretamente), é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Para que ocorra o controle, a investidora (controladora) tem que ter, direta ou indiretamente, mais de 50% das ações (ordinárias = capital votante) com direito a voto da investida (controlada). O capital social de uma companhia pode ser formado por ações preferenciais (que não têm direito a voto) e ordinárias (que têm direito a voto), ou seja, o capital social = capital não votante + capital votante, sendo que o percentual máximo ($0\% \leq$ preferenciais $\leq 50\%$) de ações preferenciais é de 50% e o percentual mínimo ($50\% \leq$ ordinárias $\leq 100\%$) de ações ordinárias corresponde a 50% do capital social da sociedade.

Pelo MEP, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o Patrimônio

Líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado.

As participações pelo MEP estão atualizadas na forma das demonstrações contábeis apresentadas pelas investidas em 31 de outubro de 2018, considerando o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2), que versa sobre Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28 (IASB – BV 2012), na qual a defasagem máxima entre as datas das demonstrações contábeis da investida e do investidor não pode ser superior a dois meses.

Segue a demonstração dos investimentos avaliados pelo MEP de propriedade do governo do Estado do Espírito Santo, para os anos 2017 e 2018.

**a) Companhia Espírito-santense de Saneamento (CESAN):**

PERÍODO DE APURAÇÃO MEP NA INVESTIDORA	31/12/2017	31/12/2018
Ações em Circulação	2.156.580.174	2.297.000.286
Ações Pertencentes ao Estado	1.843.911.766	1.966.560.204
Percentual de Participação no Capital Social (%)	85,50	85,61
Patrimônio Líquido (R\$)	2.316.422.000	2.485.517.691
Valor do Invest. Apurado pelo MEP (R\$)	1.980.579.174	2.127.958.019
Saldo na conta "Investimentos" (R\$) - (I)	1.877.430.247	1.980.579.174
Transf. de AFAC p/ conta "Investimentos" (R\$) - (II)	80.902.811	66.460.348
Registro de Juros sobre Capital Próprio (R\$) - (III)	42.221.189	49.224.408
Resultado do MEP (R\$) - (IV)	64.467.305	130.142.905
Valor Atual. Partic. Soc. (R\$) V = (I+II-III+IV)	1.980.579.174	2.127.958.019

* Com base nas últimas Demonstrações publicadas em 31/10/2018.

Do total de ações da CESAN, 325.318.385 pertencem à Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (ADERES), totalizando 14,162749% do capital social da empresa. Essa participação foi apurada pelo MEP no ano de 2018, cujo saldo da conta de "Investimentos" da ADERES, em 31/12/2018, é de R\$ 352.017.632.

**b) Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (BANDES):**

PERÍODO DE APURAÇÃO MEP NA INVESTIDORA	31/12/2017	31/12/2018
Ações que compõem o Capital Social	26.628.409.834	27.289.804.830
Ações em Tesouraria (-)	-801.536.738	-801.536.738
Ações em Circulação	25.826.873.096	26.488.268.092
Ações Pertencentes ao Estado	22.155.479.606	22.816.874.602
Percentual de Participação no Capital Social (%)	85,78	86,14
Patrimônio Líquido (R\$)	454.382.324	468.841.933
Valor do Investimento Apurado pelo MEP (R\$)	389.790.056	403.858.326
Saldo na conta "Investimentos" (R\$) - (I)	338.802.020	389.790.056
Transf. de AFAC p/ conta "Investimentos" (R\$) - (II)	56.785.707	-
Registro de Juros sobre Capital Próprio (R\$) - (III)	531.314	6.435.545
Resultado do MEP (R\$) - (IV)	-5.266.357	20.503.815
Valor Atual. Partic. Soc. (R\$) - V = (I+II-III+IV)	389.790.056	403.858.326

* Com base nas últimas Demonstrações publicadas em 31/10/2018.

**c) Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES):**

PERÍODO DE APURAÇÃO MEP NA INVESTIDORA	31/12/2017	31/12/2018
Ações em Circulação	315.912.860	315.912.860
Ações Pertencentes ao Estado	291.793.529	291.793.529
Percentual de Participação no Capital Social (%)	92,37	92,37
Patrimônio Líquido (R\$)	1.386.878.000	1.454.452.000
Valor do Investimento Apurado pelo MEP (R\$)	1.280.992.568	1.343.407.425
Saldo na conta "Investimentos" (R\$) - (I)	1.149.025.796	1.280.992.568
Resultado do MEP (R\$) - (II)	131.966.772	62.414.857
Valor Atualizado Participações Societárias (R\$) - III = (I+II)	1.280.992.568	1.343.407.425

* Com base nas últimas Demonstrações publicadas em 31/10/2018.

** O Conselho de Administração aprovou, em 02/07/2014, a proposta de agrupamento das ações de emissão da companhia, na proporção de 5 para 1, sendo evidenciada esta alteração, portanto, somente no balanço do 1º semestre de 2015, não acarretando em qualquer alteração no quadro acionário e no capital social desta Instituição Financeira.

**d) Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB):**

PERÍODO DE APURAÇÃO MEP NA INVESTIDORA	31/12/2017	31/12/2018
Ações em Circulação	93.473.015	93.473.015
Ações Pertencentes ao Estado	93.472.994	93.472.994
Percentual de Participação no Capital Social (%)	99,99	99,99
Patrimônio Líquido (R\$)	62.904.282	55.995.668
Ajuste do PL pelo MEP (AFAC) (R\$)	-17.422.269	-
Valor do Patrimônio Líquido Ajustado (R\$)	45.282.013	-
Valor do Investimento Apurado pelo MEP (R\$)	45.482.002	37.098.691
Saldo na conta "Investimentos" (R\$) - (I)	93.473.015	45.482.002
Resultado do MEP (R\$) - (II)	-47.991.013	-8.383.311
Valor Atualizado Participações Societárias (R\$) - III = (I+II)	45.482.002	37.098.691

* Com base nas últimas Demonstrações publicadas em 31/10/2018.

**e) Companhia de Habitação e Urbanização do Espírito Santo (COHAB):**

PERÍODO DE APURAÇÃO MEP NA INVESTIDORA	31/12/2017	31/12/2018
Capital Social (R\$)	4.525.000	4.525.000
Ações em Circulação	69.201.819.208	69.201.819.208
Ações Pertencentes ao Estado	69.201.819.208	69.201.819.208
Percentual de Participação no Capital Social (%)	100	100
Patrimônio Líquido (R\$)	19.942.774	19.983.498
Valor do Invest. Apurado pelo MEP (R\$)	19.942.774	19.983.498
Saldo na conta "Investimentos" (R\$) - (I)	3.158.370	19.942.774
Resultado do MEP (R\$) - (II)	16.784.404	40.724
Valor Atualizado Participações Societárias (R\$) - III = (I+II)	19.942.774	19.983.498

* Com base nas últimas Demonstrações publicadas em 31/10/2018.

**f) Fundo de Desenvolvimento e Participações do Estado do Espírito Santo (FUNDEPAR):**

PERÍODO DE APURAÇÃO MEP NA INVESTIDORA	31/12/2017	31/12/2018
Ações em Circulação	139.560.997	139.560.997
Ações Pertencentes ao Estado	139.560.997	139.560.997
Percentual de Participação no Capital Social (%)	100	100
Patrimônio Líquido (R\$)	147.783.567	148.415.310
Valor do Invest. Apurado pelo MEP (R\$)	147.783.567	148.415.310
Saldo na conta "Investimentos" (R\$) - (I)	168.309.735	147.783.567
AFAC - BANDES (R\$) - (II)	-25.000.000	-
Resultado do MEP (R\$) - (III)	4.473.833	631.743
Valor Atual. Participações Societárias (R\$) - IV = (I+II+III)	147.783.567	148.415.310

* Com base nas últimas Demonstrações publicadas em 31/10/2018.

**g) Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (CEASA):**

PERÍODO DE APURAÇÃO MEP NA INVESTIDORA	31/12/2017	31/12/2018
Ações em Circulação	3.159.557	3.159.557
Ações Pertencentes ao Estado	3.039.545	3.039.545
Percentual de Participação no Capital Social (%)	96,20	96,20
Patrimônio Líquido (R\$)	7.567.676	6.919.183
Valor do Invest. Apurado pelo MEP (R\$)	7.280.227	6.656.366
Saldo na conta "Investimentos" (R\$) - (I)	6.008.813	7.280.227
Transf. de AFAC p/conta "Investimentos" (R\$) - (II)	677.533	-
Resultado do MEP (R\$) - (III)	593.881	-623.861
Valor Atualizado Partic. Societárias (R\$) - IV = (I+II+III)	7.280.227	6.656.366

* Com base nas últimas Demonstrações publicadas em 31/10/2018.

3.2 RECONHECIMENTO DOS INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO

Os investimentos em participação no capital social em outras sociedades serão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente, e que não será modificado em razão do recebimento, sem custo para a companhia, de ações ou quotas bonificadas.

O MC é aplicável aos investimentos em outras sociedades que não são coligadas (não há influência significativa) e nem controladas (possuem menos de 50% das ações ordinárias/capital votante e não têm influência significativa na investida). Esse método baseia-se no fato de que a investidora registra somente as operações ou transações

baseadas em atos formais, pois, de fato, os dividendos são registrados como receita no momento em que são declarados e distribuídos, ou reconhecidos pela empresa investida.

Por esse método, os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas. A entidade investidora somente reconhece o rendimento na medida em que recebe as distribuições de lucros do item investido. As distribuições provenientes de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente são reconhecidas como receita patrimonial. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Segue a demonstração do investimento avaliado pelo MC de propriedade do governo do Estado do Espírito Santo.

**a) Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA):**

PERÍODO DE APURAÇÃO MEP NA INVESTIDORA	31/12/2017	31/12/2018
Valor da Partic. da União no Capital Social (R\$)	296.312.397	296.312.397
Valor da Partic. do Estado no Capital Social (R\$)	1.627.695	1.627.695
Valor da Partic. de Outros no Capital Social (R\$)	5,6	5,6
Valor do Capital Social da CODESA (R\$)	297.490.097	297.940.097
Valor Partic. do Estado no Capital Social (R\$)	1.627.695	1.627.695

* Com base nas últimas Demonstrações publicadas.

O investimento do Estado do Espírito Santo na CODESA S/A é avaliado pelo MC, pois o percentual de participação do Estado em seu capital social é de 0,54631629%.

**b) Demais Unidades Gestoras:**

800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ		
SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Claro S/A	24.511	24.511
TOTAL	442	442
220202 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Claro S/A	442	442
TOTAL	442	442
270201 - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES		
SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Claro S/A	4.999	4.999
TOTAL	4.999	4.999
030101 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Outras Participações	13.081	13.081
TOTAL	13.081	13.081



3.3 REGISTRO DOS INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS AVALIADAS PELO MÉTODO DO VALOR JUSTO (PREÇO DE MERCADO)

Os títulos patrimoniais de outras companhias mantidos pela investidora constituem um ativo financeiro, que é um instrumento financeiro, e podem ser classificados como disponíveis para venda ou destinados à negociação.

As aplicações em instrumentos financeiros (investimentos temporários em ações de outras empresas) serão avaliadas pelo MVJ quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.

“Valor Justo” (*Fair Value*) é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Segue a demonstração dos investimentos avaliados pelo MVJ de propriedade dos órgãos da Administração Direta (Centralizada) do Poder Executivo Estadual.

**220101 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Outras Participações	2.500	2.500
TOTAL	2.500	2.500

310101 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Telenorte Leste Participações S/A	4.834	4.834
TOTAL	4.834	4.834

800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ

SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Telecomunicações Brasileiras S/A	5.473	468
TIM Participações S/A	42.575	38.025
Telefônica Brasil S/A	199.934	194.095
Contax Participações S/A	7	2
Petrobras Petróleo Brasileiro S/A	3.962.453	5.861.934
OI S/A	27.204	9.700
TOTAL	4.237.646	6.104.224



Segue o saldo, em 31/12/2018, dos demais investimentos avaliados pelo MVJ de propriedade das entidades da Administração Indireta (Descentralizada) do Poder Executivo.

220202 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
OI S/A	2.657	2.657
TOTAL	2.657	2.657

270201 - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES		
SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Telecomunicações Brasileiras S/A	1.131	930
TIM Participações S/A	8.698	7.868
Telefônica Brasil S/A	33.308	32.585
Banco do Estado do Espírito Santo S/A	5.026	5.782
OI S/A	464	163
TOTAL	48.627	47.328

280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL		
SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
OI S/A	293	293
TOTAL	293	293

**280203 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO**

SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Vivo Participações S/A	3.173	3.173
Embratel Participações S/A	3.499	3.499
OI S/A	9.474	9.474
TOTAL	16.146	16.146

300205 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO

SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Banco do Estado do Espírito Santo S/A	9.157.500	10.890.000
Telemar Norte Leste S/A	2.693	111
TOTAL	9.160.193	10.890.111

310202 - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Telecomunicações Brasileiras S/A	2.247	1.899
TIM Participações S/A	17.489	15.820
Embratel Participações S/A	7.619	7.619
Telefônica Brasil S/A	69.449	67.651
Embraer S/A	20	22
OI S/A	1.469	519
TOTAL	98.293	93.530



310203 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO		
SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Outras Participações	3	3
TOTAL	3	3

350201 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		
SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo	102	102
TOTAL	102	102

440901 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE		
SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
OI S/A	13	13
TOTAL	13	13

450202 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		
SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Telecomunicações Brasileiras S/A	279	279
Vivo Participações S/A	59.235	59.235
TIM Participações S/A	17.561	17.561
Embratel Participações S/A	9.826	9.826
OI S/A	889	889
TOTAL	87.790	87.790

**480201 - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO**

SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Telecomunicações Brasileiras S/A	76	76
TIM Participações S/A	5.491	5.491
Telenorte Leste Participações S/A	8.330	8.330
Telefônica Brasil S/A	54.102	54.102
Telemar Norte Leste S/A	36.076	36.076
TOTAL	104.074	104.074

600201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
Telecomunicações Brasileiras S/A	607	524
TIM Participações S.A	4.978	4.446
Telefônica Brasil S.A	20.668	20.066
OI S/A	945	327
TOTAL	27.198	25.363



3.4 REGISTRO DE APORTES PROVENIENTES DOS ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) são os recursos recebidos pela empresa de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital. Os aportes correspondentes realizados ao longo do exercício de 2018 estão descritos conforme o quadro a seguir.

SOCIEDADES	SALDO EM 31/12/2017 (R\$)	AUMENTO/REDUÇÃO (R\$)	SALDO EM 31/12/2018 (R\$)
CODESA S/A	478.586	5.305	483.891
BANDES S/A	1.972.756	9.798.256	11.771.012
CESAN S/A	31.615.493	10.474.160	42.089.653
CETURB S/A	17.541.647	6.398.798	23.940.445
Total	51.608.482	26.676.519	78.285.001



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS





BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício: 2018

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	RECEITAS REALIZADAS (C)	SALDO (D) =(C-B)
RECEITAS CORRENTES (I)		15.310.707.581,00	16.466.010.788,17	16.473.578.147,80	7.567.359,63
RECEITA TRIBUTÁRIA		6.847.285.227,00	7.481.237.228,05	7.645.450.152,10	164.212.924,05
IMPOSTOS		6.156.499.800,00	6.790.451.801,05	6.985.178.250,00	194.726.448,95
TAXAS		690.785.427,00	690.785.427,00	660.271.902,10	-30.513.524,90
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		2.997.348.045,00	2.997.348.045,00	2.873.786.446,74	-123.561.598,26
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		2.997.348.045,00	2.997.348.045,00	2.873.786.446,74	-123.561.598,26
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL		654.970.618,00	657.970.618,00	555.424.306,73	-102.546.311,27
RECEITAS IMOBILIÁRIAS		679.241,00	679.241,00	868.571,08	189.330,08
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		653.884.231,00	656.884.231,00	548.777.866,97	-108.106.364,03
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		7.146,00	7.146,00	125.237,00	118.091,00
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		400.000,00	400.000,00	5.649.242,61	5.249.242,61

continua

continuação

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	RECEITAS REALIZADAS (C)	SALDO (D) =(C-B)
RECEITA DECORRENTE DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BENS PÚBLICOS DE ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	3.389,07	3.389,07
RECEITA AGROPECUÁRIA		4.324,00	4.324,00	11.438,10	7.114,10
RECEITA DE PRODUÇÃO VEGETAL		3.000,00	3.000,00	2.278,65	-721,35
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS		1.324,00	1.324,00	9.159,45	7.835,45
RECEITA INDUSTRIAL		18.003.417,00	18.003.417,00	14.063.582,68	-3.939.834,32
RECEITA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		18.003.417,00	18.003.417,00	14.063.582,68	-3.939.834,32
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		63.928.322,00	65.940.519,49	68.108.713,20	2.168.193,71
RECEITA DE SERVIÇOS		63.928.322,00	65.940.519,49	68.108.713,20	2.168.193,71
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		4.393.998.676,00	4.903.260.654,63	4.906.652.334,65	3.391.680,02
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		4.346.175.704,00	4.855.437.682,63	4.877.746.524,80	22.308.842,17
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		5.815.714,00	5.815.714,00	751.388,98	-5.064.325,02

continua

continuação

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	RECEITAS REALIZADAS (C)	SALDO (D) =(C-B)
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS		0,00	0,00	34.975,70	34.975,70
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		42.007.258,00	42.007.258,00	28.119.445,17	-13.887.812,83
TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE À FOME		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		335.168.952,00	342.245.982,00	410.081.173,60	67.835.191,60
MULTAS E JUROS DE MORA		112.424.963,00	114.474.963,00	157.451.699,28	42.976.736,28
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		99.939.370,00	104.966.400,00	150.548.888,70	45.582.488,70
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		70.838.318,00	70.838.318,00	33.130.134,46	-37.708.183,54
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS		51.966.301,00	51.966.301,00	68.950.451,16	16.984.150,16
RECEITAS DE CAPITAL (II)		1.560.167.870,00	1.560.559.542,65	124.199.702,30	-1.436.359.840,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.328.830.000,00	1.328.830.000,00	61.324.082,54	-1.267.505.917,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		997.438.000,00	997.438.000,00	2.284.146,19	-995.153.853,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		331.392.000,00	331.392.000,00	59.039.936,35	-272.352.063,65
ALIENAÇÃO DE BENS		1.846.000,00	2.237.672,65	5.529.943,27	3.292.270,62
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		1.846.000,00	2.237.672,65	5.462.883,00	3.225.210,35
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00	67.060,27	67.060,27

continua

continuação

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	RECEITAS REALIZADAS (C)	SALDO (D) =(C-B)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		194.290.322,00	194.290.322,00	18.312.282,11	-175.978.039,89
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		31.730.499,00	31.730.499,00	8.376.452,24	-23.354.046,76
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		3.171.000,00	3.171.000,00	0,00	-3.171.000,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		159.388.823,00	159.388.823,00	9.935.829,87	-149.452.993,13
TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE À FOME		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		35.201.548,00	35.201.548,00	39.033.394,38	3.831.846,38
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DA DÍV. ATIVA PROV. DA AMORTIZ. EMP. E FINANCIAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL RESGATADOS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE CERTIFICADOS DE POTENCIAL ADICIONAL DE CONSTRUÇÃO (CEPAC)		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		35.201.548,00	35.201.548,00	39.033.394,38	3.831.846,38
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		16.870.875.451,00	18.026.570.330,82	16.597.777.850,10	-1.428.792.480,72

continua



continuação

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	RECEITAS REALIZADAS (C)	SALDO (D) =(C-B)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		16.870.875.451,00	18.026.570.330,82	16.597.777.850,10	-1.428.792.480,72
DÉFICIT (VI)		-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)		16.870.875.451,00	18.026.570.330,82	16.597.777.850,10	-1.428.792.480,72
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		-	1.565.559.325,29	1.230.329.662,54	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	0,00	0,00	-
SUPERÁVIT FINANCEIRO	37	-	1.564.458.015,22	1.230.252.334,09	-
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS		-	1.101.310,07	77.328,45	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	DOTAÇÃO INICIAL (E)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (F)	DESPESAS EMPENHADAS (G)	DESPESAS LIQUIDADAS (H)	DESPESAS PAGAS (I)	SALDO DA DOTAÇÃO (J) = (F-G)
DESPESAS CORRENTES (VIII)		13.585.680.091,00	15.252.091.864,02	14.307.620.813,06	14.096.545.728,03	13.916.997.095,20	944.471.050,96
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		9.561.886.358,08	10.109.765.174,10	9.730.696.635,21	9.727.261.293,63	9.714.602.632,61	379.068.538,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		378.220.282,00	336.452.993,79	328.252.451,60	328.252.451,60	328.252.451,60	8.200.542,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.645.573.450,92	4.805.873.696,13	4.248.671.726,25	4.041.031.982,80	3.874.142.010,99	557.201.969,88
DESPESAS DE CAPITAL (IX)		2.287.385.672,00	3.606.075.929,77	1.660.799.302,65	1.346.643.180,59	1.314.340.385,03	1.945.276.627,12
INVESTIMENTOS		1.565.944.067,00	2.805.090.683,33	1.085.496.941,13	771.340.819,07	741.532.583,02	1.719.593.742,20
INVERSÕES FINANCEIRAS		558.681.000,00	654.768.562,28	431.169.761,01	431.169.761,01	428.675.201,50	223.598.801,27
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		162.760.605,00	146.216.684,16	144.132.600,51	144.132.600,51	144.132.600,51	2.084.083,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)		246.340.227,00	2.092.401,32	0,00	0,00	0,00	2.092.401,32
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)		16.119.405.990,00	18.860.260.195,11	15.968.420.115,71	15.443.188.908,62	15.231.337.480,23	2.891.840.079,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (XII)		165.981.461,00	146.381.461,00	146.017.840,69	146.017.840,69	146.017.840,69	363.620,31
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA		165.981.461,00	146.381.461,00	146.017.840,69	146.017.840,69	146.017.840,69	363.620,31
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		165.981.461,00	146.381.461,00	146.017.840,69	146.017.840,69	146.017.840,69	363.620,31
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+XII)		16.285.387.451,00	19.006.641.656,11	16.114.437.956,40	15.589.206.749,31	15.377.355.320,92	2.892.203.699,71
SUPERÁVIT (XIV)	41	-	-	483.339.893,70	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII+XIV)		16.285.387.451,00	19.006.641.656,11	16.597.777.850,10	15.589.206.749,31	15.377.355.320,92	2.892.203.699,71
RESERVA DO RPPS		585.488.000,00	585.488.000,00	0,00	0,00	0,00	585.488.000,00

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Exercício: 2018

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (C)	PAGOS (D)	CANCELADOS (E)	SALDO (F) = (A+B-D-E)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (B)				
DESPESAS CORRENTES	10.197.327,54	182.567.989,22	114.676.407,92	113.773.654,10	62.140.065,03	16.851.597,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	600.735,97	4.654.633,41	1.768.649,76	1.768.649,76	3.455.775,26	30.944,36
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.596.591,57	177.913.355,81	112.907.758,16	112.005.004,34	58.684.289,77	16.820.653,27
DESPESAS DE CAPITAL	1.232.756,04	169.804.223,09	120.766.246,86	118.191.588,01	47.843.876,89	5.001.514,23
INVESTIMENTOS	1.232.756,04	169.804.223,09	120.766.246,86	118.191.588,01	47.843.876,89	5.001.514,23
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	11.430.083,58	352.372.212,31	235.442.654,78	231.965.242,11	109.983.941,92	21.853.111,86

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Exercício: 2018

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO (E) = (A+B-C-D)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (B)			
DESPESAS CORRENTES	26.436.755,39	198.615.880,26	172.790.651,77	9.601.213,60	42.660.770,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.034.346,30	11.463.128,95	11.181.581,28	547.244,21	768.649,76
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.402.409,09	187.152.751,31	161.609.070,49	9.053.969,39	41.892.120,52
DESPESAS DE CAPITAL	18.532.879,88	39.801.018,86	41.587.572,38	2.305.174,63	14.441.151,73
INVESTIMENTOS	17.202.198,52	39.191.393,50	41.081.688,36	1.788.898,42	13.523.005,24
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.330.681,36	609.625,36	505.884,02	516.276,21	918.146,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	44.969.635,27	238.416.899,12	214.378.224,15	11.906.388,23	57.101.922,01

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

BALANÇO FINANCEIRO

Exercício: 2018

Anexo XIII, da Lei 4.320/64

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)		16.597.777.850,10	15.138.080.942,50	DESPA ORÇAMENTÁRIA (VI)		16.114.437.956,40	14.392.338.001,88
Ordinária		9.186.186.376,78	7.961.310.521,36	Ordinária		7.571.067.870,98	6.457.083.912,89
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS		9.186.186.376,78	7.961.310.521,36	101 - RECURSOS ORDINÁRIOS		7.093.086.795,02	6.242.337.432,60
301 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS ORDINÁRIOS		0,00	0,00	301 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS ORDINÁRIOS		477.981.075,96	214.746.480,29
VINCULADA		7.411.591.473,32	7.176.770.421,14	VINCULADA		8.543.370.085,42	7.935.254.088,99
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		1.633.441.138,16	1.546.083.556,25	RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		2.093.959.578,29	1.897.370.145,04
102 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		568.311.361,12	516.038.578,56	102 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		996.630.368,51	874.944.818,65
113 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) - 60%		660.224.904,10	603.686.504,88	113 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) - 60%		642.470.726,39	595.670.756,96
114 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) - 40%		305.664.734,34	294.759.178,60	114 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) - 40%		314.300.587,51	281.461.977,01

continua

continuação

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
131 - COTA-PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		69.851.201,95	70.050.469,63	131 - COTA-PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		46.454.735,62	40.012.682,37
146 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)		61.868,91	48.927,81	147 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)		0,00	5.965.131,01
147 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)		13.035.406,26	22.576.815,54	152 - PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL		2.044.443,99	8.414.597,67
148 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)		11.498,60	51.675,66	302 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - MDE		3.749.772,79	1.010.008,26
149 - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO		154.390,27	209.831,59	314 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - FUNDEB 40%		21.887.248,63	26.111.919,14
151 - PROGRAMA DE APOIO AO SISTEMA DE ENSINO PARA ATENDIMENTO AO EJA		13.862,93	19.154,42	331 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA-PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		32.663.423,52	51.922.500,79
152 - PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL		8.310.573,71	36.565.938,38	347 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)		16.065.737,71	9.237.300,04
165 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)		7.801.335,97	2.076.481,18	348 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)		121.167,61	170.548,46
331 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA-PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		0,00	0,00	352 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL		13.067.930,01	0,00

continua

continuação

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
352 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL		0,00	0,00	365 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PRONATEC		4.503.436,00	2.447.904,68
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		1.841.106.516,37	1.767.923.206,72	RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE		2.602.313.661,54	2.401.135.144,55
104 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		1.212.165.667,89	1.129.383.595,18	104 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		1.931.409.059,49	1.758.121.150,33
134 - INCENTIVO SUS - UNIÃO		18.217.289,15	19.112.491,06	134 - INCENTIVO SUS - UNIÃO		8.762.881,83	8.293.237,67
135 - SUS - PRODUÇÃO		610.723.559,33	619.427.120,48	135 - SUS - PRODUÇÃO		576.871.383,11	568.458.550,48
304 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		0,00	0,00	304 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		25.140.714,40	10.079.081,74
334 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCENTIVO SUS UNIÃO		0,00	0,00	334 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCENTIVO SUS UNIÃO		9.093.605,65	9.269.282,24
335 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - SUS PRODUÇÃO		0,00	0,00	335 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - SUS PRODUÇÃO		51.036.017,06	46.913.842,09
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)		3.168.913.576,75	3.058.420.904,22	RECURSOS DESTINADO À PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)		2.802.367.051,08	2.643.757.903,42
270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA		3.168.913.576,75	3.058.420.904,22	270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA		2.719.924.914,66	2.599.273.878,92
670 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA		0,00	0,00	670 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA		82.442.136,42	44.484.024,50
RECURSOS VINCULADOS À SEGURIDADE SOCIAL		0,00	0,00	RECURSOS DESTINADO À SEGURIDADE SOCIAL		0,00	0,00

continua



continuação

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS		768.130.242,04	804.342.753,95	OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS		1.044.729.794,51	992.990.895,98
000 - CAUÇÕES E VALORES RESTITUÍVEIS		0,00	0,00	115 - ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	2.474.050,24
112 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - DEC 2829-R, DE 17/08/11		303.510,76	425.889,83	133 - CONVÊNIOS - UNIÃO		17.957.340,52	23.319.945,63
115 - ALIENAÇÃO DE BENS		1.771.435,69	3.815.035,34	139 - DOAÇÕES		0,00	572.738,34
116 - DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 10.549, DE 1º JULHO DE 2016		33.208.230,43	4.166.582,52	141 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		0,00	360.000,00
133 - CONVÊNIOS - UNIÃO		40.525.185,15	52.785.825,92	142 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		17.248.035,24	43.511.083,22
136 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A MUNICÍPIOS		0,00	0,00	143 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		48.937.900,25	81.450.654,43
139 - DOAÇÕES		1.303.318,80	2.157.055,96	154 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		20.384.897,00	26.687.729,00
141 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		768.216,00	605.307,13	157 - INCENTIVO SUAS - UNIÃO		40.562,46	533.141,50
142 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		29.524.286,96	54.144.000,92	159 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS		79.930.253,28	65.108.717,96
143 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		62.384.499,19	90.534.242,96	163 - RECURSOS LEI PELÉ		1.399.561,15	1.779.666,62
144 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - CIDE		0,00	0,00	166 - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)		0,00	0,00
150 - PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS (PROGESTÃO)		0,00	730.802,14	271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO		350.634.912,15	372.015.385,21

continua



continuação

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
154 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		21.822.105,36	27.343.243,87	272 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS		14.139.631,38	8.770.847,70
157 - INCENTIVO SUAS - UNIÃO		798.661,51	2.734.250,28	274 - TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.479.304,30	2.098.786,03
159 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS		150.902.768,91	118.518.391,83	275 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		0,00	0,00
163 - RECURSOS LEI PELÉ		2.903.245,65	3.529.327,83	315 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ALIENAÇÃO DE BENS		1.648.886,95	3.529.592,17
164 - TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS ROYALTIES LEI 8.308/06		0,00	0,00	316 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 10.549, DE 1º JULHO DE 2016		4.933.705,79	0,00
166 - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)		4.607.484,14	0,00	333 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS UNIÃO		35.941.430,69	29.805.539,69
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO		390.058.412,42	415.246.956,18	339 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - DOAÇÕES		62.736,84	1.024.076,74
272 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS		20.473.032,12	20.130.900,36	341 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		660.799,43	2.813.695,53
273 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		469,38	9.479,10	342 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		231.587.827,14	163.198.569,56
274 - TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		5.517.255,77	6.857.443,46	343 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		8.854.515,95	17.856.088,39

continua

continuação

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
275 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		1.258.123,80	525.706,55	350 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS (PROGESTÃO)		0,00	341.000,02
333 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS UNIÃO		0,00	0,00	354 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CIDE		1.184.374,35	0,00
342 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	357 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCENTIVO SUAS - UNIÃO		2.739.157,84	267.359,80
343 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	359 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS		82.318.078,10	29.254.059,95
671 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ARRECADADO PELO ÓRGÃO		0,00	82.311,77	363 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS LEI PELÉ		2.294.229,29	2.839.422,06
672 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS		0,00	0,00	671 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ARRECADADO PELO ÓRGÃO		107.034.130,14	99.623.163,95
				672 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS		11.486.366,54	12.221.291,80
				673 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		10.815,68	118.343,95
				674 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.041.024,59	1.415.946,49
				675 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		779.317,46	0,00

continua

continuação

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)		11.286.243.552,67	9.789.808.711,90	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)		11.286.243.552,67	9.789.808.711,90
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	43	9.079.627.714,58	7.720.597.902,63	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	43	9.079.627.714,58	7.720.597.902,63
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		2.005.700.693,18	1.842.580.215,51	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		2.005.700.693,18	1.842.580.215,51
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	44	200.915.144,91	226.630.593,76	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	44	200.915.144,91	226.630.593,76
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)		8.937.473.691,11	8.330.934.901,05	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)		8.627.527.810,04	8.223.874.700,04
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		525.231.207,09	352.372.212,31	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		233.432.449,76	164.525.511,08
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		211.851.428,39	238.416.899,12	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		212.911.016,50	224.092.726,86
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		8.184.901.155,88	7.738.826.028,42	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		8.168.128.853,56	7.834.458.462,14
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		15.489.899,75	1.319.761,20	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		13.055.490,22	797.999,96
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)		6.498.651.797,80	5.645.848.656,17	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)		7.291.937.572,57	6.498.651.797,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - CONSOLIDAÇÃO		2.930.273.882,80	2.618.326.948,17	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - CONSOLIDAÇÃO		3.148.418.249,05	2.930.273.882,80

continua



continuação

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CAIXA		15.043,49	15.246,89	CAIXA		15.043,49	15.043,49
CONTA ÚNICA		4.611.854,76	25.567.666,94	CONTA ÚNICA		3.490.012,17	4.611.854,76
CONTA ÚNICA RPPS		16.294,51	32.656,73	CONTA ÚNICA RPPS		0,00	16.294,51
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS		23.516.894,96	56.926.584,45	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS		18.334.830,84	23.516.894,96
REDE BANCÁRIA - ARRECADAÇÃO		9.224.206,61	9.113.403,08	REDE BANCÁRIA - ARRECADAÇÃO		10.079.080,28	9.224.206,61
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		2.892.889.588,47	2.526.671.390,08	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		3.116.499.282,27	2.892.889.588,47
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - INTRA OFSS		0,00	0,00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - INTRA OFSS		0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	45	312.298.359,47	413.783.962,37	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	45	322.473.881,97	312.298.359,47
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES DE CURTO E LONGO PRAZOS - RPPS		3.256.079.555,53	2.613.737.745,63	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES DE CURTO E LONGO PRAZOS - RPPS		3.821.045.441,55	3.256.079.555,53
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		43.320.146.891,68	38.904.673.211,62	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		43.320.146.891,68	38.904.673.211,62

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

ANEXO 13.1 - QUADRO ANEXO AO BALANÇO FINANCEIRO

Exercício: 2018

	2018			2017		
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (B)	SALDO (C) = (A-B)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (D)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (E)	SALDO (F) = (D-E)
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	21.606.462.910,08	-5.008.685.059,98	16.597.777.850,10	19.685.616.743,76	-4.547.535.801,26	15.138.080.942,50
ORDINÁRIA	11.122.807.664,37	-1.936.621.287,59	9.186.186.376,78	9.728.849.796,61	-1.767.539.275,25	7.961.310.521,36
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.122.807.664,37	-1.936.621.287,59	9.186.186.376,78	9.728.849.796,61	-1.767.539.275,25	7.961.310.521,36
301 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VINCULADA	10.483.655.245,71	-3.072.063.772,39	7.411.591.473,32	9.956.766.947,15	-2.779.996.526,01	7.176.770.421,14
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	1.633.441.827,73	-689,57	1.633.441.138,16	1.546.083.921,19	-364,94	1.546.083.556,25
102 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	568.311.361,12	0,00	568.311.361,12	516.038.943,50	-364,94	516.038.578,56
113 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) - 60%	660.224.904,10	0,00	660.224.904,10	603.686.504,88	0,00	603.686.504,88
114 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) - 40%	305.664.734,34	0,00	305.664.734,34	294.759.178,60	0,00	294.759.178,60
131-COTA-PARTEESTADUALDOSALÁRIO-EDUCAÇÃO	69.851.891,52	-689,57	69.851.201,95	70.050.469,63	0,00	70.050.469,63

continua

continuação

	2018			2017		
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (B)	SALDO (C) = (A-B)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (D)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (E)	SALDO (F) = (D-E)
146 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)	61.868,91	0,00	61.868,91	48.927,81	0,00	48.927,81
147 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	13.035.406,26	0,00	13.035.406,26	22.576.815,54	0,00	22.576.815,54
148 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)	11.498,60	0,00	11.498,60	51.675,66	0,00	51.675,66
149 - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	154.390,27	0,00	154.390,27	209.831,59	0,00	209.831,59
151 - PROGRAMA DE APOIO AO SISTEMA DE ENSINO PARA ATENDIMENTO AO EJA	13.862,93	0,00	13.862,93	19.154,42	0,00	19.154,42
152 - PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL	8.310.573,71	0,00	8.310.573,71	36.565.938,38	0,00	36.565.938,38
165 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)	7.801.335,97	0,00	7.801.335,97	2.076.481,18	0,00	2.076.481,18
331 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - COTA-PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
352 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	1.841.134.599,04	-28.082,67	1.841.106.516,37	1.767.924.356,71	-1.149,99	1.767.923.206,72
104 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	1.212.168.900,99	-3.233,10	1.212.165.667,89	1.129.383.595,18	0,00	1.129.383.595,18

continua

continuação

	2018			2017		
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (B)	SALDO (C) = (A-B)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (D)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (E)	SALDO (F) = (D-E)
134 - INCENTIVO SUS - UNIÃO	18.242.138,72	-24.849,57	18.217.289,15	19.113.641,05	-1.149,99	19.112.491,06
135 - SUS - PRODUÇÃO	610.723.559,33	0,00	610.723.559,33	619.427.120,48	0,00	619.427.120,48
304 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
334 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCENTIVO SUS UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
335 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - SUS PRODUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)	3.221.382.903,88	-52.469.327,13	3.168.913.576,75	3.067.010.807,06	-8.589.902,84	3.058.420.904,22
270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	3.221.382.903,88	-52.469.327,13	3.168.913.576,75	3.067.010.807,06	-8.589.902,84	3.058.420.904,22
670 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS À SEGURIDADE SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	3.787.695.915,06	-3.019.565.673,02	768.130.242,04	3.575.747.862,19	-2.771.405.108,24	804.342.753,95
000 - CAUÇÕES E VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - DEC 2829-R, DE 17/08/11	303.510,76	0,00	303.510,76	425.889,83	0,00	425.889,83
115 - ALIENAÇÃO DE BENS	1.771.435,69	0,00	1.771.435,69	4.060.435,34	-245.400,00	3.815.035,34

continua

continuação

	2018			2017		
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (B)	SALDO (C) = (A-B)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (D)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (E)	SALDO (F) = (D-E)
116 - DEPÓSITOS JUDICIAIS – LEI 10.549, DE 1º JULHO DE 2016	33.208.230,43	0,00	33.208.230,43	4.166.582,52	0,00	4.166.582,52
133 - CONVÊNIOS - UNIÃO	40.702.825,21	-177.640,06	40.525.185,15	52.854.457,74	-68.631,82	52.785.825,92
136 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A MUNICÍPIOS	2.868.108.106,15	-2.868.108.106,15	0,00	2.612.951.366,35	-2.612.951.366,35	0,00
139 - DOAÇÕES	1.303.318,80	0,00	1.303.318,80	2.157.055,96	0,00	2.157.055,96
141 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	768.216,00	0,00	768.216,00	605.307,13	0,00	605.307,13
142 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	29.558.541,28	-34.254,32	29.524.286,96	99.274.155,18	-45.130.154,26	54.144.000,92
143 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	62.384.499,19	0,00	62.384.499,19	90.534.242,96	0,00	90.534.242,96
144 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - CIDE	7.200.585,80	-7.200.585,80	0,00	8.985.767,41	-8.985.767,41	0,00
150 - PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS (PROGESTÃO)	0,00	0,00	0,00	730.802,14	0,00	730.802,14
154 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	21.822.105,36	0,00	21.822.105,36	27.343.243,87	0,00	27.343.243,87
157 - INCENTIVO SUAS - UNIÃO	810.973,13	-12.311,62	798.661,51	2.734.250,28	0,00	2.734.250,28
159 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS	151.986.394,65	-1.083.625,74	150.902.768,91	118.546.483,12	-28.091,29	118.518.391,83
163 - RECURSOS LEI PELÉ	2.903.245,65	0,00	2.903.245,65	3.529.327,83	0,00	3.529.327,83

continua

continuação

	2018			2017		
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (B)	SALDO (C) = (A-B)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (D)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (E)	SALDO (F) = (D-E)
164 - TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS ROYALTIES LEI 8.308/06	141.766.376,69	-141.766.376,69	0,00	103.102.069,05	-103.102.069,05	0,00
166 - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)	4.607.484,14	0,00	4.607.484,14	0,00	0,00	0,00
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	391.241.106,34	-1.182.693,92	390.058.412,42	416.125.615,59	-878.659,41	415.246.956,18
272 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	20.473.073,82	-41,70	20.473.032,12	20.131.210,70	-310,34	20.130.900,36
273 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	469,38	0,00	469,38	18.823,24	-9.344,14	9.479,10
274 - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.517.292,79	-37,02	5.517.255,77	6.859.293,52	-1.850,06	6.857.443,46
275 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.258.123,80	0,00	1.258.123,80	525.706,55	0,00	525.706,55
333 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
342 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
343 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
671 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	0,00	0,00	0,00	85.775,88	-3.464,11	82.311,77
672 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	21.606.462.910,08	-5.008.685.059,98	16.597.777.850,10	19.685.616.743,76	-4.547.535.801,26	15.138.080.942,50

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício: 2018

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ATIVO CIRCULANTE		6.653.166.739,62	3.982.226.804,58	PASSIVO CIRCULANTE		1.159.815.099,62	1.091.973.087,15
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	3.148.418.249,05	2.930.273.882,80	Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Curto Prazo	19	220.930.665,38	132.264.704,55
Créditos a Curto Prazo		2.512.892.791,05	166.797.474,51	Pessoal a Pagar		177.283.628,14	91.261.434,38
Créditos Tributários a Receber	9.1	2.487.996.951,92	131.872.990,36	Benefícios Previdenciários a Pagar		76.008,43	0,00
Clientes	9.2	24.835.140,76	34.863.785,78	Benefícios Assistenciais a Pagar		0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber		0,00	0,00	Encargos Sociais a Pagar		43.571.028,81	41.003.270,17
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	9.3	60.698,37	60.698,37	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	20	239.603.276,84	301.377.474,74
Dívida Ativa Tributária		0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	21	150.811.818,77	159.035.875,60
Dívida Ativa Não Tributária		0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	22	3.414.297,71	3.296.698,99
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	23	7.436.422,18	1.863.848,68
Demais Créditos e Valores de CP	10	583.991.464,95	505.377.007,13	Provisões a Curto Prazo	24	3.026.461,91	3.341.143,58
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP	11	185.199.962,03	155.258.438,39	Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo		0,00	0,00

continua

continuação

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Estoques	12	219.900.626,89	222.869.725,26	Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	13	2.002.989,97	0,00	Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo		1.036.255,20	1.036.255,20
V.P.D. Pagas Antecipadamente	14	760.655,68	1.650.276,49	Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
				Provisões para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Curto Prazo		0,00	0,00
				Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo		0,00	0,00
				Outras Provisões a Curto Prazo		1.990.206,71	2.304.888,38
				Demais Obrigações a Curto Prazo	25	534.592.156,83	490.793.341,01
ATIVO NÃO CIRCULANTE		19.100.663.204,62	19.106.266.156,87	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		10.530.669.840,76	9.940.685.163,55
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.306.110.120,49	3.190.319.574,62	Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Longo Prazo	19	450.580.681,37	544.762.608,91
Créditos a Longo Prazo		2.262.142.343,53	3.150.449.476,70	Pessoal a Pagar		92.518.712,50	160.065.451,18
Créditos Tributários a Receber	9.1	558.945.079,84	660.938.711,56	Benefícios Previdenciários a Pagar		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00	Benefícios Assistenciais a Pagar		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	9.3	1.427.836.338,22	1.059.708.639,93	Encargos Sociais a Pagar		358.061.968,87	384.697.157,73
Dívida Ativa Tributária	9.4	21.477.039.114,52	16.313.929.401,73	Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	20	6.207.028.222,94	5.935.145.855,89
Dívida Ativa Não Tributária	9.5	154.953,71	137.938,22	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00

continua

continuação

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Créditos Previdenciários do RPPS		83.827,70	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	9.6	-21.201.916.970,46	-14.884.265.214,74	Provisões a Longo Prazo	24	3.873.060.936,45	3.460.776.698,75
Demais Créditos e Valores a LP	10	26.588.808,58	26.079.728,07	Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a LP	15	17.378.968,38	13.790.369,85	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	24.1	2.492.618.793,96	2.182.393.865,20
Estoques		0,00	0,00	Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00	Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos		8.149.688.145,45	7.352.217.781,16	Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo		0,00	0,00
Participações Permanentes		4.513.842.665,93	4.251.396.664,02	Provisões para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Longo Prazo		0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	16.1	4.511.688.045,65	4.249.247.348,75	Provisão para Obrigações Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo		0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	16.2	2.154.620,28	2.149.315,27	Outras Provisões a Longo Prazo	24.2	1.380.442.142,49	1.278.382.833,55
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participações Permanentes		0,00	0,00	Demais Obrigações de LP		0,00	0,00
Propriedades para Investimento		0,00	0,00	Resultado Diferido		0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades para Investimento		0,00	0,00				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Propriedades para Investimento		0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO		11.690.484.940,38	11.032.658.250,70

continua



continuação

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	16.3	3.635.845.479,52	3.100.821.117,14				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		0,00	0,00				
Demais Investimentos Permanentes		0,00	0,00				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Investimentos Permanentes		0,00	0,00				
Imobilizado	17	8.495.798.641,04	8.414.671.552,93				
Bens Móveis		1.365.255.761,04	1.314.384.295,63				
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas de Bens Móveis	17.1	-465.984.811,36	-46.160.012,85				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		0,00	0,00				
Bens Imóveis		7.608.563.906,72	7.155.128.062,31	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.063.345.003,86	12.055.834.710,75
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas de Bens Imóveis	17.1	-12.036.215,36	-8.680.792,16	Patrimônio Social/Capital Social		245.866.365,33	245.866.365,33
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		0,00	0,00	Adiant. para Futuro Aumento de Capital		354.337,02	354.337,02
Intangível	18	149.066.297,64	149.057.248,16	Reservas de Capital		0,00	0,00
Softwares		157.843.755,77	161.717.700,69	Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00

continua



continuação

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
(-) Amortização Acumulada de Softwares	18.1	-8.777.941,52	-12.660.935,92	Reservas de Lucros		0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		0,00	0,00	Demais Reservas		0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		483,39	483,39	Resultados Acumulados		13.817.124.301,51	11.809.614.008,40
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Industriais		0,00	0,00	Resultado do Exercício		-4.540.719.859,45	-864.287.489,42
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Patentes Industriais		0,00	0,00	Resultado de Exercícios Anteriores		11.530.427.170,73	11.049.237.261,28
Direito de Uso de Imóveis		0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	27.2	6.548.230.152,56	1.346.955.247,64
(-) Amortização Acumulada de Direitos de Uso de Imóveis		0,00	0,00	Outros Resultados		279.186.837,67	277.708.988,90
(-) Redução ao Valor Recuperável de Direitos de Uso de Imóveis		0,00	0,00	Ações/Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
Diferido		0,00	0,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.063.345.003,86	12.055.834.710,75
TOTAL DO ATIVO		25.753.829.944,24	23.088.492.961,45	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		25.753.829.944,24	23.088.492.961,45

continua

continuação

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES				PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO FINANCEIRO		7.294.921.928,77	6.552.936.423,91	PASSIVO FINANCEIRO		1.195.905.746,95	1.010.260.303,73
ATIVO PERMANENTE		18.458.908.015,47	16.535.556.537,54	PASSIVO PERMANENTE		10.998.655.376,87	10.362.785.277,65
TOTAL DO ATIVO (I)		25.753.829.944,24	23.088.492.961,45	TOTAL PASSIVO (II)		12.194.561.123,82	11.373.045.581,38
				SALDO PATRIMONIAL (I-II)		13.559.268.820,42	11.715.447.380,07
COMPENSAÇÕES				COMPENSAÇÕES			
ESPECIFICAÇÃO		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Atos Potenciais Ativos		5.431.592.186,67	2.416.308.915,80	Atos Potenciais Passivos		19.394.547.459,67	19.201.754.638,49
Garantias e Contragarantias Recebidas		173.295.487,62	160.149.671,25	Garantias e Contragarantias Concedidas		51.719.649,81	47.413.329,71
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		1.063.186.840,00	1.054.690.611,50	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		5.105.394.492,08	4.427.621.808,18
Direitos Contratuais		18.233.318,95	9.566.195,87	Obrigações Contratuais		10.044.462.416,15	11.380.830.494,78
Outros Atos Potenciais Ativos	29	4.176.876.540,10	1.191.902.437,18	Outros Atos Potenciais Passivos		4.192.970.901,63	3.345.889.005,82

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

ANEXO 14.1 - QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

Exercício: 2018

FONTES DE RECURSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
01 - RECURSOS ORDINÁRIOS		939.490.561,42	753.643.783,61
02 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		85.124.848,67	36.272.695,41
04 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		47.981.173,79	30.316.210,99
12 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - DEC. 2829-R DE 17/08/11		5.059.312,90	4.755.802,14
13 - FUNDEB - 60%		0,00	5.972.673,58
14 - FUNDEB - 40%		9.447.507,77	22.381.684,49
15 - ALIENAÇÃO DE BENS		2.795.738,76	1.648.886,95
16 - DEPÓSITOS JUDICIAIS – LEI 10.549, DE 1º JULHO DE 2016		33.213.141,64	4.933.705,79
31 - COTA-PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		49.466.227,82	55.470.955,20
33 - CONVÊNIOS - UNIÃO		63.772.738,19	74.088.148,52
34 - INCENTIVO SUS - UNIÃO		45.594.287,69	44.485.463,41
35 - SUS - PRODUÇÃO		45.602.139,28	57.027.412,78
36 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A MUNICÍPIOS		0,63	0,00
39 - DOAÇÕES		11.737.784,95	10.497.318,65
41 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		2.362.740,53	1.002.385,18

continua



continuação

FONTES DE RECURSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
42 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		220.114.310,88	420.725.251,86
43 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		25.708.906,10	15.938.323,48
46 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)		550.567,77	488.698,86
47 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)		16.788.720,08	19.747.537,40
48 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)		131.995,44	241.664,45
49 - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO		2.789.194,38	2.634.804,11
50 - PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS (PROGESTÃO)		239,97	1.816.054,27
51 - PROGRAMA DE APOIO AO SISTEMA DE ENSINO PARA ATENDIMENTO AO EJA		311.860,40	297.997,47
52 - PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL		21.372.749,10	28.334.059,85
54 - CIDE		2.326.470,72	1.184.374,35
57 - INCENTIVO SUAS - UNIÃO		4.260.910,79	6.086.558,27
59 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS		229.806.798,50	233.101.987,59
61 - FUNCOP		0,00	125.272,29
63 - RECURSOS LEI PELÉ		3.539.697,89	2.857.205,36
65 - PRONAT		28.023.384,35	24.725.484,38
66 - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)		4.607.484,14	0,00
70 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA		3.816.491.799,03	3.251.547.144,93
71 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO		301.769.651,08	352.495.064,63

continua



continuação

FONTES DE RECURSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
72 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS		40.012.001,06	44.743.833,98
73 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS		1.403,85	11.750,15
74 - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		35.939.265,06	32.534.838,62
75 - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (PROCOMITÊS)		2.820.567,19	525.706,55
00 - CAUÇÕES E VALORES RESTITUÍVEIS		0,00	15.380,63
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	28	6.099.016.181,82	5.542.676.120,18

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício:2018

Anexo XV, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS			
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		11.980.272.556,39	10.835.947.097,25
IMPOSTOS	31	11.319.913.647,06	10.205.179.677,83
TAXAS	31	660.358.909,33	630.767.419,42
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		366.787.196,33	362.017.163,54
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		366.787.196,33	362.017.163,54
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		77.533.993,38	71.253.706,16
VENDA DE MERCADORIAS		114.975,04	105.838,92
VENDA DE PRODUTOS		7.208.157,65	7.025.842,49
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		70.210.860,69	64.122.024,75
VPA - FINANCEIRAS		1.254.566.896,98	1.170.058.888,79

continua



continuação

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
JUROS E ENCARGOS DE EMP. E FIN. CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		109.866.951,81	95.557.902,05
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		255.440.997,48	171.074.601,02
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE D. BANCÁRIOS E A. FINANCEIRAS		518.659.684,36	636.993.530,47
OUTRAS VARIAÇÕES PAT. AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		370.599.263,33	266.432.855,25
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	31	5.688.725.239,76	4.879.011.283,95
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		24.506.490,94	10.049.045,57
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		5.472.759.331,19	4.727.589.229,60
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		191.413.841,53	141.268.101,97
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE ENTES		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		45.576,10	104.906,81
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		97.114.199,40	90.326.576,02
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		0,00	1.809.502,93

continua



continuação

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
GANHOS COM ALIENAÇÃO		4.993.446,28	518.781,49
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		70.596.167,14	54.944.418,94
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		21.524.585,98	33.053.872,66
REVERSÃO DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		624.336.463,01	642.975.137,49
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES		309.328.147,48	357.006.104,16
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		9.044.627,34	43.108.322,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		305.963.688,19	242.860.711,33
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		20.089.336.545,25	18.051.589.853,20
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.788.769.357,67	4.410.598.433,77
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		4.382.787.295,31	4.118.860.217,28
ENCARGOS PATRONAIS		70.191.805,82	56.762.967,49
BENEFÍCIOS A PESSOAL		305.533.150,27	190.480.127,33
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		30.257.106,27	44.495.121,67
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		2.856.757.063,05	2.652.052.732,26

continua

continuação

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
APOSENTADORIAS E REFORMAS		2.346.844.792,95	2.168.936.805,37
PENSÕES		466.396.457,38	451.453.390,37
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		0,00	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		43.515.812,72	31.662.536,52
USO DE BENS E SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		2.407.615.975,61	2.086.989.012,89
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		704.639.620,31	580.927.303,27
SERVIÇOS		1.543.130.997,39	1.485.505.749,93
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		159.845.357,91	20.555.959,69
VPD - FINANCEIRAS		1.003.298.839,69	652.777.008,58
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		320.558.278,36	276.692.392,26
JUROS E ENCARGOS DE MORA		560.450,08	796.627,56
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		658.930.489,41	356.939.093,01
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		23.249.621,84	18.348.895,75
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		6.619.377.867,43	5.797.633.746,69
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		2.296.897,30	6.630.798,40

continua

continuação

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		5.331.566.984,12	4.598.965.037,87
TRANSFERÊNCIAS PARA INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.189.661.633,71	1.103.900.231,15
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		2.242.105,05	1.621.254,69
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		400.612,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES		93.209.635,25	86.516.424,58
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		6.134.238.296,72	1.919.981.455,81
REAVLIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		6.068.858.852,69	1.748.953.039,87
PERDAS COM ALIENAÇÃO		7.841.050,85	17.607.834,64
PERDAS INVOLUNTÁRIAS		23.098.264,82	17.780.357,41
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		34.440.128,36	135.640.223,89
TRIBUTÁRIAS		145.484.490,39	143.001.203,13
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		2.693.873,17	1.943.464,66
CONTRIBUIÇÕES		142.790.617,22	141.057.738,47
CUSTO DAS MERCADORIAS E DOS PRODUTOS VENDIDOS, E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		0,00	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		0,00	0,00

continua



continuação

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		0,00	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		674.514.514,14	1.252.843.749,49
PREMIAÇÕES		12.198.524,57	7.578.304,96
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		10.528.568,29	66.180.383,42
INCENTIVOS		82.521.022,13	70.307.081,13
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
CONSTITUIÇÃO DAS PROVISÕES		421.328.865,04	948.759.995,25
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		147.937.534,11	160.017.984,73
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		24.630.056.404,70	18.915.877.342,62
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	32	-4.540.719.859,45	-864.287.489,42

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

Exercício: 2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Incorporação de Ativo	1.100.267.545,83	871.837.637,62
Desincorporação de Passivo	290.150.441,20	233.425.908,92
Incorporação de Passivo	61.324.082,54	88.870.091,22
Desincorporação de Ativo	11.649.488,61	17.312.375,54

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Exercício: 2018

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

CREDOR	ESTOQUE ANTERIOR AO ANO DE 2018	INSCRIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	BAIXA	AMORTIZAÇÃO	ESTOQUE ATUAL
CT0403338 - CEF - MANEJO ÁGUAS I	677.504,18	2.211.979,33	-410,48	0,00	50.163,30	2.838.909,73
CT0403339 - CEF - MANEJO ÁGUAS II	567.850,86	54.801,65	36,55	0,00	17.268,23	605.420,83
CT0403340 - CEF - MANEJO ÁGUAS III	971.491,41	0,00	0,00	0,00	26.885,68	944.605,73
CT2596671 - CEF - PRÓ-MORADIA I	1.301.410,61	0,00	0,02	0,00	99.054,32	1.202.356,31
CT2596672 - CEF - PRÓ-MORADIA II	1.051.358,50	17.365,21	0,01	0,00	72.239,40	996.484,32
CT2596673 - CEF - PRÓ-MORADIA III	2.247.870,23	0,00	-0,01	0,00	151.948,15	2.095.922,07
CT2596674 - CEF - PRÓ-MORADIA IV	3.208.936,02	0,00	0,00	0,00	214.663,21	2.994.272,81
CT2596675 - CEF - PRÓ-MORADIA V	548.591,75	0,00	0,00	0,00	39.956,26	508.635,49
CT2596676 - CEF - PRÓ-MORADIA VI	1.974.460,40	0,00	-0,01	0,00	143.808,32	1.830.652,07
CT2596677 - CEF - PRÓ-MORADIA VII	1.759.477,30	0,00	0,01	0,00	129.555,91	1.629.921,40
CT0394996 - CEF - FINISA	354.368.846,57	0,00	2.439.124,67	0,00	1.980.311,64	354.827.659,60
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	368.677.797,83	2.284.146,19	2.438.750,76	0,00	2.925.854,42	370.474.840,36
CT0821039 - BNDES - SAÚDE	43.269.733,75	58.640,10	213.091,65	0,00	23.678.661,93	19.862.803,57

continua

continuação

CREDOR	ESTOQUE ANTERIOR AO ANO DE 2018	INSCRIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	BAIXA	AMORTIZAÇÃO	ESTOQUE ATUAL
CT1020079 - BNDES - PEF II	28.941.119,09	46.701,99	157.925,80	0,00	11.614.210,18	17.531.536,70
CT0921536 - BNDES - TRANSCOL IV	60.176.655,86	107.649,65	328.371,73	0,00	24.149.181,17	36.463.496,07
CT1221155 - BNDES - PROEDES	2.364.398.733,70	6.099.507,97	16.361.602,04	0,00	0,00	2.386.859.843,71
CT1212601 - BNDES - BRT	56.242.767,20	156.055,75	374.928,46	0,00	3.913.958,27	52.859.793,14
BANCO NAC. DE DES. ECON. SOCIAL S.A	2.553.029.009,60	6.468.555,46	17.435.919,68	0,00	63.356.011,55	2.513.577.473,19
INSS	1.291.256,56	0,00	0,00	938.637,50	352.619,06	0,00
UG 280203 - PRODEST	98.079,06	0,00	0,00	16.346,51	81.732,55	0,00
UG 310203 - CEASA	1.193.177,50	0,00	0,00	922.290,99	270.886,51	0,00
PASEP	75.143.960,09	0,00	2.773.171,86	0,00	5.340.962,14	72.576.169,81
UG 600201 - IPAJM	75.143.960,09	0,00	2.773.171,86	0,00	5.340.962,14	72.576.169,81
PARCELAMENTOS A PAGAR	76.435.216,65	0,00	2.773.171,86	938.637,50	5.693.581,20	72.576.169,81
(A) TOTAL NÃO INCLUÍDO NO REFINANCIAMENTO	2.998.142.024,08	8.752.701,65	22.647.842,30	938.637,50	71.975.447,17	2.956.628.483,36
CT0000698 - UNIÃO - B. BRASIL	1.376.359.569,02	0,00	66.793.669,71	0,00	21.754.554,53	1.421.398.684,20
CT0007546 - UNIÃO - BB - COHAB	926.253.452,43	0,00	17.052.632,46	875.321.468,53	32.768.653,63	35.215.962,73
CT051910448 - UNIÃO/CEF/COHAB 11		852.771.379,50	26.075.977,16		15.226.050,07	863.621.306,59
UNIÃO	2.302.613.021,45	852.771.379,50	109.922.279,33	875.321.468,53	69.749.258,23	2.320.235.953,52
CT0005527 - BANESES	51.206.580,27	0,00	2.472.682,47	0,00	53.679.262,74	0,00

continua

continuação

CREDOR	ESTOQUE ANTERIOR AO ANO DE 2018	INSCRIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	BAIXA	AMORTIZAÇÃO	ESTOQUE ATUAL
FUNDAÇÃO BANESTES E SEG. SOCIAL	51.206.580,27	0,00	2.472.682,47	0,00	53.679.262,74	0,00
PASEP	324.765.453,31	0,00	-0,05	0,00	22.589.319,72	302.176.133,54
800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	324.765.453,31	0,00	-0,05	0,00	22.589.319,72	302.176.133,54
PARCELAMENTOS A PAGAR	324.765.453,31	0,00	-0,05	0,00	22.589.319,72	302.176.133,54
(B) TOTAL DE REFINANCIAMENTO	2.678.585.055,03	852.771.379,50	112.394.961,75	875.321.468,53	146.017.840,69	2.622.412.087,06
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	195.873.474,89	7.646.507,63	749.855,07	50.142.482,12	34.065.807,00	120.061.548,47
020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	4.958.330,17	0,00	93.160,63	18.791,08	701.982,72	4.330.717,00
030101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	45.897.327,37	46.159,63	656.694,44	5.301.660,20	15.209.391,33	26.089.129,91
050101 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	138.817.599,26	5.225.374,96	0,00	44.822.030,84	18.154.432,95	81.066.510,43
600210 - FUNDO FINANCEIRO	6.200.218,09	2.374.973,04	0,00	0,00	0,00	8.575.191,13
PRECATÓRIOS A PAGAR	54.458.850,59	171.335.918,05	756.006,37	2.952.501,52	57.068.249,79	166.530.023,70
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	0,00	454.942,28	0,00	0,00	0,00	454.942,28
310201 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO	0,00	50.342,10	0,00	0,00	0,00	50.342,10
310202 - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	0,00	709.012,45	0,00	0,00	0,00	709.012,45
350201 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	16.797.829,32	4.482.071,19	0,00	44.280,92	20.023.409,57	1.212.210,02

continua



continuação

CREDOR	ESTOQUE ANTERIOR AO ANO DE 2018	INSCRIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	BAIXA	AMORTIZAÇÃO	ESTOQUE ATUAL
410201 - INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	0,00	51.972,06	0,00	0,00	0,00	51.972,06
450202 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	0,00	40.629,52	0,00	0,00	0,00	40.629,52
480201 - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	0,00	440.651,70	0,00	0,00	0,00	440.651,70
800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	37.661.021,27	165.106.296,75	756.006,37	2.908.220,60	37.044.840,22	163.570.263,57
(C) OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	250.332.325,48	178.982.425,68	1.505.861,44	53.094.983,64	91.134.056,79	286.591.572,17
TOTAL GERAL DA DÍVIDA INTERNA (A + B + C)	5.927.059.404,59	1.040.506.506,83	136.548.665,49	929.355.089,67	309.127.344,65	5.865.632.142,59

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.



DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

Exercício: 2018

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

	ESTOQUE ANTERIOR AO ANO DE 2018	INSCRIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	BAIXA	AMORTIZAÇÃO	ESTOQUE ATUAL
CT0001002 - BID - PRES II	137.778.200,00	0,00	21.954.450,00	0,00	17.333.750,00	142.398.900,00
CT0002483 - BID - PRES III	527.209.972,71	14.040.774,61	88.839.741,96	0,00	32.177.707,31	597.912.781,97
CT0002245 - BID - PROFAZ	51.377.831,75	0,00	6.520.064,77	0,00	3.967.894,19	53.930.002,33
CT000000002 - BID - ESTADO PRESENTE/SEGURANÇA CIDADÃ	0,00	21.773.161,74	784.765,29	0,00	0,00	22.557.927,03
SUBTOTAL - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID (I)	716.366.004,46	35.813.936,35	118.099.022,02	0,00	53.479.351,50	816.799.611,33
CT0007248 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS I	34.666.517,36	0,00	5.296.423,06	0,00	10.990.285,12	28.972.655,30
CT0007655 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS II	184.014.116,00	0,00	31.094.066,65	0,00	9.815.466,45	205.292.716,20
CT0008353 - BIRD - GESTÃO INTEG. DE ÁGUAS E PAISAGENS	25.950.283,66	23.226.000,00	142.101.966,22	0,00	0,00	191.278.249,88
SUBTOTAL - BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD (II)	244.630.917,02	23.226.000,00	178.492.455,93	0,00	20.805.751,57	425.543.621,38
TOTAL (III) = (I + II)	960.996.921,48	59.039.936,35	296.591.477,95	0,00	74.285.103,07	1.242.343.232,71

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.



DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Exercício: 2018

Anexo XVII, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR	646.828.532,19	737.082.635,48	568.005.137,81	815.906.029,86
EXERCÍCIOS ANTERIORES	646.828.532,19	0,00	568.005.137,81	78.823.394,38
PROCESSADOS	272.431.587,59	0,00	223.606.812,43	48.824.775,16
NÃO PROCESSADOS	374.396.944,60	0,00	344.398.325,38	29.998.619,22
EXERCÍCIO ATUAL	0,00	737.082.635,48	0,00	737.082.635,48
PROCESSADOS	0,00	211.851.428,39	0,00	211.851.428,39
NÃO PROCESSADOS	0,00	525.231.207,09	0,00	525.231.207,09
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	383.080.394,29	8.287.383.986,27	8.274.285.369,51	396.179.011,05
CONSIGNAÇÕES	17.566.115,48	2.377.317.894,10	2.372.634.668,81	22.249.340,77
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	35.241.178,47	4.966.283.637,78	4.964.347.103,13	37.177.713,12
RECURSOS VINCULADOS	21.655.234,16	21.450.046,79	18.220.828,04	24.884.452,91

continua



continuação

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
VALORES A REPASSAR - DETRAN	58.062.495,65	116.154.960,06	106.476.271,20	67.741.184,51
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	219.020.345,06	292.083.394,98	297.286.023,64	213.817.716,40
PENAS PECUNIÁRIAS	11.335.194,17	7.033.695,18	4.474.470,05	13.894.419,30
RECEITAS PENDENTES	1.294.237,70	390.632.446,87	390.593.118,31	1.333.566,26
RESTITUIÇÕES DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	150.986,96	12.077.568,92	12.074.593,64	153.962,24
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.754.606,64	104.350.341,59	108.178.292,69	14.926.655,54
TOTAL	1.029.908.926,48	9.024.466.621,75	8.842.290.507,32	1.212.085.040,91

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.



ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - (NBCASP)

Exercício: 2018

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES			
INGRESSOS		35.510.008.180,99	31.853.655.428,75
Receitas Derivadas e Originárias		11.566.925.813,15	10.770.420.838,11
Transferências Correntes Recebidas		16.192.895.887,32	13.963.442.736,19
Outros Ingressos Operacionais		7.750.186.480,52	7.119.791.854,45
DESEMBOLSOS		33.233.496.216,32	29.961.757.718,09
Pessoal e Demais Despesas		13.875.308.949,47	12.769.514.555,73
Juros e Encargos da Dívida		328.252.451,60	288.837.356,36
Transferências Concedidas		11.286.243.552,67	9.789.808.711,90
Outros Desembolsos Operacionais		7.743.691.262,58	7.113.597.094,10
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		2.276.511.964,67	1.891.897.710,66
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
INGRESSOS		44.563.337,65	41.635.482,39
Alienação de Bens		5.529.943,27	6.173.495,69
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		39.033.394,38	35.461.986,70
Outros Ingressos de Investimentos		0,00	0,00

continua



continuação

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
DESEMBOLSOS		1.329.986.944,91	898.389.307,38
Aquisição de Ativo Não Circulante		681.602.581,34	498.814.845,61
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		397.301.876,92	361.308.639,02
Outros Desembolsos de Investimentos		251.082.486,65	38.265.822,75
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-1.285.423.607,26	-856.753.824,99
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS		85.664.855,81	152.989.044,49
Operações de Crédito		61.324.082,54	88.870.091,22
Transferências de Capital Recebidas		18.312.282,11	63.520.506,49
Outros Ingressos de Financiamento		6.028.491,16	598.446,78
DESEMBOLSOS		293.642.960,95	233.844.185,63
Amortização/Refinanciamento da Dívida		290.150.441,20	233.425.908,92
Outros Desembolsos de Financiamento		3.492.519,75	418.276,71
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		-207.978.105,14	-80.855.141,14
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		783.110.252,27	954.288.744,53
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	34	6.186.353.438,33	5.232.064.693,80
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	34	6.969.463.690,60	6.186.353.438,33

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.



ANEXO 1 – QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

Exercício: 2018
Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	7.645.450.152,10	6.924.343.846,66
Receita de Contribuições	2.873.786.446,74	2.702.917.186,05
Receita Patrimonial	78.465.125,12	58.773.353,90
Receita Agropecuária	11.438,10	1.652,85
Receita Industrial	14.063.582,68	14.657.313,32
Receita de Serviços	68.108.713,20	60.312.484,48
Remuneração das Disponibilidades	476.959.181,61	660.639.417,42
Outras Receitas Derivadas e Originárias	410.081.173,60	348.775.583,43
TOTAL DAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	11.566.925.813,15	10.770.420.838,11

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

ANEXO 2 - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Exercício: 2018

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	3.943.780.224,70	3.284.165.695,95
da União	3.939.901.488,67	3.277.803.366,17
de Municípios	3.878.736,03	6.362.329,78
Intragovernamentais	11.286.243.552,67	9.789.808.711,90
Outras Transferências Recebidas	962.872.109,95	889.468.328,34
Demais Transferências	0,00	0,00
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	16.192.895.887,32	13.963.442.736,19
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
à União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	11.286.243.552,67	9.789.808.711,90
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	11.286.243.552,67	9.789.808.711,90

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

ANEXO 3 – QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

Exercício: 2018

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
01 - LEGISLATIVA	344.416.187,95	299.590.618,72
02 - JUDICIÁRIA	1.030.630.297,58	976.342.752,33
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	467.677.987,35	459.478.665,61
04 - ADMINISTRAÇÃO	691.292.006,19	643.271.265,58
05 - SEGURANÇA PÚBLICA	2.205.620.643,60	2.047.735.460,03
06 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	94.829.646,31	85.318.125,69
07 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.805.324.359,00	2.646.706.502,03
08 - SAÚDE	2.672.976.751,02	2.456.037.360,18
09 - TRABALHO	396.870,14	640.190,81
10 - EDUCAÇÃO	2.078.466.397,89	1.906.271.208,28
11 - CULTURA	35.997.857,94	29.353.518,70
12 - DIREITOS DA CIDADANIA	574.037.415,41	496.732.194,78
13 - URBANISMO	8.733.422,81	9.559.767,93
14 - HABITAÇÃO	1.080.900,00	1.265.430,80

continua



continuação

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
15 - SANEAMENTO	11.200,62	94.487,87
16 - GESTÃO AMBIENTAL	80.894.534,97	49.670.991,77
17 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	73.632.455,61	62.340.333,09
18 - AGRICULTURA	181.280.652,82	169.695.403,25
19 - INDÚSTRIA	9.239.454,03	8.314.196,74
20 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	30.228.550,56	29.826.621,09
21 - COMUNICAÇÕES	11.771.865,98	11.696.783,96
22 - TRANSPORTE	214.301.775,04	219.727.327,97
23 - DESPORTO E LAZER	19.875.643,78	16.592.028,69
24 - ENCARGOS ESPECIAIS	242.592.072,87	143.253.319,83
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	13.875.308.949,47	12.769.514.555,73

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.



ANEXO 4 - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Exercício: 2018

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	290.438.869,95	264.891.708,63
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	32.310.074,67	20.484.939,47
Outros Encargos da Dívida	5.503.506,98	3.460.708,26
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	328.252.451,60	288.837.356,36

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício: 2018

Anexo XIX, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	PATRIMÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCROS	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AÇÕES/ COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
SALDOS INICIAIS		245.866.365,33	354.337,02	0,00	0,00	0,00	0,00	11.809.614.008,40	0,00	12.055.834.710,75
Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.548.230.152,56	0,00	6.548.230.152,56
Aumento de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros Sobre Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.540.719.859,45	0,00	-4.540.719.859,45
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a Distribuir		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS FINAIS	35	245.866.365,33	354.337,02	0,00	0,00	0,00	0,00	13.817.124.301,51	0,00	14.063.345.003,86

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo/SEFAZ-ES.

NOTAS EXPLICATIVAS

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Governo do Estado do Espírito Santo é uma pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 27.080.530/0001-43, tendo a sua sede administrativa situada em Vitória/ES, na Praça João Clímaco, 142, Cidade Alta, Centro.

As ações desenvolvidas pelo Estado estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicação, Energia, Transportes, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais.

Conforme o disposto no artigo 35 do Decreto Estadual nº 4330-R/2018, do Governo do Estado do Espírito Santo, as Demonstrações Contábeis consolidadas têm por base exclusivamente os atos e fatos registrados no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo (SIGEFES) por órgãos, entidades e fundos da Administração Pública Estadual.



As Demonstrações Contábeis elaboradas e divulgadas pelo Estado do Espírito Santo são compostas pelas Demonstrações elencadas na Lei nº 4.320/64, com as modificações da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 438/2012, que modificou a estrutura desses documentos em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e pelas Demonstrações exigidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCT) 16.6, que são:

- a) Balanço Orçamentário (BO);
- b) Balanço Financeiro (BF);
- c) Balanço Patrimonial (BP);
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- g) Notas Explicativas (NEs).

As referidas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2018, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro do referido ano.

2. RELAÇÃO DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

São controladas diretamente pelo Governo do Estado do Espírito Santo aquelas empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ou Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, essas empresas são classificadas em dependentes e não dependentes. No exercício de 2018, são:

a) Empresas Estatais Dependentes

I - Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (CEASA)

b) Empresas Estatais Não Dependentes

I - Companhia Espírito-santense de Saneamento (CESAN)

II - Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (BANDES)

III - Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES)

IV - Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB)

V - Companhia de Habitação e Urbanização do Espírito Santo (COHAB) - em liquidação

3 RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES CONSOLIDADA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE ACORDO COM A LEI ESTADUAL Nº 10.784, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA)

UNIDADE GESTORA

CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
010101	ALEES	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	36046217000180	01	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
020101	TRIBUNAL DE CONTAS	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	28483014000122	02	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
030101	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27476100000145	03	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
030901	FUNEPJ	FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	20868995000114	03	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
050101	MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	02304470000174	05	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
050901	FERIDL	FUNDO ESTADUAL DE REPARAÇÃO DOS INTERESSES DIFUSOS LESADOS		05	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
050902	FUNEMP	FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO	18542218000133	05	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
060101	DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	00671513000124	06	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
060901	FADEPES	FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA	19690110000150	06	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
100101	CASA CIVIL	SECRETARIA DA CASA CIVIL	27080530000739	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100102	CASA MILITAR	SECRETARIA DA CASA MILITAR	27080530000305	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100103	SECONT	SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA	31777550000145	10	GOVERNADORIA DO ESTADO

continua



continuação

CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
100104	SECOM	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	36387900000180	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100109	SEG	SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO	27080530001204	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100201	RTV	RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	36049641000188	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100904	FECC	FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO	27173272000140	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
160101	PGE	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	27080530000909	16	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
160901	FUNCAD	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E INCENTIVO À COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA E DE REESTRUT. ADM. DA PGE	19797818000105	16	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
190101	VICE	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO	31795560000103	19	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
190901	FESAD	FUNDO ESTADUAL SOBRE DROGAS	20604213000130	19	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
220101	SEFAZ	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	27080571000130	22	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
220202	JUCEES	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	28152080000110	22	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
220901	FUNSEFAZ	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO	20222812000199	22	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
270101	SEP	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	27080548000145	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
270201	IJSN	INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	27316918000109	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
270901	FUMDEVIT	FUNDO METROPOLITANO DE DESENVOLVIMENTO DA GRANDE VITÓRIA	20354589000133	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
270902	FEADM	FUNDO ESTADUAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	19117922000101	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
280101	SEGER	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS	07162270000148	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

continua



continuação

CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
280201	EESP	ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO	35964162000124	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
280202	DIO	DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	28161362000183	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
280203	PRODEST	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	28162790000120	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
300101	SEDES	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO	04215397000190	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
300203	IPEM-ES	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	06028316000178	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
300205	ADERES	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO	01683866000107	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
300207	ARSP	AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	26064356000182	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
300902	FUNDESUL	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	28225834000114	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
310101	SEAG	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA	27080555000147	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310201	IDAF	INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO	02254666000100	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310202	INCAPER	INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	27273416000130	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310203	CEASA-ES	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO	27064062000113	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310901	FEAC	FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO PROGRAMA CAMINHO DO CAMPO	22938126000144	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA

continua



continuação

CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
310902	FUNSAF	FUNDO SOCIAL DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	22938113000175	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310903	FEAP	FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	24798477000122	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310904	FEACME	FUNDO ESTAD. DE APOIO À CONSERV. E MANUT. DAS ESTRADAS QUE INT. O PROGR. CAMINHOS DO CAMPO	29537423000127	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
320101	SECTI	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	06656711000103	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
320202	FAPES	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	07296722000184	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
320901	FUNCITEC	FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	02504742000180	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
320902	FDI	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS INOVADORAS	18597836000180	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
350101	SETOP	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	27142033000122	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350201	DER-ES	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	04889717000197	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350208	IOPES	INSTITUTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	08696369000192	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350901	FEP	FUNDO ESPECIAL PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS ESTADUAIS	23330213000187	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350902	FUNDER	FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO PROGRAMA INTERIOR CAPIXABA	26616944000181	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

continua



continuação

CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
360101	SEDURB	SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	08673715000117	36	SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
360901	FEHAB	FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	20354720000162	36	SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
370101	SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	08750791000189	37	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
370901	FUNTUR	FUNDO DE FOMENTO DO TURISMO	21902751000173	37	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
390101	SESPORT	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER	07412119000110	39	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER
390901	PRÓ-ESPORTE	FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER DO ESPÍRITO SANTO	20639872000101	39	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER
400101	SECULT	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	01062213000100	40	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
400102	APEES	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	31729742000186	40	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
400901	FUNCULTURA	FUNDO DE CULTURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	20310626000101	40	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
410101	SEAMA	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	31752645000104	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410201	IEMA	INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	05200358000181	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410202	AGERH	AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	19481436000178	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410901	FUNDEMA	FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	20846927000154	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410902	FUNDÁGUA	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E FLORESTAIS DO ESPÍRITO SANTO	20355058000165	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

continua



continuação

CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
420101	SEDU	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	27080563000193	42	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
420120	FUNDEB	FUNDO MANUT. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZ. DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO		42	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
420201	FAMES	FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	30965214000163	42	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
420901	FUNPAES	FUNDO ESTADUAL DE APOIO À AMPLIAÇÃO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DA EDUCAÇ. INFANTIL	29954361000159	42	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
440101	SESA	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	27080605000196	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440901	FES	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	06893466000140	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440910	HINSG	HOSPITAL INFANTIL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	27080605002059	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440911	HDS	HOSPITAL DOUTOR DÓRIO SILVA	27080605001591	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440912	HAB	HOSPITAL ADAUTO BOTELHO	27080605001400	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440913	CREFES	CENTRO DE REABILITAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27080605001087	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440914	HABF	HOSPITAL ANTONIO BEZERRA DE FARIAS	27080605000943	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440915	HSL	HOSPITAL SÃO LUCAS	27080605000277	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440916	HMSA	HOSPITAL E MATERNIDADE SILVIO AVIDOS	27080605001672	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440917	HRAS	HOSPITAL DOUTOR ROBERTO ARNIZAUT SILVARES	27080605000358	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440918	CAPAAC	CENTRO DE ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO ARISTIDES ALEXANDRE CAMPOS	27080605000862	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440919	CPF	COLÔNIA PEDRO FONTES	27080605001320	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

continua



continuação

CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
440920	HDRC	HOSPITAL DOUTORA RITA DE CÁSSIA	27080605001915	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440921	UIJM	UNIDADE INTEGRADA JERÔNIMO MONTEIRO	27080605000781	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440922	HSJC	HOSPITAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO	27080605000609	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440923	HJSN	HOSPITAL JOÃO DOS SANTOS NEVES	27080605001834	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440924	HIMABA	HOSPITAL INFANTIL E MATERNIDADE ALZIR BERNADINO ALVES	27080605001168	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440926	SRSCI	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	27080605000510	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440927	SRSSM	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS	27080605000439	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440928	SRSC	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE COLATINA	27080605001753	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440929	SRSV	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE VITÓRIA	27080605001249	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
450101	SESP	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	27142025000186	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450102	PCES	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27470897000173	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450103	PMES	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27476373000190	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450104	CBMES	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	02133636000137	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450105	DSPM	DIRETORIA DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR	04371703000187	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

continua



continuação

CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
450106	CEPDEC	COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	20113851000158	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450202	DETRAN-ES	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	28162105000166	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450901	FUNREPOCI	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	01449136000146	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450902	FUNREPOM	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR	01809448000113	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450903	FSPMES	FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO	39352786000141	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450904	FUNREBOM	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO BOMBEIROS MILITAR DO ESPÍRITO SANTO	02489503000106	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450905	FUNPDEC-ES	FUNDO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO ESTADO	21997053000107	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
460101	SEJUS	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA	36388023000162	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460202	PROCON-ES	INSTITUTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	08109446000160	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460901	FTP	FUNDO DE TRABALHO PENITENCIÁRIO	31677776000174	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460903	FUNPEN	FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL	20516616000127	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460904	FEDC	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	02397642000100	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
470101	SETADES	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	03252312000180	47	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

continua



continuação

CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
470901	FEAS	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	01076895000100	47	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
470904	FUNCOP	FUNDO ESTADUAL DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	15833032000145	47	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
480101	SEDH	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS	25217366000148	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
480201	IASES	INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	30967111000132	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
480901	FIA	FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA	19077054000183	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
480902	FEPI	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	23996245000116	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
480903	FESAD	FUNDO ESTADUAL SOBRE DROGAS	20604213000130	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
600201	IPAJM	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	29986312000106	60	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
600210	FUNDO FINANCEIRO	FUNDO FINANCEIRO	20309963000189	60	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
600211	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	20756106000127	60	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
700101	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PREC. ESTADUAIS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PRECATÓRIOS ESTADUAIS	27476100000145	70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
700102	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PREC. MUNICIPAIS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PRECATÓRIOS MUNICIPAIS	27476100000145	70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

continua



continuação

CÓDIGO	MNEMÔNICO	NOME	CNPJ	CÓD. ÓRGÃO	ÓRGÃO
700103	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PENAS PECUNIÁRIAS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PENAS PECUNIÁRIAS		70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
700104	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PREC. FEDERAIS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PRECATÓRIOS FEDERAIS		70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
800101	ENCARGOS GERAIS - SEGER	ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEGER		80	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
800102	ENCARGOS GERAIS - SEFAZ	ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	27080530000143	80	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
800104	ENCARGOS GERAIS - SEP	ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEP		80	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
900001	SETORIAL ORÇAMENTÁRIA	SETORIAL ORÇAMENTÁRIA		90	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
900003	GEFIN - SEFAZ	GERÊNCIA GERAL DE FINANÇAS - SEFAZ		90	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
990101	RESERVA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Fonte: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES.

4 CISÕES, FUSÕES, EXTINÇÕES, INCORPORAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

A Lei Complementar nº 883/2017, do Governo do Estado do Espírito Santo, vinculou a gestão do Fundo Estadual sobre Drogas à Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH). Antes, a gestão do fundo era vinculada à vice-governadoria do Estado.

A Lei Complementar nº 10.787/2017, do Governo do Estado do Espírito Santo, criou o Fundo Estadual de Apoio à Ampliação e Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil no Espírito Santo (FUNPAES), com a finalidade de ampliar e melhorar o acesso à educação das crianças de zero a cinco anos, mediante transferência financeira a municípios capixabas signatários do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo.

A Lei Complementar nº 10.795/2017, do Governo do Estado do Espírito Santo, criou o Fundo Estadual de Apoio à Conservação e Manutenção das Estradas que Integram o Programa Caminhos do Campo (FEACME) com a finalidade de fortalecer o programa e dar celeridade às ações preventivas e corretivas.

5 BASE DE PREPARAÇÃO

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidados, excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social do Estado do Espírito Santo, denominadas “*INTRA OFSS*”, bem como as participações nas empresas estatais dependentes. O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados considerando as operações “*INTRA OFSS*”.

Foram excluídos os seguintes valores de operações “*INTRA OFSS*” no processo de consolidação:



R\$

CLASSE DE CONTAS	VALORES COM AS OPERAÇÕES INTRA (I)	AJUSTE DE CONSOLIDAÇÃO (II)	VALORES CONSOLIDADOS SEM AS OPERAÇÕES INTRA (III = I - II)
ATIVO	25.776.666.945,24	22.837.001,00	25.753.829.944,24
PASSIVO	11.706.665.575,09	16.180.634,71	11.690.484.940,38
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.611.345.090,31	7.280.227,00	18.604.064.863,31
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	38.723.099.197,04	14.093.042.792,34	24.630.056.404,70
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	34.181.755.476,88	14.092.418.931,63	20.089.336.545,25

Fonte: SIGEFES.

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas notas explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

6 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado.

7 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

- a) Disponibilidades:** são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.
- b) Créditos e Obrigações:** os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis. As provisões devem corresponder à melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar (ou extinguir) a obrigação presente na data das demonstrações contábeis. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

O registro de apropriações por competência de 13º salário e férias não foi realizado durante o exercício de 2018. Tais relatórios já estão sendo desenvolvidos em conjunto pelo PRODEST, pela SEFAZ e pela SEGER, a partir do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo (SIARHES). Não obstante a vasta complexidade inerente à folha de pagamento do Estado, os referidos trabalhos encontram-se em fase de homologação, com a conclusão prevista para ocorrer até o término do exercício de 2019.

c) Estoques: são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição / produção / construção ou valor realizável líquido, entre esses o menor.

d) Método da Equivalência Patrimonial (MEP): as participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo MEP, o qual será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum. Por ele, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado.

As participações pelo MEP estão atualizadas na forma das demonstrações contábeis apresentadas pelas investidas em 31 de outubro de 2018, considerando o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2), que versa sobre Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28 (IASB – BV 2012), na qual a defasagem máxima entre as datas das demonstrações contábeis da investida e do investidor não pode ser superior a dois meses.

e) Método do Custo: as demais participações devem ser mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Pelo método do custo, o investimento é registrado no ativo permanente a preço de custo. A entidade investidora somente reconhece o rendimento na medida em que receber as distribuições de lucros do item investido. As distribuições provenientes de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente são reconhecidas como receita patrimonial. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

- f) Imobilizado:** o ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.
- g) Intangível:** os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).
- h) Depreciação e Amortização:** o método para a depreciação de bens móveis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo foi realizado pelas quotas constantes, por meio da Portaria SEFAZ/SECONT/SEGER nº 001/2013, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas na Nota Técnica/Comitê de Gestão Patrimonial nº 001/2013. No caso da amortização de *softwares*, os órgãos e as entidades do Poder Executivo estabeleceram o método linear para calcular a amortização.

De acordo com o informativo do Sistema Integrado de Gestão Administrativa do Governo do Estado do Espírito Santo (SIGA) 005/2019, as atividades e etapas necessárias para a implantação da depreciação dos bens imóveis encontram-se em análise, sendo que os detalhes para utiliza-



ção dessa rotina serão divulgados posteriormente pela respectiva Coordenação do Módulo de Patrimônio Imobiliário da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER).

- i) Depósitos Judiciais:** optou-se por registrar como “*outras receitas correntes*” os valores levantados a título de depósitos judiciais sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151/2015 e da Lei Estadual nº 10.549/2016.
- j) Restos a Pagar:** os restos a pagar não processados do Poder Executivo inscritos no exercício de 2017 e não liquidados até 28 de junho de 2018 foram cancelados. Os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o *status* de restos a pagar não processados.
- k) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários:** o Estado adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago (6.2.2.1.3.04) no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP – 7ª edição) faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

- l) Registro da Receita Orçamentária:** a política contábil do Estado do Espírito Santo é o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta na unidade gestora que representa o “Tesouro do Estado” (Unidade Gestora 800102 - ENCARGOS GERAIS - SEFAZ). Também têm registro de receita orçamentária os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações e as Empresas Estatais Dependentes.
- m) Distinção entre Circulante e Não Circulante:** a política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis, sendo que os demais direitos e as demais obrigações são classificados como não circulantes. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante.
- n) Apuração do Resultado:** os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com a ocorrência de seu fato gerador.
- o) Precatórios:** após o Decreto Estadual nº 4049-R, de 26 de dezembro de 2016, o Estado do Espírito Santo passou a observar o regime comum de pagamento preconizado pelo artigo 100 da CRFB/88, devendo proceder ao pagamento dos precatórios apresentados até o dia 1º do julho até o fim do exercício subsequente (artigo 1º e parágrafo único).



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVOS

8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda nacional. Em 31 de dezembro de 2017, o Estado possuía em caixa e equivalentes de caixa um total de R\$ 2.930.273.882,80, passando para R\$ 3.148.418.249,05 em 31 de dezembro de 2018, conforme quadro a seguir:

TÍTULOS	31/12/2018	31/12/2017
CAIXA	15.043,49	15.043,49
BANCOS CONTA MOVIMENTO	21.824.843,01	28.145.044,23
CONTA ÚNICA DO TESOURO	3.490.012,17	4.611.854,76
CONTA ÚNICA DO RPPS	0,00	16.294,51
BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	12.554.372,29	20.900.679,69
BANCO DO BRASIL S/A	2.637.362,77	857.446,14
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	3.143.095,78	1.758.769,13
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.116.499.282,27	2.892.889.588,47
POUPANÇA	82.886.483,29	105.533.393,98

continua



continuação

TÍTULOS	31/12/2018	31/12/2017
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.125.263.625,96	1.021.291.022,56
CDB	1.784.753.791,18	1.680.939.324,91
OUTRAS APLICAÇÕES	123.595.381,84	85.125.847,02
REDE BANCÁRIA - ARRECADAÇÃO	10.079.080,28	9.224.206,61
TOTAL	3.148.418.249,05	2.930.273.882,80

Fonte: SIGEFES.

8.1 Conta Única – Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros, buscando-se maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única.

8.2 Conta Única – RPPS

A Conta Única do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) observa a mesma sistemática da Conta Única do Tesouro, compreendendo o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.



8.3 Outras Contas

As disponibilidades existentes em outras contas bancárias não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação dos recursos correspondentes, conforme normativos e condições específicas de contratos e convênios.

8.4 Rede Bancária – Arrecadação

Os valores registrados na conta contábil 111113001 - REDE BANCÁRIA - ARRECADAÇÃO referem-se aos montantes arrecadados pelo Estado e não recolhidos pelos agentes arrecadadores. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

8.5 Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) e operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder:



R\$

31/12/2018				
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	POUPANÇA	FUNDOS DE INVESTIMENTOS	CDB	OUTRAS APLICAÇÕES
EXECUTIVO	82.565.998,94	885.112.133,02	1.750.821.676,71	18.182.227,64
LEGISLATIVO	–	–	28.216.786,52	–
JUDICIÁRIO	–	240.151.492,94	–	–
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	–	–	–	69.622.593,80
MINISTÉRIO PÚBLICO	320.484,35	–	–	35.790.560,40
DEFENSORIA PÚBLICA	–	–	5.715.327,95	–
TOTAL	82.886.483,29	1.125.263.625,96	1.784.753.791,18	123.595.381,84

Fonte: SIGEFES.

9 CRÉDITOS A CURTO PRAZO E LONGO PRAZO

9.1 Créditos Tributários a Receber

Os “Créditos Tributários a Receber” estão distribuídos conforme o quadro a seguir:



R\$

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	31/12/2018			31/12/2017		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	136,13	0,00	136,13
ICMS	2.372.611.852,32	0,00	2.372.611.852,32	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PARCELADOS	115.385.099,60	558.945.079,84	674.330.179,44	131.872.854,23	660.938.711,56	792.811.565,79
TOTAL	2.487.996.951,92	558.945.079,84	3.046.942.031,76	131.872.990,36	660.938.711,56	792.811.701,92

Fonte: SIGEFES.

ICMS

Do montante de R\$ 2.372.611.852,32 demonstrado na linha "ICMS" (quadro acima), registrado na Unidade Gestora 800102 – Encargos Gerais – SEFAZ, R\$ 200.756.293,53 refere-se aos créditos oriundos de notificações de débitos e avisos de cobranças, e R\$ 2.171.855.558,79 aos créditos originários de autos de infração, ambos não inscritos em dívida ativa.

Créditos Tributários Parcelados

Essa conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores de créditos tributários a receber são contabilizados na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais – SEFAZ).



9.2 Clientes

Essa conta apresenta basicamente os valores a receber por vendas e prestação de serviços. Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Clientes:

R\$

CLIENTES	31/12/2018	31/12/2017
UNIDADES GESTORAS	CIRCULANTE	CIRCULANTE
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	322.182,15	635,27
300101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO	22.443.903,38	24.070.678,95
310202 - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	1.636.405,23	1.604.215,65
410201 - INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	432.650,00	7.955.737,25
600210 - FUNDO FINANCEIRO	0,00	1.231.679,88
DEMAIS UNIDADES GESTORAS	0,00	838,78
TOTAL	24.835.140,76	34.863.785,78

Fonte: SIGEFES.

9.3 Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Essa conta registra os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e financiamentos concedidos. Na tabela seguinte, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Empréstimos e Financiamentos Concedidos:



R\$

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	31/12/2018			31/12/2017		
	UNIDADES GESTORAS	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
280101 - SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E REC. HUMANOS	60.698,37	0,00	60.698,37	60.698,37	0,00	60.698,37
300902 - FUNDO DE DESENV. ECON. DO SUL DO ESTADO DO ES	0,00	2.272.362,39	2.272.362,39	0,00	1.861.538,31	1.861.538,31
800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	0,00	1.425.563.975,83	1.425.563.975,83	0,00	1.057.847.101,62	1.057.847.101,62
TOTAL	60.698,37	1.427.836.338,22	1.427.897.036,59	60.698,37	1.059.708.639,93	1.059.769.338,30

Fonte: SIGEFES.

Do quadro acima, destaque-se o montante de R\$ 1.425.563.975,83 registrado na conta contábil 121110302 - FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS – FUNDAP, na Unidade Gestora 800102 – Encargos Gerais – SEFAZ, que se refere aos valores a receber decorrentes dos financiamentos concedidos por meio da Lei Estadual nº 2508/1970.

Desse montante, foi registrado ajuste de perdas no decorrer do exercício de 2018, na conta contábil 121119903 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS, na Unidade Gestora 800102 – Encargos Gerais – SEFAZ, conforme quadro a seguir:

R\$

FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - FUNDAP	31/12/2018	31/12/2017
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - FUNDAP	1.425.563.975,83	1.057.847.101,62
(-) AJUSTE DE PERDAS DE EMPRÉST. E FINANC. CONCEDIDOS	-918.690.638,24	0,00
TOTAL	506.873.337,59	1.057.847.101,62

Fonte: SIGEFES.

A metodologia utilizada para realizar o registrado na referida conta foi a mesma utilizada pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (BANDES), ou seja, "somente reconhece em conta retificadora do ativo os valores relativos a juros e encargos em atraso; os valores principais de financiamento não estão contemplados no montante da conta retificadora dos balancetes do BANDES", conforme Processo nº 82650519.

9.4 Dívida Ativa Tributária

Os valores constantes da dívida ativa tributária, regulamentada a partir da legislação pertinente, abrangem os créditos tributários a favor da Fazenda Pública cuja certeza e liquidez foram apuradas por não terem sido efetivamente recebidos nas datas aprazadas. É, portanto, uma fonte potencial de fluxos de caixa, com impacto positivo pela recuperação de valores, espelhando créditos a receber, sendo contabilmente reconhecida no ativo. Segue o quadro da dívida ativa tributária, cuja contabilização tem por base dados gerados pelo Sistema de Informações Tributárias (SIT):



R\$

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	31/12/2018	31/12/2017
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	21.477.039.114,52	16.313.929.401,73
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	-20.283.226.332,22	-14.884.265.214,74
TOTAL	1.193.812.782,30	1.429.664.186,99

Fonte: SIGEFES.

Ajustes de Perdas de Dívida Ativa Tributária

A partir da 6ª edição do MCASP aprovada pela Portaria STN nº 700/2014, a STN não mais especificou uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo o uso da estimativa a cada ente da Federação.

A metodologia utilizada nessas demonstrações é a apresentada a seguir:

- Média percentual de recebimentos passados; e
- Saldo atualizado da conta de créditos inscritos em Dívida Ativa.



A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios. Essa média ponderada de recebimentos é calculada em cada um dos três últimos exercícios pela divisão da média mensal de recebimentos em cada exercício pela média anual dos saldos mensais. A partir da média ponderada dos recebimentos dos três últimos exercícios, calcula-se a média percentual de recebimentos pela divisão da soma desses percentuais dividida pelo número de meses correspondentes ao exercício.

9.5 Dívida Ativa Não Tributária

Essa conta registra os valores provenientes de fatos geradores não tributários, ocorridos em determinadas entidades públicas, em função de suas atividades fins. Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Dívida Ativa Não Tributária:

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
UNIDADES GESTORAS	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
100201 - RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	77.476,61	77.476,61
600201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	62.095,30	60.461,61
600210 - FUNDO FINANCEIRO	15.381,80	0,00
TOTAL	154.953,71	137.938,22

Fonte: SIGEFES.



9.6 (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo

O quadro abaixo detalha a conta de ajuste de perdas. A metodologia de cálculo do ajuste de perdas da dívida ativa tributária está descrita na nota explicativa nº 9.4.

	31/12/2018	31/12/2017
AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
(-) AJUSTES DE PERDAS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	-918.690.638,24	0,00
(-) AJUSTES DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	-20.283.226.332,22	-14.884.265.214,7
TOTAL	-21.201.916.970,46	-14.884.265.214,74

Fonte: SIGEFES.



10 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES

Os “*Demais Créditos e Valores*” estão distribuídos conforme o quadro abaixo:

R\$

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	31/12/2018			31/12/2017		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	51.056.242,04	0,00	51.056.242,04	41.606.942,29	0,00	41.606.942,29
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	2.487.926,39	0,00	2.487.926,39	39.563.210,00	0,00	39.563.210,00
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	73.850.572,19	0,00	73.850.572,19	57.847.641,22	0,00	57.847.641,22
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	323.739.267,33	0,00	323.739.267,33	312.964.616,70	0,00	312.964.616,70
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER	10.773.230,33	0,00	10.773.230,33	392.518,36	0,00	392.518,36
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES	122.084.226,67	26.588.808,58	148.673.035,25	53.002.078,56	26.079.728,07	79.081.806,63
TOTAL	583.991.464,95	26.588.808,58	610.580.273,53	505.377.007,13	26.079.728,07	531.456.735,20

Fonte: SIGEFES.

Adiantamentos Concedidos

Registra as antecipações concedidas a pessoal (tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias e outros), bem como os suprimentos de fundos concedidos pelo ente a servidores, para fins de oferecer condições à realização de despesas

de pequeno vulto que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processo normal de execução, após serem realizadas, pois devem ter a devida prestação de contas que comprove a operação.

Tributos a Recuperar/Compensar

Do montante contabilizado em "*Tributos a Recuperar/Compensar*", destaque-se o valor de R\$ 2.012.321,58 registrado na conta contábil 113230614 - DIREITO DE COMPENSAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES AO RGPS (P), na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais – SEFAZ), o qual se refere aos créditos previdenciários constituídos em favor do Estado do Espírito Santo decorrentes de recolhimentos realizados a maior em exercícios anteriores, conforme Processo Nº 75043459.

Créditos por Danos ao Patrimônio

Registra os valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos oriundos de danos ao patrimônio, apurados em sindicância, prestação de contas, tomada de contas, processos judiciais e outros.

A seguir a demonstração dos "*Créditos por Danos ao Patrimônio*" com posição nos exercícios de 2018 e 2017:



R\$

CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	31/12/2018	31/12/2017
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
PAGAMENTOS INDEVIDOS	3.992.457,61	2.434.001,45
RESPONSÁVEIS POR PERDAS OU DANOS AO PATRIMÔNIO	24.917.075,88	24.665.859,21
RESPONSÁVEIS POR DESPESAS A REGULARIZAR	7.111.260,89	7.111.260,89
SUPRIMENTO DE FUNDOS NÃO COMPROVADOS	259.675,28	320.149,03
DIÁRIAS E TFD NÃO COMPROVADAS	847.089,71	600.123,21
RESPONSABILIDADE EM APURAÇÃO	13.906.918,39	13.870.574,92
SERVIDORES EXONERADOS	574,23	574,23
BANCOS A REGULARIZAR	2.667.721,35	2.667.721,35
INCONSISTÊNCIAS DE SALDOS PATRIMONIAIS - BENS MÓVEIS	0,00	193,55
CRÉDITOS POR OBRIGAÇÕES CONVENIADAS	20.089.526,29	6.118.910,82
OUTRAS RESPONSABILIDADES POR DANOS AO PATRIMÔNIO	58.272,56	58.272,56
TOTAL	73.850.572,19	57.847.641,22

Fonte: SIGEFES.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Registra os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo.

Abaixo, a demonstração dos “*Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados*” com posição nos exercícios de 2018 e 2017:

R\$

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	31/12/2018	31/12/2017
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
BANESTES - CAUÇÕES	9.762.144,29	8.454.850,36
BANCO DO BRASIL - CAUÇÕES	133.112,72	122.072,53
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAUÇÕES	61.173,18	165.535,13
VALORES RETIDOS DE FORNECEDORES POR DETERMINAÇÃO DO CNJ	14.928.022,72	12.912.776,14
MANDADOS DE SEQUESTRO AGUARDANDO REGULARIZAÇÃO	79.379,08	54.560,57
PENAS PECUNIÁRIAS	13.899.624,63	11.335.194,17
DEPÓSITOS PARA RECURSOS	15.000,00	15.000,00
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	213.817.556,88	219.559.115,31
VALORES A REPASSAR - DETRAN	67.741.184,51	58.062.495,65

continua

continuação

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	31/12/2018	31/12/2017
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
DEPÓSITOS JUDICIAIS	46.748,11	46.748,11
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS PELO ESTADO	1.203.637,25	604.509,12
DEPÓSITOS DO IPAJM	0,00	0,00
PECÚLIOS PRESIDÁRIOS	1.361.767,13	1.294.617,06
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL	54.525,12	102.745,09
PARCELAMENTO DE DÍVIDA ATIVA	635.391,71	234.397,46
TOTAL	323.739.267,33	312.964.616,70

Fonte: SIGEFES.

11 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

Os investimentos e as aplicações temporárias abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) que estão aplicados no mercado financeiro, bem como os investimentos realizados pelo RPPS, com recursos da taxa de administração. A seguir, apresenta-se a composição dos “Investimentos e Aplicações Temporárias”:



R\$

INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	31/12/2018	31/12/2017
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS DO RPPS	169.338.382,28	130.578.846,77
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS	0,00	0,00
APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	15.861.579,75	24.679.591,62
TOTAL	185.199.962,03	155.258.438,39

Fonte: SIGEFES.

12 ESTOQUES

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Apresenta-se, a seguir, a composição dos “*Estoques*”:



R\$

ESTOQUES	31/12/2018	31/12/2017
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
MATERIAL DE CONSUMO	85.713.021,42	102.629.440,46
MATERIAL PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	69.699.096,54	46.813.800,52
MATERIAL DE EXPEDIENTE	45.183,87	50.689,05
MATERIAL PARA PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	2.755,00	0,00
MATERIAIS PARA ATENDER MANDADOS JUDICIAIS	313.312,32	1.676.182,93
TERRENOS PARA REVENDA	64.127.257,74	64.127.257,74
BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS A ALIENAR	0,00	7.572.354,56
TOTAL	219.900.626,89	222.869.725,26

Fonte: SIGEFES.

13 ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Compreende os ativos não circulantes cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, dentro de um prazo inferior a 12 meses. Na tabela seguinte, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta "Ativo Não Circulante Mantido para Venda":



R\$

ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	31/12/2018	31/12/2017
UNIDADES GESTORAS	CIRCULANTE	CIRCULANTE
280101 - SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS	1.966.380,58	0,00
410201 - INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	3.275,52	0,00
440923 - HOSPITAL JOÃO DOS SANTOS NEVES	60,00	0,00
600201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	33.273,87	0,00
TOTAL	2.002.989,97	0,00

Fonte: SIGEFES.

14 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, de acordo com o que preceitua a aplicação do princípio da competência. Na tabela a seguir, apresenta-se a composição das “*Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente*”:



R\$

VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE	31/12/2018	31/12/2017
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	44.059,91	982.376,36
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	136.716,10	185.166,03
ALUGUÉIS PAGOS A APROPRIAR	452.506,37	440.644,31
TRIBUTOS PAGOS A APROPRIAR	8.251,83	4.589,79
DEMAIS VPD A APROPRIAR	119.121,47	37.500,00
TOTAL	760.655,68	1.650.276,49

Fonte: SIGEFES.

15 INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO

Os títulos patrimoniais de outras companhias mantidos pela investidora constituem um ativo financeiro, que é um instrumento financeiro e pode ser classificado como disponível para venda ou destinado à negociação.



As aplicações em instrumentos financeiros (investimentos temporários em ações de outras empresas) serão avaliadas pelo “*Método do Valor Justo*” (MVJ), quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.

“*Valor Justo*” (Fair Value) é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Ações:

R\$

AÇÕES	31/12/2018	31/12/2017
UNIDADES GESTORAS	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
220101 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	2.500,00	2.500,00
220202 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	2.657,43	2.657,43
270201 - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	47.327,57	48.627,48
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	292,51	292,51
280203 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	16.146,28	16.146,28

continua



continuação

AÇÕES	31/12/2018	31/12/2017
UNIDADES GESTORAS	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
300205 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO	10.890.110,70	9.160.193,32
310101 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA	4.834,36	4.834,36
310202 - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	93.530,47	98.293,09
310203 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO	2,63	2,63
350201 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	101,96	101,96
440901 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	12,88	12,88
450202 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	87.790,55	87.790,55
480201 - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	104.074,37	104.074,37
600201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	25.363,12	27.197,56
800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	6.104.223,55	4.237.645,43
TOTAL	17.378.968,38	13.790.369,85

Fonte: SIGEFES.

16 INVESTIMENTOS

16.1 Participações Permanentes

Pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado.

As participações pelo MEP (Método de Equivalência Patrimonial) estão atualizadas na forma das demonstrações contábeis apresentadas pelas investidas em 31 de outubro de 2018, considerando o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) que versa sobre Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28 (IASB – BV 2012), na qual a defasagem máxima entre as datas das demonstrações contábeis da investida e do investidor não pode ser superior a dois meses.

A seguir a demonstração dos investimentos avaliados pelo MEP (Método de Equivalência Patrimonial) de propriedade do Governo do Estado do Espírito Santo com posição nos exercícios de 2018 e 2017.



R\$

MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/12/2018	31/12/2017
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
BANESTES - BANCO DO ESTADO DO ES	1.343.407.425,26	1.280.992.568,37
BANDES - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ES	405.006.359,17	390.931.176,71
CESAN - CIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO	2.479.975.650,59	2.311.098.303,32
CETURB-GV S/A	37.098.691,68	45.482.002,79
COHAB S/A	19.983.498,43	19.942.774,00
FUNDEPAR - FUNDO DE DES. E PARTIC. DO ES	148.415.310,78	147.783.567,91
FUNDAPSOCIAL	0,00	1.887.059,57
TOTAL	4.433.886.935,91	4.198.117.452,67

Fonte: SIGEFES.

O valor do FUNDAPSOCIAL teve o valor avaliado pelo MEP zerado, tendo como base o valor do patrimônio líquido disposto nas demonstrações de 31 de outubro de 2018.



Segue abaixo a demonstração dos valores concedidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital com posição nos exercícios de 2018 e 2017:

R\$

ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	31/12/2018	31/12/2017
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
BANDES - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ES	11.771.011,67	1.972.756,12
CESAN - CIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO	42.089.652,72	31.615.492,68
CETURB - CIA DE TRANSPORTES URBANOS	23.940.445,35	17.541.647,28
TOTAL	77.801.109,74	51.129.896,08

Fonte: SIGEFES.

As alterações na CESAN e no BANDES são decorrentes de transferência do saldo de AFAC para investimentos (integralização de capital social com saldo de AFAC), tendo em vista autorização em Assembleia.

16.2 Participações Avaliadas pelo Método de Custo

No Método de Custo (MC), o investimento é registrado no ativo permanente a preço de custo. A entidade investidora somente reconhece o rendimento na medida em que recebe as distribuições de lucros do item investido. As distribuições provenientes de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente são reconhecidas como receita patrimonial. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Segue abaixo a demonstração dos investimentos avaliados pelo MC (Método de Custo) de propriedade do Governo do Estado do Espírito Santo, bem como os valores concedidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital, com posição nos exercícios de 2018 e 2017:

R\$

MÉTODO DE CUSTO	31/12/2018	31/12/2017
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
CODESA S/A	1.627.695,28	1.627.695,28
FUNDAPSOCIAL	0,00	0,00
OUTROS	43.034,00	43.034,00
TOTAL	1.670.729,28	1.670.729,28

Fonte: SIGEFES.

	31/12/2018	31/12/2017
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
CODESA S/A	483.891,00	478.585,99

Fonte: SIGEFES.

16.3 Investimentos do RPPS de Longo Prazo

O montante de R\$ 3.635.845.479,52 registrado neste grupo de contas refere-se às aplicações do Fundo Previdenciário que estão enquadradas nos seguintes normativos:

- Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações:** dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídas por União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Estabelece que os recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência (artigo 1º), e define limitações e condições de aplicação nos seguintes segmentos: renda fixa, variável e de imóvel (artigo 2º);

- **Portaria MPS nº 519/2011 e alterações:** dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídas por União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Estabelece a comprovação de elaboração da política anual de investimentos de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) – artigo 1º, bem como comprova junto à Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS) a aprovação em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais (artigo 2º). A portaria ainda determina seguir as orientações da Resolução CMN nº 3.922/2010, bem como as seguintes obrigações (artigo 3º), dentre as quais destacamos: gestão da aplicação por entidade autorizada e credenciada, tendo como critérios, no mínimo, a solidez patrimonial da entidade, a compatibilidade dessa com o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros; avaliação do desempenho das aplicações efetuadas por entidade autorizada e credenciada, no mínimo semestralmente; e elaboração de relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade e os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS.

Os investimentos diretos em títulos públicos federais são realizados por intermédio da BRB-DTVM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, que presta serviços de custódia qualificada, autorizada pelo Ato Declaratório CVM nº 1.399/1990. A escolha da instituição financeira foi realizada por processo licitatório em 2015, cujo contrato foi prorrogado em 2018.

A seguir a demonstração dos investimentos do RPPS registrado em longo prazo.



R\$

INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS DE LONGO PRAZO	31/12/2018	31/12/2017
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO - RENDA FIXA	1.357.702.886,92	1.337.941.752,46
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS	712.855.171,93	273.768.970,32
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS - IMA/IDkA	28.238.672,09	30.430.874,81
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RENDA FIXA	44.571.999,00	54.221.221,48
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO TESOURO - RENDA FIXA	1.312.569.763,53	1.337.904.266,41
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - RENDA VARIÁVEL	150.346.443,50	35.523.641,98
FUNDOS DE ÍNDICES REFERENCIADOS EM AÇÕES - RENDA VARIÁVEL	5.234.808,80	5.098.945,83
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES - RENDA VARIÁVEL	4.138.533,75	4.134.480,72
FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS - RENDA VARIÁVEL	20.187.200,00	21.796.963,13
TOTAL	3.635.845.479,52	3.100.821.117,14

Fonte: SIGEFES.



17 IMOBILIZADO

Os principais critérios de determinação do valor contábil bruto do ativo imobilizado adotados pelo Estado do Espírito Santo no âmbito do Poder Executivo são o custo de aquisição, produção ou construção, incluindo gastos complementares. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito são avaliados com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

R\$

IMOBILIZADO	31/12/2018	31/12/2017
BENS MÓVEIS		
VALOR BRUTO	1.365.255.761,04	1.314.384.295,63
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-465.984.811,36	-46.160.012,85
VALOR LÍQUIDO BENS MÓVEIS	899.270.949,68	1.268.224.282,78
BENS IMÓVEIS		
VALOR BRUTO	7.608.563.906,72	7.155.128.062,31
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-11.788.944,43	-8.555.372,32
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-247.270,93	-125.419,84
VALOR LÍQUIDO BENS IMÓVEIS	7.596.527.691,36	7.146.447.270,15
TOTAL	8.495.798.641,04	8.414.671.552,93

Fonte: SIGEFES.

17.1 Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Móveis e Imóveis

O método para a depreciação de bens móveis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo foi realizado pelas quotas constantes, por meio da *“Portaria SEFAZ/SECONT/SEGER n° 001/2013”*, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas na *“Nota Técnica/Comitê de Gestão Patrimonial n° 001/2013”*.

De acordo com o informativo do Sistema Integrado de Gestão Administrativa do Governo do Estado do Espírito Santo (SIGA) 005/2019, as atividades e etapas necessárias para a implantação da depreciação dos bens imóveis encontram-se em análise, sendo que os detalhes para utilização dessa rotina serão divulgados posteriormente pela respectiva Coordenação do Módulo de Patrimônio Imobiliário da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER).

A depreciação de bens móveis e imóveis do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método linear, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas no *“Processo TC: 1561/2010”*.

A depreciação de bens móveis e imóveis do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método de quotas constantes, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas no *“Ato Normativo n° 286/2015 do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo”*.

A depreciação dos bens móveis e imóveis da Assembleia Legislativa foi calculada pelo método linear em função da estimativa de vida útil dos bens, conforme Nota Técnica nº 001/2013 do Comitê de Gestão Patrimonial (SEFAZ/SEGER), Nota Técnica nº 002/2013 do Comitê de Gestão Patrimonial (SEFAZ/SEGER), e Ato nº 0851/2015 da Mesa Diretora.

A método para a depreciação dos bens móveis e imóveis do Ministério Público do Estado do Espírito Santo foi realizado pelas quotas constantes, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas na “Nota Técnica/Comitê de Gestão Patrimonial nº 001/2013” e na “Nota Técnica/Comitê de Gestão Patrimonial nº 002/2013”.

Detalhamento da “Depreciação Acumulada de Bens Móveis”:

R\$

DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS	31/12/2018			31/12/2017		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
AERONAVES	65.945.070,56	-10.217.296,09	55.727.774,47	21.538.496,27	0,00	21.538.496,27
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	36.188.206,91	-14.429.420,54	21.758.786,37	37.851.431,86	-456.490,42	37.394.941,44
APARELHOS, EQUIP., UTENS. MÉDICO-ODONTOLÓGICOS, LABORAT. E HOSP.	175.617.002,02	-36.001.447,57	139.615.554,45	158.364.091,61	-8.480,80	158.355.610,81
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	33.223.368,05	-9.804.811,56	23.418.556,49	29.578.367,58	-703.296,25	28.875.071,33

continua



continuação

DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS	31/12/2018			31/12/2017		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
ARMAMENTOS	40.519.401,28	-8.429.241,09	32.090.160,19	37.319.363,52	0,00	37.319.363,52
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	1.155.489,52	-646.103,47	509.386,05	1.238.696,05	-483.351,20	755.344,85
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	43.993.647,22	-11.898.210,31	32.095.436,91	37.270.447,54	-361.524,82	36.908.922,72
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	35.105.688,20	-14.467.491,30	20.638.196,90	33.747.968,17	-612.047,19	33.135.920,98
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	252.526.321,35	-150.085.915,76	102.440.405,59	227.415.057,50	-29.716.045,30	197.699.012,20
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	47.485.959,02	-17.940.533,00	29.545.426,02	45.974.880,18	-2.026.699,25	43.948.180,93
MÁQ. E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS	58.089.464,36	-3.762.061,40	54.327.402,96	103.095.069,92	-992,92	103.094.077,00
MOBILIÁRIO EM GERAL	175.808.730,42	-72.860.421,46	102.948.308,96	170.574.508,93	-7.621.154,75	162.953.354,18
VEÍCULOS	335.427.775,20	-96.498.465,06	238.929.310,14	340.654.592,22	-2.823.734,66	337.830.857,56
DEMAIS BENS MÓVEIS	64.169.636,93	-18.943.392,75	45.226.244,18	69.761.324,28	-1.346.195,29	68.415.128,99
TOTAL	1.365.255.761,04	-465.984.811,36	899.270.949,68	1.314.384.295,63	-46.160.012,85	1.268.224.282,78

Fonte: SIGEFES.



Detalhamento da "Depreciação Acumulada de Bens Móveis" por Poder:

R\$

DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS POR PODER	31/12/2018			31/12/2017		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
PODER LEGISLATIVO	19.318.967,30	-7.224.209,65	12.094.757,65	18.968.468,74	-5.635.673,62	13.332.795,12
PODER JUDICIÁRIO	69.480.686,38	-42.298.555,43	27.182.130,95	69.816.490,87	-31.504.848,72	38.311.642,15
MINISTÉRIO PÚBLICO	23.570.449,43	-9.213.865,44	14.356.583,99	21.832.801,33	-5.350.530,34	16.482.270,99
PODER EXECUTIVO	1.241.283.773,71	-401.700.606,33	839.583.167,38	1.192.029.175,46	-3.668.960,17	1.188.360.215,29
DEFENSORIA PÚBLICA	11.601.884,22	-5.547.574,51	6.054.309,71	11.737.359,23	0,00	11.737.359,23
TOTAL	1.365.255.761,04	-465.984.811,36	899.270.949,68	1.314.384.295,63	-46.160.012,85	1.268.224.282,78

Fonte: SIGEFES.



Detalhamento da “Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Imóveis”:

R\$

DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS	31/12/2018			31/12/2017		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
OBRAS RODOVIÁRIAS E VIÁRIAS	1.530.659.378,88	0,00	1.530.659.378,88	1.299.989.814,77	0,00	1.299.989.814,77
TERRENOS	1.195.283.331,74	0,00	1.195.283.331,74	1.162.001.606,61	0,00	1.162.001.606,61
EDIFÍCIOS	825.503.474,93	-11.104.323,21	814.399.151,72	792.643.328,19	-7.910.424,78	784.732.903,41
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	770.525.095,78	0,00	770.525.095,78	725.910.555,94	0,00	725.910.555,94
OBRAS DE BENFEITORIA OU MELHORIA EM IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	638.975.153,17	0,00	638.975.153,17	628.064.939,62	0,00	628.064.939,62
TERRENOS, GLEBAS E LOTES	575.178.449,46	0,00	575.178.449,46	602.140.286,34	0,00	602.140.286,34
PRESÍDIOS E DELEGACIAS	526.404.537,51	0,00	526.404.537,51	519.066.285,14	0,00	519.066.285,14
OBRAS DE BENFEITORIA OU MELHORIA EM IMÓVEIS DE USO COMUM DO POVO	359.858.742,35	0,00	359.858.742,35	337.130.591,88	0,00	337.130.591,88
EDIFICAÇÕES REFERENTES A IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	291.862.337,89	0,00	291.862.337,89	288.091.248,30	0,00	288.091.248,30
ESTUDOS E PROJETOS REFERENTES A IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	210.017.277,74	0,00	210.017.277,74	179.613.474,40	0,00	179.613.474,40
PRAÇAS	186.430.141,84	0,00	186.430.141,84	186.430.141,84	0,00	186.430.141,84
TERRENOS PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA	152.995.459,32	0,00	152.995.459,32	114.418.680,74	0,00	114.418.680,74
PONTES	108.525.670,94	0,00	108.525.670,94	85.551.159,32	0,00	85.551.159,32
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADES DE TERCEIROS	19.010.370,41	-247.270,93	18.763.099,48	18.531.533,96	-125.419,84	18.406.114,12
INSTALAÇÕES	12.973.406,84	0,00	12.973.406,84	12.973.406,84	0,00	12.973.406,84

continua

continuação

DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS	31/12/2018			31/12/2017		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
SALAS	8.202.601,93	0,00	8.202.601,93	11.246.215,72	0,00	11.246.215,72
DEMAIS BENS IMÓVEIS	196.158.475,99	-684.621,22	195.473.854,77	191.324.792,70	-644.947,54	190.679.845,16
TOTAL	7.608.563.906,72	-12.036.215,36	7.596.527.691,36	7.155.128.062,31	-8.680.792,16	7.146.447.270,15

Fonte: SIGEFES.

Detalhamento da "Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Imóveis" por Poder:

R\$

DEPREC./AMORTIZ. ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS POR PODER	31/12/2018			31/12/2017		
	CUSTO	DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
PODER LEGISLATIVO	91.805.868,67	-5.359.754,91	86.446.113,76	91.438.108,41	-4.839.546,43	86.598.561,98
PODER JUDICIÁRIO	243.027.331,35	-4.474.379,80	238.552.951,55	237.591.700,90	-3.027.439,75	234.564.261,15
MINISTÉRIO PÚBLICO	163.702.226,57	-1.372.049,33	162.330.177,24	162.668.556,58	-105.625,75	162.562.930,83
PODER EXECUTIVO	7.101.757.382,90	-830.031,32	7.100.927.351,58	6.655.249.469,19	-708.180,23	6.654.541.288,96
DEFENSORIA PÚBLICA	8.271.097,23	0,00	8.271.097,23	8.180.227,23	0,00	8.180.227,23
TOTAL	7.608.563.906,72	-12.036.215,36	7.596.527.691,36	7.155.128.062,31	-8.680.792,16	7.146.447.270,15

Fonte: SIGEFES.



18 INTANGÍVEL

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem, em especial, os ativos de *softwares*.

R\$

INTANGÍVEL	31/12/2018	31/12/2017
VALOR BRUTO	157.844.239,16	161.718.184,08
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-8.777.941,52	-12.660.935,92
VALOR LÍQUIDO	149.066.297,64	149.057.248,16

Fonte: SIGEFES.

18.1 Amortização Acumulada de Softwares

No caso da amortização de *softwares*, os órgãos e as entidades do Poder Executivo estabeleceram o método linear para calcular a amortização.

A amortização dos *softwares* do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método linear.

A amortização dos *softwares* do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método de quotas constantes, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas no "Ato Normativo nº 286/2015 do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo".

A amortização dos *softwares* da Assembleia Legislativa foi calculada pelo método linear em função da estimativa de vida útil dos bens.

Detalhamento da “Amortização Acumulada de Softwares”:

R\$

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE SOFTWARES	31/12/2018			31/12/2017		
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
SOFTWARES	157.843.755,77	-8.777.941,52	149.065.814,25	161.717.700,69	-12.660.935,92	149.056.764,77
LIVROS DIGITAIS (E-BOOK)	483,39	0,00	483,39	483,39	0,00	483,39
TOTAL	157.844.239,16	-8.777.941,52	149.066.297,64	161.718.184,08	-12.660.935,92	149.057.248,16

Fonte: SIGEFES.

Detalhamento da “Amortização Acumulada de Softwares” por Poder:

R\$

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE SOFTWARES POR PODER	31/12/2018			31/12/2017		
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
PODER LEGISLATIVO	17.643.413,60	-2.503.505,34	15.139.908,26	14.879.045,06	-1.703.589,90	13.175.455,16
PODER JUDICIÁRIO	2.237.539,19	-5.565,15	2.231.974,04	1.881.879,19	-6.346,11	1.875.533,08

continua



continuação

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE SOFTWARES POR PODER	31/12/2018			31/12/2017		
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
MINISTÉRIO PÚBLICO	8.505.385,81	-1.092.174,03	7.413.211,78	12.041.510,92	0,00	12.041.510,92
PODER EXECUTIVO	129.315.578,18	-5.176.697,00	124.138.881,18	132.780.925,50	-10.950.999,91	121.829.925,59
DEFENSORIA PÚBLICA	142.322,38	0,00	142.322,38	134.823,41	0,00	134.823,41
TOTAL	157.844.239,16	-8.777.941,52	149.066.297,64	161.718.184,08	-12.660.935,92	149.057.248,16

Fonte: SIGEFES.

PASSIVOS

19 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO E LONGO PRAZO

As "Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo" estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

R\$

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR	31/12/2018			31/12/2017		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
PESSOAL A PAGAR	177.283.628,14	92.518.712,50	269.802.340,64	91.261.434,38	160.065.451,18	251.326.885,56
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	76.008,43	0,00	76.008,43	0,00	0,00	0,00
FGTS	6.208,62	0,00	6.208,62	4.699,66	0,00	4.699,66
ENCARGOS SOCIAIS RPPS - APROPRIADOS POR COMPETÊNCIA	2.146.413,01	0,00	2.146.413,01	706.236,39	0,00	706.236,39
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	1.181.398,60	11.502.884,21	12.684.282,81	2.083.496,22	11.730.724,62	13.814.220,84
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	11.900.334,45	0,00	11.900.334,45	9.974.601,05	0,00	9.974.601,05
PARCELAMENTO - INSS	69.820,23	0,00	69.820,23	143.610,64	1.147.645,92	1.291.256,56
PARCELAMENTO - PASEP	26.073.218,69	322.578.437,84	348.651.656,53	26.073.218,69	348.651.656,53	374.724.875,22
ENCARGOS FINANCEIROS	2.120.000,00	23.980.646,82	26.100.646,82	2.017.407,52	23.167.130,66	25.184.538,18
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - MUNICÍPIO	73.635,21	0,00	73.635,21	0,00	0,00	0,00
TOTAL	220.930.665,38	450.580.681,37	671.511.346,75	132.264.704,55	544.762.608,91	677.027.313,46

Fonte: SIGEFES.

Os valores apresentados na linha “*PESSOAL A PAGAR – NÃO CIRCULANTE*” (quadro anterior) referem-se a dívidas com pessoal registrado nas Unidades Gestoras do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (UG 020101), do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (UG 030101) e do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (UG 050101).

O montante apresentado na linha “*OUTROS ENCARGOS SOCIAIS – NÃO CIRCULANTE*” (quadro anterior) refere-se a encargos patronais sobre diferenças salariais registradas nas Unidades Gestoras do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (UG 030101) e do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (UG 050101).

Já os valores apresentados na linha “*ENCARGOS FINANCEIROS*” (quadro anterior) referem-se aos encargos da dívida do parcelamento do PASEP registrado na Unidade Gestora 600201 - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo.

20 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO E LONGO PRAZO

Na tabela a seguir, são apresentados os “*Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo*” com posição nos exercícios de 2018 e 2017:



R\$

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/2018			31/12/2017		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	46.301.700,70	1.187.794.446,25	1.234.096.146,95	19.347.562,91	349.330.234,92	368.677.797,83
BNDES	77.113.267,89	2.429.995.649,84	2.507.108.917,73	71.630.996,54	2.481.398.013,06	2.553.029.009,60
BANESES	0,00	0,00	0,00	50.764.298,35	442.281,92	51.206.580,27
UNIÃO	33.731.990,38	1.422.882.656,55	1.456.614.646,93	90.510.749,25	2.212.102.272,20	2.302.613.021,45
SUBTOTAL DA DÍVIDA INTERNA	157.146.958,97	5.040.672.752,64	5.197.819.711,61	232.253.607,05	5.043.272.802,10	5.275.526.409,15
BID	55.090.532,41	761.709.078,92	816.799.611,33	48.692.555,58	667.673.448,88	716.366.004,46
BIRD	20.897.230,00	404.646.391,38	425.543.621,38	20.431.312,11	224.199.604,91	244.630.917,02
SUBTOTAL DA DÍVIDA EXTERNA	75.987.762,41	1.166.355.470,30	1.242.343.232,71	69.123.867,69	891.873.053,79	960.996.921,48
JUROS E ENCARGOS A PAGAR - INTERNO - BNDES	6.468.555,46	0,00	6.468.555,46	0,00	0,00	0,00
TOTAL	239.603.276,84	6.207.028.222,94	6.446.631.499,78	301.377.474,74	5.935.145.855,89	6.236.523.330,63

Fonte: SIGEFES.

Juros e Encargos a Pagar – Interno - BNDES

O valor de R\$ 6.468.555,46 demonstrado na linha “JUROS E ENCARGOS A PAGAR – INTERNO – BNDES” (quadro acima) refere-se ao reconhecimento de encargos pro rata do dia 16 a 31 de dezembro, referente aos contratos do BNDES.



Detalhamento dos contratos da Dívida Interna e Externa:

R\$

CONTRATOS INTERNOS - AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMEROS E DATA)					
CREDOR	BASE LEGAL	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SALDO ATUAL	
		INÍCIO	TÉRMINO		
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL				1.234.096.146,95	
CT0403338 - CEF - MANEJO ÁGUAS I	Lei nº 10.025/13	31/7/2013	19/7/2037	2.838.909,73	
CT0403339 - CEF - MANEJO ÁGUAS II	Lei nº 10.025/13	31/7/2013	19/10/2036	605.420,83	
CT0403340 - CEF - MANEJO ÁGUAS III	Lei nº 10.025/13	31/7/2013	19/10/2036	944.605,73	
CT2596671 - CEF - PRÓ-MORADIA I	Lei nº 8.264/06	23/6/2006	19/11/2027	1.202.356,31	
CT2596672 - CEF - PRÓ-MORADIA II	Lei nº 8.264/06	23/6/2006	19/9/2028	996.484,32	
CT2596673 - CEF - PRÓ-MORADIA III	Lei nº 8.264/06	23/6/2006	19/8/2028	2.095.922,07	
CT2596674 - CEF - PRÓ-MORADIA IV	Lei nº 8.264/06	23/6/2006	19/11/2028	2.994.272,81	
CT2596675 - CEF - PRÓ-MORADIA V	Lei nº 8.264/06	23/6/2006	19/3/2028	508.635,49	
CT2596676 - CEF - PRÓ-MORADIA VI	Lei nº 8.264/06	23/6/2006	19/3/2028	1.830.652,07	
CT2596677 - CEF - PRÓ-MORADIA VII	Lei nº 8.264/06	23/6/2006	19/2/2028	1.629.921,40	
CT0394996 - CEF - FINISA	Res. CMN 4109/12	1/10/2012	15/9/2032	354.827.659,60	

continua



continuação

CONTRATOS INTERNOS - AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMEROS E DATA)					
CREDOR	BASE LEGAL	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SALDO ATUAL	
		INÍCIO	TÉRMINO		
CT051910448 - UNIÃO/CEF/COHAB 11	Lei nº 10.768/2017	1/9/2018	1/8/2033	863.621.306,59	
BANCO NAC. DE DES. ECON. SOCIAL S.A				2.507.108.917,73	
CT0821039 - BNDES - SAÚDE	Lei nº 8.755/07 e 9.117/09	25/9/2009	15/10/2019	19.804.163,47	
CT1020079 - BNDES - PEF II	Lei nº 9.374/09	20/5/2010	15/6/2020	17.484.834,71	
CT0921536 - BNDES - TRANSCOL IV	Lei nº 9.004/08	20/5/2010	15/6/2020	36.355.846,42	
CT1221155 - BNDES - PROEDES	Lei nº 9.874/12 Res. CMN 4091/12	1/10/2012	15/10/2034	2.380.760.335,74	
CT1212601 - BNDES - BRT	Lei nº 9.593/2010	15/1/2013	15/6/2032	52.703.737,39	
BANCO DO BRASIL S.A - UNIÃO				1.456.614.646,93	
CT0000698 - UNIÃO - B. BRASIL	Lei nº 5.293/96 e 5.388/97	24/3/1998	30/3/2028	1.421.398.684,20	
CT0007546 - UNIÃO - BB - COHAB	Lei nº 7.546/03	28/2/1998	1/5/2023	35.215.962,73	
TOTAL DA DÍVIDA INTERNA				5.197.819.711,61	

Fonte: SIGEFES.



CONTRATOS EXTERNOS - AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMEROS E DATA)					
CREDOR	BASE LEGAL	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SALDO ATUAL	
		INÍCIO	TÉRMINO		
BANCO INT. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENV. (BIRD)				425.543.621,38	
CT0007248 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS I	Lei nº 7.728/93	10/11/2004	15/5/2021	28.972.655,30	
CT0007655 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS II	Lei nº 8.860/08	17/9/2009	15/9/2038	205.292.716,20	
CT0008353 - BIRD - GESTÃO INTEG. DE ÁGUAS E PAISAGENS	Lei nº 10.050/13	28/9/2015	15/8/2038	191.278.249,88	
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. (BID)				816.799.611,33	
CT0001002 - BID - PRES II	Lei nº 6.731/01	28/3/2006	20/1/2026	142.398.900,00	
CT0002245 - BID - PROFAZ	Lei nº 9.072/08	5/11/2010	15/4/2030	53.930.002,33	
CT0002483 - BID - PRES III	Lei nº 8.996/08	21/12/2011	20/12/2035	597.912.781,97	
CT000000002 - BID - ESTADO PRESENTE/SEGURANÇA CIDADÃ	Lei nº 10.186/2014	28/12/2017	15/11/2041	22.557.927,03	
TOTAL DA DÍVIDA EXTERNA				1.242.343.232,71	
TOTAL GERAL DA DÍVIDA				6.440.162.944,32	

Fonte: SIGEFES.

Cabe consignar que em 2 de janeiro de 2019 foi registrada a nota patrimonial nº 2019NP00164, no valor de R\$ 135.187.435,22, na Unidade Gestora 800102 – Encargos Gerais – SEFAZ, referente a ajuste no estoque da dívida externa de 31 de dezembro de 2018, para correção de erro de cálculo para



maior nas atualizações da dívida emitidas em outubro de 2018, sendo R\$ 1.997.141,50 no contrato "CT0002245 - BID – PROFAZ" e R\$ 133.190.293,72 no contrato "CT0008353 - BIRD GIAP", consoante à Nota Técnica 001/2019 - SUDIP/GEPOF.

21 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Essa conta compreende as obrigações junto a fornecedores nacionais de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo.

R\$

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	31/12/2018	31/12/2017
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
FORNECEDORES NACIONAIS	146.351.349,81	155.314.346,82
RETENÇÃO CONTRATUAL - EXERCÍCIOS ANTERIORES - SALDO SIAFEM	0,00	104.261,82
VALORES BLOQUEADOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL/ADMINISTRATIVA	4.460.468,96	3.617.266,96
TOTAL	150.811.818,77	159.035.875,60

Fonte: SIGEFES.

22 OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO E LONGO PRAZO

As “Obrigações Fiscais a Curto Prazo e Longo Prazo” estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

R\$

OBRIGAÇÕES FISCAIS	31/12/2018			31/12/2017		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
IRPJ A RECOLHER	0,00	0,00	0,00	1.453,83	0,00	1.453,83
PIS/PASEP - DO EXERCÍCIO	3.369.267,07	0,00	3.369.267,07	3.295.020,60	0,00	3.295.020,60
TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - TCRS A RECOLHER	15.304,52	0,00	15.304,52	224,56	0,00	224,56
OBRIGAÇÕES FISCAIS A PAGAR	29.726,12	0,00	29.726,12	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.414.297,71	0,00	3.414.297,71	3.296.698,99	0,00	3.296.698,99

Fonte: SIGEFES.

23 OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES

Os montantes de R\$ 7.436.422,18 (em 2018) e R\$ 1.863.848,68 (em 2017) registrados na linha “Obrigações de Repartição a Outros Entes” referem-se à Cota-Parte de ICMS e à Cota-Parte de IPVA arrecadadas nos últimos dias do ano e ainda não repassadas aos municípios quando do término do exercício.

24 PROVISÕES A CURTO PRAZO E LONGO PRAZO

As “Provisões a Curto Prazo e Longo Prazo” estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

R\$

PROVISÕES	31/12/2018			31/12/2017		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	1.036.255,20	0,00	1.036.255,20	1.036.255,20	0,00	1.036.255,20
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	0,00	2.492.618.793,96	2.492.618.793,96	0,00	2.182.393.865,20	2.182.393.865,20
OUTRAS PROVISÕES	1.990.206,71	1.380.442.142,49	1.382.432.349,20	2.304.888,38	1.278.382.833,55	1.280.687.721,93
TOTAL	3.026.461,91	3.873.060.936,45	3.876.087.398,36	3.341.143,58	3.460.776.698,75	3.464.117.842,33

Fonte: SIGEFES.

24.1 Provisões Matemáticas Previdenciárias

A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2018 foi realizada pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/A Ltda. Em relação às premissas atuariais adotadas no estudo, destacaram-se os seguintes pontos:

Quadro comparativo das hipóteses utilizadas na avaliação atuarial – DRAA 2019:



HIPÓTESES BIOMÉTRICAS	2017	2018
Tábua de Entrada em Invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua Completa de Mortalidade - IBGE 2015 - Ambos os Sexos	Tábua Completa de Mortalidade - IBGE 2016 - Ambos os Sexos
Tábua de Mortalidade Geral	Tábua Completa de Mortalidade - IBGE 2015 - Ambos os Sexos	Tábua Completa de Mortalidade - IBGE 2016 - Ambos os Sexos
Tábua de Morbidez	Não Aplicável	Não Aplicável

HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS	2017	2018
Composição da Família de Servidores e Aposentados	Pelo Real	Pelo Real
Entrada em Aposentadoria	Pelo Real	Pelo Real
Geração Futura de Novos Entrantes	Pelo Banco de Dados, Com Reposição de 1:1	Pelo Banco de Dados, Com Reposição de 1:1
Rotatividade / "Turn-over"	Em Relação ao Vínculo de Emprego	Em Relação ao Vínculo de Emprego
Idade x		
Até 25	1%	1%
De 26 a 30	1%	1%
De 31 a 40	1%	1%
De 41 a 50	1%	1%
De 51 a 60	0%	0%
Acima de 60	0%	0%

continua



continuação

HIPÓTESES ECONÔMICAS		2017	2018
Inflação Futura		0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real dos Salários	Crescimento real do salário, pelo levantamento histórico das médias salariais dos últimos 3 anos, descontando o INPC do período, de 1,00% ao ano		Crescimento real do salário, pelo levantamento histórico das médias salariais dos últimos 3 anos, descontando o INPC do período, de 1,00% ao ano
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0% ao ano, em função das correções monetárias dos benefícios concedidos estarem em grande parte vinculadas à correção monetária do RGPS		0% ao ano, em função das correções monetárias dos benefícios concedidos estarem em grande parte vinculadas à correção monetária do RGPS
Indexador	Considerando que as correções salariais negociadas pelas Associações da Classe / Sindicatos são baseadas no INPC, sugerimos que sejam adotados no Sistema Previdenciário os mesmos indexadores		Considerando que as correções salariais negociadas pelas Associações da Classe / Sindicatos são baseadas no INPC, sugerimos que sejam adotados no Sistema Previdenciário os mesmos indexadores
Fator de Determinação do:			
Valor Real ao Longo do Tempo Salários		0,97	0,97
Valor Real ao Longo do Tempo Benefício do RPPS		0,97	0,97
HIPÓTESE FINANCEIRA		2017	2018
Taxa Real Anual de Juros	Plano Previdenciário: 5,75% ao ano Plano Financeiro: 0,00% ao ano		Plano Previdenciário: 5,50% ao ano Plano Financeiro: 0,00% ao ano
Fator de Atualização Potencial	$FA \geq (1+IGP-DI)$		$FA \geq (1+IGP-DI)$

Fonte: SIGEFES.

Quanto à Elegibilidade de Condições à Aposentadoria, o cálculo do custo dos benefícios de Aposentadoria Voluntária e Aposentadoria Compulsória foi separado em dois grupos de servidores, que têm sua elegibilidade ao benefício conforme segue:

I – Aposentadorias

- 1.1 Servidores que preencheram os pré-requisitos para aposentadoria até a data da promulgação da Emenda Constitucional Nº 41 (artigo 8º da EC nº 20/1998).
- 1.2 Servidores que ingressaram no serviço público antes de 16 de dezembro de 1998 (sem direito adquirido).
- 1.3 Atuais e futuros servidores que ingressaram no serviço público após 16 de dezembro de 1998.
 - a) Aposentadoria plena (artigo 6º da emenda constitucional 41/2003).
 - b) Regra geral permanente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se der aposentadoria.
 - c) Aposentadoria Proporcional ou Compulsória.



II – Pensão por Morte

O valor das pensões será igual aos proventos do Aposentado falecido ou à remuneração do servidor Ativo falecido, até o limite máximo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), acrescido de 70% da parcela excedente a esse limite.

Além das premissas apresentadas, o estudo atuarial levou em consideração outras informações como:

- Regimes de Financiamento e Método: Capitalização, Repartição de Capital de Cobertura, Repartição Simples e Método de Capitalização Utilizado;
- No Fundo Financeiro, também se levou em consideração os servidores iminentes, que são os que já cumpriram todos os quesitos necessários à obtenção da aposentadoria, podendo requerer o benefício a qualquer momento;
- Consistência dos dados: A empresa de atuária submeteu os dados recebidos a testes críticos e as inconsistências detectadas foram corrigidas ou justificadas pelo Instituto/Ente, resultando em base de dados considerada suficientemente completa, consistente e adequada à análise técnica atuarial.

O Passivo Atuarial, também denominado “*Provisão Matemática*”, é representado pelo valor atual dos compromissos do Instituto com os Servidores Ativos, Aposentados e Pensões, menos o valor atual das receitas de contribuições dos segurados e empregadores, determinado por processo matemático-atuarial, considerando os seguintes elementos:



- a) Valor dos benefícios assegurados de prestação continuada (aposentadoria e pensão por morte);
- b) Valor dos benefícios assegurados de prestação única ou de curto prazo (auxílios);
- c) Expectativas de sobrevivência;
- d) Probabilidades de morte e invalidez;
- e) Taxas de permanência no emprego;
- f) Taxas de novos entrados;
- g) Taxa de aplicação financeira do fundo;
- h) Nível de contribuição dos segurados;
- i) Nível de contribuição dos empregadores;
- j) Valor da folha de vencimentos dos segurados;
- k) Valor do fundo de previdência já existente; e
- l) Compensação Previdenciária.



A situação atual do Estado, a partir dos resultados obtidos no estudo da massa de servidores segurados, está conforme segue:

R\$

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	31/12/2018			31/12/2017		
	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL	PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS						
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS	58.044.712.338,53	621.888.693,82	58.666.601.032,35	49.784.442.531,52	574.020.965,98	50.358.463.497,50
CONTRIBUIÇÕES DO ENTE			0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DOS INATIVOS	-1.491.539.208,24	-14.642.519,49	-1.506.181.727,73	-1.254.419.093,28	-14.869.399,79	-1.269.288.493,07
CONTRIBUIÇÕES DOS PENSIONISTAS	-211.150.090,62	-2.973.584,77	-214.123.675,39	-214.077.887,74	-2.309.352,13	-216.387.239,87
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	-178.369.655,66	-777.246,67	-179.146.902,33	-177.263.464,04	-876.166,61	-178.139.630,65
COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-56.163.653.384,01	0,00	-56.163.653.384,01	-48.138.682.086,46	0,00	-48.138.682.086,46
TOTAL DA PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00	603.495.342,89	603.495.342,89	0,00	555.966.047,45	555.966.047,45
PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER						
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS	32.830.387.194,58	6.481.428.959,20	39.311.816.153,78	32.508.390.074,20	5.922.620.223,98	38.431.010.298,18
CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	-1.767.499.130,81	-2.986.604.281,51	-4.754.103.412,32	-1.948.895.559,00	-2.794.027.229,23	-4.742.922.788,23
CONTRIBUIÇÕES DOS ATIVOS	-883.749.565,40	-1.605.701.226,62	-2.489.450.792,02	-974.447.779,50	-1.502.165.177,00	-2.476.612.956,50
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	-3.283.038.719,46		-3.283.038.719,46	-3.303.210.960,89		-3.303.210.960,89
COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-26.896.099.778,91		-26.896.099.778,91	-26.281.835.774,81		-26.281.835.774,81
TOTAL DA PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00	1.889.123.451,07	1.889.123.451,07	0,00	1.626.427.817,75	1.626.427.817,75
TOTAL	0,00	2.492.618.793,96	2.492.618.793,96	0,00	2.182.393.865,20	2.182.393.865,20



Das variações ocorridas no balanço atuarial, destacamos a de 16,6705% de acréscimo no déficit atuarial do Fundo Financeiro (insuficiência financeira), sendo prontamente justificado pela empresa atuarial, como segue:

I. Impacto com a alteração na Tábua de Mortalidade:

Utilizando o período de idade em que se concedem aposentadorias, ou seja, dos 40 até 80 anos, constatamos que a expectativa de vida dos segurados, na comparação entre as tábuas IBGE 2015 e IBGE 2016, aumentou em média 61 dias. Abaixo os resultados das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos do Plano Financeiro, utilizando a Tábua IBGE 2016 e IBGE 2015:

TÁBUAS DE MORTALIDADE	QUANTIDADE	PROVENTOS	PROVISÕES MATEMÁTICAS
IBGE 2016	40.031	205.108.319,96	56.163.653.384,01
IBGE 2015	40.031	205.108.319,96	55.714.639.968,46

Fonte: SIGEFES.

O impacto na alteração da Tábua de Mortalidade foi de R\$ 449.013.415,55.



II. Impacto com a concessão de novas aposentadorias e pensões:

Analisando a base de dados, observamos que houve um total de 1.077 aposentadorias e 135 pensões concedidas em 2018. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos do Plano Financeiro em 2018 é a seguinte:

APOSENTADORIAS E PENSÕES	QUANTIDADE	PROVENTOS	PROVISÕES MATEMÁTICAS
Concedidos em 2018	1.212	7.492.293,42	2.936.047.691,01

Fonte: SIGEFES.

O impacto com a concessão de novas aposentadorias e pensões foi de R\$ 2.936.047.691,01.

III. Impacto com o aumento do valor médio dos proventos:

O provento médio de aposentadoria do Plano Financeiro passou de R\$ 4.836,96 em 2017 para R\$ 5.061,73 em 2018 e o provento médio de pensão do Plano Financeiro passou de R\$ 5.182,13 em 2017 para R\$ 5.453,41 em 2018. Esse aumento médio nos benefícios concedidos do Plano Financeiro causa um impacto direto na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos de aproximadamente R\$ 2.265.000.000,00.

IV. Alterações na base de dados:

A base de dados de segurados aposentados e pensionistas não é estática, sofrendo alterações constantes, como saídas por morte, novas concessões, inserção de dependentes, entre outras. Ao compararmos a base de aposentados de 2017 e 2018, observamos que 537 aposentados que estavam na base de 2017 não mais constam na base de 2018 e isso pode ser justificável pela sua morte. A idade média desse grupo é de 73 anos.

No entanto, verificou-se que 541 aposentados com concessão anterior a 2018, que estão na base de 2018, não estavam na base de 2017. A grande maioria é de aposentadoria concedida em 2017, que talvez não tenha havido tempo hábil para ser inserida na base de 2017, uma vez que essa é de agosto de 2017. A idade média desse grupo é de 58 anos. Abaixo, a folha e as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos desse grupo:

BASE DE DADOS (2018X2017)	QUANTIDADE	PROVENTOS	PROVISÕES MATEMÁTICAS
Constam na base de 2018 e não constam na base de 2017	541	5.977.139,71	913.912.599,93

Fonte: SIGEFES.

Diante do exposto, é justificável o aumento apresentado na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos do Plano Financeiro de 16,67%.

24.2 Outras Provisões

As premissas utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas (Poder Executivo) acerca das despesas com “*Complementação de Aposentadorias*” foram as mesmas adotadas na Avaliação Atuarial do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM). A taxa de juros aplicada para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos foi de 0,00% ao ano.

Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Poder Executivo que possuem saldo na conta contábil “*Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos – Complementação de Aposentadorias (227919000)*”:

R\$

OUTRAS PROVISÕES	31/12/2018	31/12/2017
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS		
010101 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	74.465.814,57	83.020.914,45
100201 - RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	4.308.036,12	3.426.651,24
270201 - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	11.791.091,97	11.039.432,59
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	63.471.626,26	57.208.158,88
310201 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO	3.956.375,98	3.102.183,38

continua

continuação

OUTRAS PROVISÕES	31/12/2018	31/12/2017
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
310202 - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	110.831.269,90	101.918.858,11
350201 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	806.460.821,19	805.503.114,20
420201 - FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	4.683.662,56	5.173.190,02
450202 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	1.700.847,15	1.303.016,24
480201 - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	6.245.164,83	5.242.312,24
800101 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEGER	272.143.150,01	181.060.720,25
TOTAL	1.360.057.860,54	1.257.998.551,60

Fonte: SIGEFES.

O montante de R\$ 74.465.814,57 registrado na conta contábil "Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos – Complementação de Aposentadorias (227919000)", na Unidade Gestora 010101 (Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo), refere-se à avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2018, relativa à obrigação para pagamento dos benefícios, direitos e vantagens dos associados, beneficiários e pensionistas do extinto Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais (IPDE), cuja obrigação de pagamento é da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Lei Estadual nº 4.541/91, mas que foi realizado pela empresa Exacttus Consultoria Atuarial Ltda.



Em relação às premissas atuariais e às hipóteses atuariais e financeiras adotadas no estudo, destacaram-se os seguintes pontos:

Hipóteses Financeiras:

- Taxa de Juros Real (a.a.) = 5,89%;
- Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano (a.a.) = 0,00%;
- Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios (a.a.) = 100,00%;

Hipóteses Biométricas:

- Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador de morte) = AT-2000 Male Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador de sobrevivência)
= AT-2000 Male Composição Familiar = Base de dados;

Regime Financeiro:

- Aposentadorias = Capitalização - PUC (Crédito Unitário Projetado) Pensão por Morte de Aposentado = Capitalização - PUC (Crédito Unitário Projetado);
- Pecúlio e Auxílio Funeral = Regime de Repartição Simples.

As demais provisões foram reconhecidas, em regra, de acordo com a análise jurídica de cada ação.

25 DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO E LONGO PRAZO

As “Demais Obrigações a Curto Prazo e Longo Prazo” estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

R\$

DEMAIS OBRIGAÇÕES	31/12/2018			31/12/2017		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
CONSIGNAÇÕES	22.249.340,77	0,00	22.249.340,77	17.566.115,48	0,00	17.566.115,48
DEPÓSITOS JUDICIAIS	14.574.257,72	0,00	14.574.257,72	14.191.333,58	0,00	14.191.333,58
DEPÓSITOS NAO JUDICIAIS	26.052.957,90	0,00	26.052.957,90	21.929.251,50	0,00	21.929.251,50
VALORES A REP. DO FUNDEB - MUNICÍPIOS	702.240,12	0,00	702.240,12	2.440.729,28	0,00	2.440.729,28
RETENÇÃO OU BLOQUEIO JUDIC./ADM.	1.394.445,26	0,00	1.394.445,26	1.448.599,54	0,00	1.448.599,54
CONTRATANTES DE OBRAS - IOPES P/ORDEM ADM.	4.394.673,81	0,00	4.394.673,81	4.461.467,74	0,00	4.461.467,74
RETENÇÕES SOBRE CONTRATANTES DE OBRAS P/ ORDEM JUD.	328.616,40	0,00	328.616,40	304.681,51	0,00	304.681,51
RETENÇÕES SOBRE CONTRATANTES DE OBRAS - POR ORDEM JUDICIAL	653.062,28	0,00	653.062,28	683.275,10	0,00	683.275,10
PECÚLIO PRESIDÁRIO - DETALHADO POR FONTE	1.361.767,13	0,00	1.361.767,13	1.294.617,06	0,00	1.294.617,06
DEPÓSITO JUDICIAL DE NATUREZA TRIBUTÁRIA - UG 800102	2.617.260,20	0,00	2.617.260,20	1.060.316,30	0,00	1.060.316,30

continua

DEMAIS OBRIGAÇÕES	31/12/2018			31/12/2017		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
VALORES A REPASSAR - DETRAN	67.741.184,51	0,00	67.741.184,51	58.062.495,65	0,00	58.062.495,65
DEP. PENDENTES DE IDENTIFICAÇÃO	373.915,63	0,00	373.915,63	683.070,83	0,00	683.070,83
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	213.817.716,40	0,00	213.817.716,40	219.020.345,06	0,00	219.020.345,06
VALORES RESTITUÍVEIS - MAGISTRADOS INATIVOS	1.250,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00
PENAS PECUNIÁRIAS	13.894.419,30	0,00	13.894.419,30	11.335.194,17	0,00	11.335.194,17
PARCELAMENTO DE DÍVIDA ATIVA	635.391,71	0,00	635.391,71	234.397,46	0,00	234.397,46
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	163.799.657,69	0,00	163.799.657,69	136.077.450,75	0,00	136.077.450,75
TOTAL	534.592.156,83	0,00	534.592.156,83	490.793.341,01	0,00	490.793.341,01

Fonte: SIGEFES.

26 PRECATÓRIOS DA TRIMESTRALIDADE

No Balanço Patrimonial, não estão incluídos os precatórios referentes à trimestralidade, por estarem suspensos por ordens judiciais da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), que determinou a suspensão do pagamento de todos os precatórios da trimestralidade, inclusive aqueles que já tenham sido objeto de recálculo, até o trânsito em julgado das Ações Declaratórias de Nulidade. A decisão foi acompanhada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, conforme ofício nº 213/2018 – GDADT de 17 de dezembro de 2018.

Os precatórios da trimestralidade têm origem no artigo 6º da Lei Estadual 3.935/87 (Lei da Trimestralidade ou do Gatilho), que tratava da concessão de recomposição de vencimentos e proventos a cada três meses, automaticamente, com base em 60%, no mínimo, da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) no trimestre. Tais precatórios foram objeto de ações judiciais impetradas pelo Governo do Estado, em meados dos anos 2000, buscando obter a declaração de nulidade das decisões judiciais já transitadas em julgado (*querela nulitatis*, visando à relativização da coisa julgada inconstitucional), voltando-se a atuação, exclusivamente, para os precatórios formados a partir de decisões judiciais fundadas na Lei Estadual nº 3.935/87. Nessas ações declaratórias, o Estado do Espírito Santo conseguiu provimentos antecipatórios para determinar a suspensão da exigibilidade da coisa julgada e, conseqüentemente, dos “*precatórios da trimestralidade*”. Por força dessas liminares, os precatórios foram excluídos da lista de antiguidade de precatórios do TJES, permitindo que o Estado do Espírito Santo retornasse o pagamento dos demais precatórios devidos de modo inquestionável.

Com base na metodologia constante da Instrução Técnica nº 060/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) - Termo de Cooperação Técnica firmado entre TCEES, TJES e Procuradoria Geral do Estado (PGE), o TJES aplicou para os precatórios nºs 200.090.000.070 e 200.020.000.077, como valor de desembolso esperado, o montante correspondente a 3% sobre o valor de ofício dos referidos precatórios. No entanto, a vice-presidência do TJES (Recurso Administrativo 0011520-36.2015.8.08.0000), em 19 de dezembro de 2018, decidiu pela não prorrogação do Termo de Cooperação Técnica, fixando critérios específicos de cálculo para os precatórios da trimestralidade, o que prejudica a “estimativa confiável” dos valores correspondentes (item 22.C da NBC TSP 03). Caso se aplique o aludido percentual a todos os 30 processos, corrigidos pelo IPCA-E e acrescidos de juros simples de 0,5% ao mês até 31 de dezembro de 2018, os valores estimados seriam os a seguir relacionados:

PRECATÓRIOS DA TRIMESTRALIDADE: VALORES APROXIMADOS CASO SE CONCLUA A REVISÃO DOS CALCULOS

ORD	Nº DO PRECATÓRIO	CREDOR REFERÊNCIA	ENTIDADE	APORTE DE 3% DO VALOR DE OFÍCIO ATUALIZADO ATÉ ABR/2015 COM BASE NO MÉTODO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (R\$)	ÍNDICE DE CORREÇÃO PELO IPCA-E ATÉ DEZ/2018	JUROS MORATÓRIOS 0,5% AO MÊS - SIMPLES	VALOR CORRIGIDO ATÉ DEZ/2018 (R\$)
1	(760/96)	ANNIBAL DE R. L.	PROCURADOR DO ESTADO	8.527,63	1,219	1,22	12.680,45
2	(200960000376)	ANTÔNIO BENEDITO A. P. E OUTROS	PROCURADOR DE JUSTIÇA	4.493.887,04	1,219	1,22	6.682.340,63
3	(200960000269)	JOÃO MARCOS L. DE F. E OUTROS	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	11.680.537,89	1,219	1,22	17.368.779,45
4	(200970000028)	APOENÃ R. P. E OUTROS	SECRETARIA DA FAZENDA	5.493.204,10	1,219	1,22	8.168.309,66
5	(200970000069)	ACILEU A. E OUTROS	FISCO	1.841.563,80	1,219	1,22	2.738.376,94
6	(200970000192)	ODETTE G. E OUTROS		1.246.804,69	1,219	1,22	1.853.979,32
7	(200970000085)	ACRISIO A. DOS S. E OUTROS	FISCO	1.830.321,12	1,219	1,22	2.721.659,23
8	(200970000077)	ANTONY F. R. L. E OUTROS	FISCO	564.885,15	1,219	1,22	839.975,50
9	(200970000515)	CLÁUDIO E. DE S. ALVES E OUTROS		1.788.566,36	1,219	1,22	2.659.570,55
10	(200970000523)	ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ES (*)	PROCURADOR DO ESTADO	4.607.854,85	1,219	1,22	6.851.809,00
11	(200970000416)	AGENOR A. DA S. E OUTROS	FISCO	496.094,45	1,219	1,22	737.684,78
12	(200970000762)	RAQUEL DE FÁTIMA S. L. E OUTROS	ESTATÍSTICOS	2.052.727,70	1,219	1,22	3.052.374,39
13	(200970000770)	ANGELO C. DE M. COSTA E OUTROS	POLÍCIA MILITAR	4.493.932,25	1,219	1,22	6.682.407,86
14	(200990000206)	ADÃO R. DA S. E OUTROS	DELEGADOS	6.804.046,67	1,219	1,22	10.117.512,32

continua

PRECATÓRIOS DA TRIMESTRALIDADE: VALORES APROXIMADOS CASO SE CONCLUA A REVISÃO DOS CALCULOS

ORD	Nº DO PRECATÓRIO	CREDOR REFERÊNCIA	ENTIDADE	APORTE DE 3% DO VALOR DE OFÍCIO ATUALIZADO ATÉ ABR/2015 COM BASE NO MÉTODO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (R\$)	ÍNDICE DE CORREÇÃO PELO IPCA-E ATÉ DEZ/2018	JUROS MORATÓRIOS 0,5% AO MÊS - SIMPLES	VALOR CORRIGIDO ATÉ DEZ/2018 (R\$)
15	(200990000362)	ASSOCIAÇÃO DE CABOS E SOLDADOS (PMES)	CABOS E SOLDADOS	37.211.085,97	1,219	1,22	55.332.310,15
16	(200990000438)	LOURDES B. N. E OUTROS		803.589,48	1,219	1,22	1.194.925,15
17	(200990000578)	CARLOS R. DE C. E OUTROS		1.672.871,35	1,219	1,22	2.487.533,86
18	(200990000719)	RÔMULO V. J. E OUTROS		1.058.725,66	1,219	1,22	1.574.308,71
19	(200009000171)	AMAU RILDA B. E OUTROS		489.902,45	1,219	1,22	728.477,38
20	(200009000288)	SINDICATO DOS SERVIDORES DO P. JUD.	SINDIJUDICIÁRIO	76.815.579,21	1,219	1,22	114.223.579,94
21	(200010000053)	ABILIO N. E OUTROS	OFICIAIS DA POLÍCIA	12.567.908,01	1,219	1,22	18.688.285,11
22	(200020000077)	VÂNIA MARIA C. E OUTROS		463.332,29	1,219	1,22	688.967,96
23	(200020000150)	UNIÃO DOS PROFESSORES DO ES (UPES)	SINDIUPES	112.072.703,33	1,219	1,22	166.650.379,00
24	(200020000192)	SIDENY A. DE S. E OUTROS	POLÍCIA CIVIL	11.498.869,24	1,219	1,22	17.098.640,98
25	(200020000416)	MARIA MAGDALENA DA F. E OUTROS		475.991,56	1,219	1,22	707.792,10
26	(200020000572)	SINDICATO DOS SERV. PÚB. DO ES - SISEADES	SISEADES	11.681.186,88	1,219	1,22	17.369.744,48
27	(200020000804)	MANOEL JOSÉ G. E OUTROS		22.075,52	1,219	1,22	32.825,95
28	(200020001104)	ASSOC. RECREATIVA DOS SUBTENENTES E SARG. (PMES)	SUBTENENTES E SARGENTOS	21.642.056,63	1,219	1,22	32.181.403,96



continuação

PRECATÓRIOS DA TRIMESTRALIDADE: VALORES APROXIMADOS CASO SE CONCLUA A REVISÃO DOS CALCULOS

ORD	Nº DO PRECATÓRIO	CREDOR REFERÊNCIA	ENTIDADE	APORTE DE 3% DO VALOR DE OFÍCIO ATUALIZADO ATÉ ABR/2015 COM BASE NO MÉTODO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (R\$)	ÍNDICE DE CORREÇÃO PELO IPCA-E ATÉ DEZ/2018	JUROS MORATÓRIOS 0,5% AO MÊS - SIMPLES	VALOR CORRIGIDO ATÉ DEZ/2018 (R\$)
29	(200030000030)	ATTILA B. DE F. JUNIOR E OUTROS		830.015,67	1,219	1,22	1.234.220,48
30	(200090000070)	MARGARETH MARA F. F. E OUTROS		2.083.095,95	1,219	1,22	3.097.531,51
TOTAL				338.791.942,90			503.778.386,79

Fonte: SIGEFES.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Participação de Não Controladores

Do valor relativo ao Patrimônio Líquido (PL) da Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (CEASA), 3,80% referem-se à participação de não controladores.

27.2 Ajustes de Exercícios Anteriores

Os valores contabilizados no exercício 2018 diretamente nas contas contábeis de “*Ajustes de Exercícios Anteriores*”, no montante de R\$ 6.548.230.152,56, são decorrentes de: mudanças de políticas contábeis e ajustes decorrentes de omissões e erros cometidos em exercícios anteriores.

Do montante contabilizado em “*Ajustes de Exercícios Anteriores*”, destaque-se o valor aproximadamente de R\$ 5,1 bilhões relativo a inscrições de dívida ativa, registrado na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais – SEFAZ). A mudança de critério contábil em registrar diretamente no PL se deu pelo fato do sistema de arrecadação SIT não dispor de informações pormenorizadas dos fluxos de movimentação, evidenciando a competência dos créditos tributários inscritos. Em consulta à STN, somente deveria ser registrado em VPA aquelas inscrições relativas ao exercício corrente, informação essa não disponibilizada pelo citado sistema.

28 QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

Para fins de apuração do “*Quadro do superávit/déficit financeiro*”, no saldo da conta 821110000 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR) foram acrescentados os “*créditos a receber (conta 112220100)*” e as “*contribuições do RPPS a receber - Patronal (conta 113620101)*”. Sendo assim, a equação contábil citada no MCASP 7ª edição, parte IV - PCASP, item 3.5.3.3, página 360, passa ter a seguinte estrutura:

- Saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 + o saldo das contas “*créditos a receber (conta 112220100)*” e “*contribuições do RPPS a receber - Patronal (conta 113620101)*” = Soma dos saldos das contas (de classes 1 e 2 com atributo “F”; 6.2.2.1.3.01.00 e 6.3.1.1.0.00.00).

29 ATIVOS CONTINGENTES

O montante de R\$ 4.175.464.963,03 registrado na conta contábil 711910590 - OUTROS ATIVOS CONTINGENTES, na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais – SEFAZ), refere-se ao estoque de Certidões de Dívidas Ativas (CDAs) que se encontram na condição de “*suspensas*” e “*em garantia*” nos valores de R\$ 2.404.098.257,01 e R\$ 1.771.366.706,02, respectivamente.



Já o valor de R\$ 1.411.577,07 registrado na conta contábil 711910510 - AUTOS DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÕES DE DÉBITO PENDENTES DE RECURSO, na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais – SEFAZ), refere-se ao estoque de Notificações de Débitos e Avisos de Cobranças com “*exigibilidade suspensa*”.

30 PASSIVOS CONTINGENTES

O montante de R\$ 50.722.090,10 registrado na conta contábil 741130100 - AVAIS E GARANTIAS CONCEDIDAS, na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais – SEFAZ), refere-se à garantia do Estado do Espírito Santo concedida ao contrato de financiamento nº 0346.616-59, firmado entre a Companhia Espírito-santense de Saneamento (CESAN) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

31 IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS

A seguir, apresentam-se os valores das principais classes de tributos e transferências que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA).

R\$

IMPOSTOS	2018	2017
IMPOSTO S/ A RENDA E PROV. DE QUALQUER NAT.	679.373.347,82	613.611.913,22
ITCD	72.361.859,25	65.666.788,46
IPVA	512.944.887,25	482.844.059,23
ICMS	10.056.984.304,21	9.045.423.297,76
(-) RESTITUIÇÃO DE RECEITAS	-1.406.496,17	-745.694,71
(-) IRRF PF	-45.705,63	-1.613,37
(-) IRRF PJ	-251.714,90	-7.794,87
(-) IPVA	-181.728,43	-396.918,31
(-) ITCD	-927.347,21	-339.368,16
(-) RESTITUIÇÃO DE RECEITAS - ICMS	-344.255,30	-1.620.686,13
TOTAL	11.319.913.647,06	10.205.179.677,83

Fonte: SIGEFES.



R\$

TAXAS	2018	2017
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	106.506.263,05	95.363.891,84
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	503.810.899,92	484.356.456,27
EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	50.697.028,81	51.532.745,23
(-) RESTITUIÇÃO DE RECEITAS	-655.282,45	-485.673,92
TOTAL	660.358.909,33	630.767.419,42

Fonte: SIGEFES.

R\$

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2018	2017
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	24.506.490,94	10.049.045,57
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.472.759.331,19	4.727.589.229,60
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	191.413.841,53	141.268.101,97
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	45.576,10	104.906,81
TOTAL	5.688.725.239,76	4.879.011.283,95

Fonte: SIGEFES.

32 RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial consolidado do período foi negativo de R\$ 4.540.719.859,45. Grande parte desse resultado foi decorrente do “Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Tributária”, no montante de R\$ 5.398.961.117,48, registrado na Unidade Gestora 800102 - ENCARGOS GERAIS - SEFAZ, contribuindo significativamente para o déficit patrimonial do período.

33 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

As Variações Patrimoniais Qualitativas correspondem às incorporações e desincorporações de ativos, bem como às incorporações e desincorporações de passivos, não afetando o resultado patrimonial do período. Para fins de elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais Qualitativas (quadro abaixo), foram consideradas apenas as variações qualitativas decorrentes das receitas e despesas de capital, tendo por base a relevância da informação.

	R\$	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	2018	2017
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	1.100.267.545,83	871.837.637,62
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	290.150.441,20	233.425.908,92
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	61.324.082,54	88.870.091,22
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	11.649.488,61	17.312.375,54

Fonte: SIGEFES.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

34 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; e a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento.

Na DFC não estão computados os valores de *“Depósitos e Cauções”*; *“Penas Pecuniárias”*; *“Conta Especial de Precatórios”*; *“Valores a Repassar - DETRAN”*; *“Depósitos do IPAJM”*; *“Pecúlios Presidiários”*; e *“Parcelamento de Dívida Ativa”*, pois são recursos não utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, investimentos e financiamento.

Dos valores de caixa e equivalentes de caixa constantes na DFC, a quantia de R\$ 3.805.183.861,80 está aplicada em fundos de investimentos de renda fixa e variável pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). Vale ressaltar que as aplicações do Fundo Previdenciário estão enquadradas nos seguintes normativos: Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações; e Portaria MPS nº 519/2011 e alterações.

**Quadro Demonstrativo de Caixa e Equivalentes de Caixa da DFC**

R\$

	2018	2017
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.930.273.882,80	2.618.326.948,17
INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	155.258.438,39	140.597.691,77
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO	3.100.821.117,14	2.473.140.053,86
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	6.186.353.438,33	5.232.064.693,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.148.418.249,05	2.930.273.882,80
INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	185.199.962,03	155.258.438,39
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO	3.635.845.479,52	3.100.821.117,14
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.969.463.690,60	6.186.353.438,33

Fonte: SIGEFES.

Tabela Demonstrativa de Caixa e Equivalentes de Caixa das Demonstrações Contábeis

R\$

BALANÇO PATRIMONIAL E BALANÇO FINANCEIRO	2018	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2018
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.148.418.249,05	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.148.418.249,05
		INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	185.199.962,03
		INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO	3.635.845.479,52
TOTAL	3.148.418.249,05	TOTAL	6.969.463.690,60

Fonte: SIGEFES.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

35 VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO PERÍODO

A alteração do Patrimônio Líquido (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) ocorrida no exercício de 2018, em comparação com o ano de 2017, foi de R\$ 2.007.510.293,11. Parte dessa variação se refere ao resultado patrimonial de 2018 apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, no montante de (R\$ 4.540.719.859,45); outra parte, cujo valor é de R\$ 6.548.230.152,56, refere-se aos ajustes de exercícios anteriores.



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

36 DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

Na tabela a seguir, apresenta-se o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias:

R\$			
RECEITAS CORRENTES REALIZADAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2018	DESPESAS EMPENHADAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2018
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.510.830.391,36	DESPESAS CORRENTES	2.534.790.620,73
RECEITA INDUSTRIAL	7.182.917,54	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.511.922.773,04
RECEITA DE SERVIÇOS	12.958.708,39	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.867.847,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	442.942,48	DESPESAS DE CAPITAL	225.355,38
		INVESTIMENTOS	225.355,38
TOTAL	2.531.414.959,77	TOTAL	2.535.015.976,11

Fonte: SIGEFES.



37 SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA FINANCIAR AS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO CORRENTE

Do montante de R\$ 1.564.458.015,22 proveniente de créditos adicionais abertos por superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2017, o valor de R\$ 1.230.252.334,09 foi executado conforme discriminado abaixo:

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	2018	R\$
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	147.216.887,36	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.933.705,79	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	476.951.135,29	
INVESTIMENTOS	595.852.115,24	
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.298.490,41	
TOTAL	1.230.252.334,09	

Fonte: SIGEFES.

38 DETALHAMENTO DAS DESPESAS EXECUTADAS POR TIPOS DE CRÉDITOS

Do valor de R\$ 16.114.437.956,40 empenhado no exercício de 2018, R\$ 13.799.734.289,92 referem-se a créditos iniciais consignados na Lei Orçamentária Anual do referido exercício, R\$ 2.211.929.621,09 a créditos suplementares e R\$ 102.774.045,39 a créditos especiais, conforme levantamento elaborado pela Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP).

39 PREVISÃO ATUALIZADA

Do montante de R\$ 18.026.570.330,82 apresentado na coluna "*previsão atualizada*", R\$ 16.870.875.451,00 referem-se à previsão inicial da receita e R\$ 1.155.694.879,82 à abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação.

40 DOTAÇÃO ATUALIZADA

A coluna "*dotação atualizada*" demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidas das respectivas anulações e cancelamentos. Assim, do montante de R\$ 19.592.129.656,11 apresentado na respectiva coluna, R\$ 16.870.875.451,00 referem-se à dotação inicial, R\$ 1.564.458.015,22 à abertura



de crédito adicional por superávit financeiro, R\$ 1.101.310,07 a créditos especiais reabertos e R\$ 1.155.694.879,82 à abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação.

41 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 483.339.893,70, e é obtido por meio da diferença entre a receita arrecadada no período (R\$ 16.597.777.850,10) e a despesa empenhada (R\$ 16.114.437.956,40). Grande parte desse resultado foi decorrente do superávit orçamentário da Unidade Gestora 600211 – Fundo Previdenciário, no montante de R\$ 553.680.887,43, contribuindo significativamente para o resultado do período. Vale ressaltar que caso fosse deduzido o superávit orçamentário pertinente ao respectivo Fundo, o resultado orçamentário seria um déficit no valor de R\$ 70.340.993,73.

BALANÇO FINANCEIRO

42 DEDUÇÕES DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

As deduções das receitas orçamentárias são representadas pelas transferências constitucionais e legais aos municípios e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), bem como pelas restituições de receitas e pelos rendimentos negativos de aplicações financeiras, conforme valores demonstrados abaixo:

	R\$	
DEDUÇÕES DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2018	2017
(-) DEDUÇÕES POR RESTITUIÇÃO DE RECEITAS	10.855.997,30	57.347.447,12
101 RECURSOS ORDINÁRIOS	8.403.910,67	10.373.385,76
102 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00	364,94
104 AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	3.233,10	0,00
115 ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	245.400,00
131 COTA-PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	689,57	0,00
133 CONVÊNIOS UNIÃO	177.640,06	68.631,82
134 INCENTIVO SUS UNIÃO	24.849,57	1.149,99
142 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	34.254,32	45.130.154,26
157 INCENTIVO SUAS UNIÃO	12.311,62	0,00

continua



continuação

DEDUÇÕES DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2018	2017
159 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS	1.083.625,74	28.091,29
270 RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	196.028,72	606.641,00
271 ARRECADADO PELO ÓRGÃO	919.375,21	878.659,41
272 CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	41,70	310,34
273 CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	0,00	9.344,14
274 TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	37,02	1.850,06
671 SUPERÁVIT FINANCEIRO ARRECADADO PELO ÓRGÃO	0,00	3.464,11
(-) DEDUÇÕES POR TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	3.017.075.068,64	2.725.039.202,81
136 TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A MUNICÍPIOS	2.868.108.106,15	2.612.951.366,35
144 TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS CIDE	7.200.585,80	8.985.767,41
164 TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS ROYALTIES LEI 8.308/06	141.766.376,69	103.102.069,05
(-) DEDUÇÕES DE FUNDEB	1.928.214.937,35	1.757.165.889,49
101 RECURSOS ORDINÁRIOS	1.928.214.937,35	1.757.165.889,49
(-) RETIFICAÇÕES	265.758,28	0,00
101 RECURSOS ORDINÁRIOS	2.439,57	0,00
271 ARRECADADO PELO ÓRGÃO	263.318,71	0,00
(-) OUTRAS DEDUÇÕES	52.273.298,41	7.983.261,84
270 RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	52.273.298,41	7.983.261,84
TOTAL	5.008.685.059,98	4.547.535.801,26

43 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Na tabela a seguir, são apresentadas as “Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas” para execução orçamentária:

R\$

TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS	2018	2017	TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2018	2017
COTA FINANCEIRA RECEBIDA	7.917.282.943,76	6.786.514.281,22	COTA CONCEDIDA	7.917.282.943,76	6.786.514.281,22
REPASSE RECEBIDO	156.142.880,83	128.290.724,66	REPASSE CONCEDIDO	156.142.880,83	128.290.724,66
SUB-REPASSE RECEBIDO	630.191.748,31	530.913.226,02	SUB-REPASSE CONCEDIDO	630.191.748,31	530.913.226,02
DEVOLUÇÃO DE COTA RECEBIDA	268.072.666,83	206.247.726,40	DEVOLUÇÃO DE COTA CONCEDIDA	268.072.666,83	206.247.726,40
DEVOLUÇÃO DE REPASSE	854.531,21	746.953,19	DEVOLUÇÃO DE REPASSE CONCEDIDO	854.531,21	746.953,19
DEVOLUÇÃO DE SUB-REPASSE RECEBIDO	6.619.072,92	866.900,40	DEVOLUÇÃO DE SUB-REPASSE CONCEDIDO	6.619.072,92	866.900,40
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 93/2016	96.821.865,43	66.999.732,14	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 93/2016	96.821.865,43	66.999.732,14
LEI COMPLEMENTAR Nº 833/2016	3.000.000,00	0,00	LEI COMPLEMENTAR Nº 833/2016	3.000.000,00	0,00
CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS	619.794,46	0,00	CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS	619.794,46	0,00
DEVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.210,83	18.358,60	DEVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.210,83	18.358,60
TOTAL	9.079.627.714,58	7.720.597.902,63	TOTAL	9.079.627.714,58	7.720.597.902,63

Fonte: SIGEFES.

44 TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS

No decorrer do exercício de 2018 foram transferidos ao Fundo Financeiro, para fins de cobertura de insuficiências financeiras, o montante de R\$ 2.150.353.850,82, sendo R\$ 1.950.848.488,27 de forma orçamentária (aporte do Poder Executivo e Tribunal de Contas) e R\$ 199.505.362,55 de forma extraorçamentária (aporte dos demais poderes).

Do montante de R\$ 200.915.144,91 apresentado na linha “transferências recebidas para aportes de recursos para o RPPS”, R\$ 199.505.362,55 referem-se aos valores transferidos ao Fundo Financeiro para cobertura de insuficiências financeiras e R\$ 1.409.782,36 transferidos ao Fundo Previdenciário para recomposição financeira do abono pecuniário especial.

45 DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	INGRESSOS		DISPÊNDIOS		R\$
	2018	2017	2018	2017	
	DEP. E CAUÇÕES RELAT. A CONTR. OU CONV.	21.655.234,16	20.519.659,03	24.884.452,91	
MANDADOS DE SEQUESTRO AGUARDANDO REGULARIZAÇÃO	54.560,57	59.226,92	79.379,08	54.560,57	
PENAS PECUNIÁRIAS	11.335.194,17	11.245.043,26	13.899.624,63	11.335.194,17	

continua

continuação

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	2018	2017	2018	2017
	INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	219.559.115,31	329.338.080,73	213.817.556,88	219.559.115,31
VALORES A REPASSAR - DETRAN	58.062.495,65	50.919.653,23	67.741.184,51	58.062.495,65
DEPÓSITOS DO IPAJM	0,00	227.030,90	0,00	0,00
PECÚLIOS PRESIDÁRIOS	1.294.617,06	1.211.954,80	1.361.767,13	1.294.617,06
VALORES BLOQUEADOS EM CONTAS BANCÁRIAS	102.745,09	0,00	54.525,12	102.745,09
PARCELAMENTO DE DÍVIDA ATIVA	234.397,46	263.313,50	635.391,71	234.397,46
TOTAL	312.298.359,47	413.783.962,37	322.473.881,97	312.298.359,47

Fonte: SIGEFES.

46 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi de R\$ 793.285.774,77 e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 7.291.937.572,57) e no início do ano (R\$ 6.498.651.797,80).



2018 *Espírito Santo* **BALANÇO GERAL**

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado
da Fazenda

